



Universidade de Aveiro
2021

**MARIA BEATRIZ
SOARES DE
ALBERGARIA
DA COSTA**

A CHINA E A NOVA ORDEM INTERNACIONAL



Universidade de Aveiro
2021

**MARIA BEATRIZ
SOARES DE
ALBERGARIA
DA COSTA**

A CHINA E A NOVA ORDEM INTERNACIONAL

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Chineses, realizada sob a orientação científica do Doutor Álvaro Rosa, Professor Associado (com agregação) do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro/ISCTE-IUL.

Aos meus Avós, Maria Florinda, Ruy João e Jaime (*in memoriam*)

o júri

presidente

Prof. Doutora Maria Cristina do Nascimento Rodrigues Madeira Almeida de Sousa Gomes
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Jorge Manuel Tavares Da Silva
Professor Auxiliar Convidado da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Álvaro Augusto Rosa
Professor Associado com Agregação do Instituto Universitário de Lisboa

agradecimentos

Ao meu orientador, Professor Doutor Álvaro Rosa, agradeço a confiança que depositou em mim, a paciência, as palavras incentivadoras e amigas.

A todos aos meus Professores do Mestrado em Estudos Chineses, com os quais aprendi muito, por me terem aberto novos horizontes.

Às mulheres da minha família, à minha Avó Florinda, à minha Mãe e à minha Tia Gabriela, os meus exemplos de resiliência, independência, trabalho bem feito e retidão.

Ao meu Avô Ruy, que me incentivou sempre a viajar, a conhecer, a experimentar coisas novas e a não ter receio do que não conheço.

Aos meus irmãos, João e Clara, que me apoiaram nos meus piores momentos e que contribuíram largamente para o desenvolvimento da minha paciência.

palavras-chave

China, ordem internacional, (re)emergência, cooperação

resumo

Como diz um excerto do *Daodejing*, “cada longa viagem começa com um único passo”. Os tempos estão a mudar e a (re)emergência da China como superpotência mundial é cada vez mais clara. Nas últimas décadas, a hegemonia norte-americana, a ordem internacional, a influência, valores e princípios ocidentais têm vindo a declinar. Esta tendência contrasta com o Resto, encabeçado pela China. O Resto é, nos dias de hoje, um símbolo de êxito, com tecnologia de ponta, com setores bem desenvolvidos e um *(stake)holder* próspero do palco internacional. Este trabalho analisa como o “declínio do Ocidente” e o “erguer do Resto” são uma oportunidade única para a implementação de uma (possível) nova ordem internacional liderada pela segunda maior economia do mundo, a China.

keywords

China, international world order, (re)emergence, cooperation

abstract

“Each journey begins with a single step”, so it goes a well-known quote from the *Daodejing*. Times are changing and the (re)emergence of China as a global superpower has become more than obvious. Over the past decades, the existing international order, American hegemony, western influence, its values and principles, seem to have shown a declining tendency. By contrast, the Rest, led by China, emerges as a symbol of wealth, advanced technologically, fully developed and, last but not least, as a prosperous (stake)holder in international affairs. This thesis analyses how the “Decline of the West” and the “Rise of the Rest” are a unique opportunity for the establishment of a new international order, led by the 2nd largest economy of the world, China.

Índice

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	2
INTRODUÇÃO.....	4
A (ATUAL) ORDEM INTERNACIONAL– DEFINIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO	6
Os EUA.....	10
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL?	13
AS 3 SUBORDENS DA ORDEM LIBERAL INTERNACIONAL	14
AS GRANDES FALHAS DA ORDEM INTERNACIONAL	16
SERÁ QUE A HISTÓRIA TERMINOU?.....	19
O PÓS-GUERRA FRIA – AS FASES DA POLÍTICA INTERNACIONAL DO PÓS-GUERRA	23
FASE I:.....	23
FASE II:.....	24
FASE III:.....	28
O CICLO.....	32
UM DECLÍNIO E UM ERGUER?	34
PERDER NÃO CONSTA DO DICIONÁRIO	41
OS CINCO GRANDES PRESSUPOSTOS – K. MAHBUBANI.....	45
E AGORA?	47
OS PRIMEIROS PASSOS DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA	50
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA <i>VERSUS</i> UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICA – O EMBATE DE GIGANTES?	52
OS ANOS SETENTA – INÍCIO DOS ANOS DE REVOLUÇÕES?	54
O ANO DE 1989	57
O PARTIDO COMUNISTA CHINÊS	60
A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA DE HOJE	64
UMA ANÁLISE SEM MISTÉRIOS	66
O QUE É QUE A CHINA QUER? ... A CHINA CONSEGUE?.....	72
AS PRINCIPAIS ESCOLAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE A CHINA	76
(NEO) REALISMO	76
(NEO) LIBERALISMO	78
(NEO) CONSTRUTIVISMO	80
CHINA: AS ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES.....	84
A CHINA E O MULTI	94
CONCLUSÃO.....	102
BIBLIOGRAFIA (CONSULTADA E CITADA)	104

Lista de siglas e acrónimos

APEC	<i>Asia-Pacific Economic Cooperation/</i> Cooperação Económica da Ásia-Pacífico
ASEAN	<i>Association of Southeast Asian Nations/</i> Associação das Nações do Sudeste Asiático
BAII	Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BRI	<i>Belt and Road Initiative/</i> Um Faixa, Uma Rota
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
COMECON	Conselho para Assistência Económica Mútua
CSIS	Center for Strategic and International Studies/ Centro de Estudos Estratégicos Internacionais
E7	<i>Emerging 7/</i> 7 Emergentes
EPL	Exército Popular de Libertação
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
G7	Grupo dos 7
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade/</i> Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio
IAEA	<i>International Atomic Energy Agency/</i> Agência Internacional de Energia Atómica
KMT	Partido Nacionalista do <i>Kuomintang</i>
NATO/OTAN	<i>North Atlantic Treaty Organization/</i> Organização do Tratado do Atlântico Norte
NPT	<i>Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons/</i> Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
OBOR	<i>One Belt One Road/</i> Um Faixa, Uma Rota
OCX	Organização de Cooperação de Xangai
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista Chinês
PIB	Produto Interno Bruto
RDA	República Democrática Alemã

RFA	República Federal da Alemanha
RPC	República Popular da China
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	Zonas Económicas Especiais

NOTA: O presente trabalho segue o “sistema” de romanização *pinyin* e não o sistema Wade-Giles.

Introdução

Desde 2012, Xi Jinping anunciou ao país e ao mundo a sua vontade de fazer “rejuvenescer” a República Popular da China (RPC).

Com efeito, não foi repentinamente que a China se tornou na segunda maior economia do mundo (Banco Mundial, 2019). O impacto da sua ascensão, ou (re)emergência, e do seu crescimento, aliado a uma enorme confiança nacional, fazem identificar o início de uma nova era na história contemporânea chinesa.

Mas não é só a China que vive numa nova era ou na transição para uma nova era. Atualmente, vivemos num contexto diferente daquele de há vinte anos. A ordem internacional e o próprio sistema internacional estão sob pressão. O contínuo crescimento económico e a confiança chinesas, o declínio do Ocidente, em particular dos Estados Unidos da América (EUA), a ascensão da Ásia, especificamente da China, podem apontar uma transição para uma nova ordem internacional, possivelmente liderada pelo “Império do Meio”.

Como diz o provérbio chinês, “quando os ventos da mudança sopram, uns constroem muros e outros constroem moinhos de vento”¹. As iniciativas da China, incluindo a criação, promoção e desenvolvimento de organizações e instituições lideradas por si mesma, são para uns autores, um desafio e uma ameaça às instituições da atual ordem liberal.

A noção de ordem está na natureza do Homem, e é um dos desejos humanos mais básico. Porém, “ordem” é sempre uma representação, uma representação continuamente moldada pelo espaço, idade e contextos sociais e históricos (Andersen, 2019). Tudo evolui, tudo se desenvolve, incluindo as culturas, as políticas, as estruturas, os governos, as filosofias/teorias, os homens. Essa é a História da Humanidade. A única certeza que temos é de que nada é mais permanente do que a mudança. E, de acordo com a perceção chinesa, a mudança é cíclica, em que tudo se muda e se desenvolve. Em menos de um século, o mundo assistiu ao desenvolvimento, diria mesmo, ao “renascimento” de um país que era um dos mais pobres do mundo, profundamente rural, isolado na diplomacia internacional, com uma tecnologia atrasada e com uma economia estagnada. Assim era a República Popular da China antes dos anos oitenta do século XX. É célebre a afirmação de

¹ Em chinês: “风向转变时,有人筑墙,有人造风车”.

Leon C. Megginson sobre o livro “A Origem das Espécies” (Darwin, 1859) de que “não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente, mas o que melhor se adapta às mudanças” (1963). Não só a China se transformou na fábrica e no laboratório do mundo como, após a crise financeira de 2008, se transformou no motor do crescimento global (Avgouleas, Trigkas, 2019).

Decidiu-se tomar como matéria de análise para a presente dissertação de mestrado a (re)emergência da China, uma China mais poderosa, mais assertiva, mais dinâmica e um possível centro de poder alternativo. Será esta assertividade e “ousadia” chinesas no palco internacional a construção de um moinho? Estaremos no fim de uma ordem liberal unipolar? Irá a RPC derrubar a atual ordem internacional? Quais são as pretensões da China na possível reforma ou criação de uma nova ordem internacional?

Num primeiro momento procedeu-se a uma revisão da literatura da especialidade que se foi atualizando ao longo do processo o que permitiu identificar as lacunas iniciais, aprofundar os conhecimentos e abrir horizontes de investigação. Essa expansão proporcionou a possibilidade de uma análise qualitativa de alguns documentos recentes, quer publicados nas instituições governamentais, quer de opinião, publicados em diferentes meios de comunicação.

A (Atual) Ordem Internacional– definição e contextualização

A presente ordem internacional (e o seu sistema) é uma criação relativamente recente porquanto remonta ao período posterior à II Guerra Mundial, tendo sido estabelecida pela então (e ainda) primeira potência económica mundial - os Estados Unidos da América (EUA) (Flockhart e Li, 2010, p.2; Lawless, 2020, p.127; Layne, 2012, p.203).

Foi, sobretudo, a enorme importância económica norte-americana do período pós-guerra que permitiu que esta potência assumisse o papel de líder no sistema internacional. Contudo, a importância económica norte-americana deste período pós-guerra deveu-se, em grande parte, à participação norte-americana na II Guerra Mundial – milhões de cidadãos estiveram envolvidos no esforço de guerra. Apesar da Grande Depressão, a economia e a sociedade americana, tornaram-se mais prósperas e influentes, algo que se afigurava “inimaginável a muitos americanos”. As políticas públicas norte-americanas, como a GI Bill of Rights², provocaram um crescimento sem precedentes, transformando os EUA num dos polos económico, político, militar, tecnológico, intelectual e cultural mais potente do mundo. Em 1960, o PIB dos EUA representava 40% do PIB mundial³ (Patton, 2016)!

Lembramos as palavras de George H. W. Bush que, em 1992, numa sua ação de campanha, em Houston (Texas), afirmava convictamente: “Nós somos os Estados Unidos da América, a melhor e a mais livre nação à face da Terra”⁴. Para Stephen Walt, um professor de Relações Internacionais na Universidade de Harvard, este “quadro autoelogioso” norte-americano não é mais do que um mito (Walt, 2011).

Findo o segundo conflito mundial, os EUA deram início à reconstrução da arquitetura do sistema internacional. Com efeito, todo o atual sistema internacional – e os seus ideais – nasceram à luz da liderança, e dos princípios, dos EUA. Os Estados Unidos, com a sua *Pax Americana*⁵, projetaram por (quase) todo o mundo este modelo “universal” político, financeiro/económico e social que reflete os valores e ideais (liberais) norte-americanos (Layne, 2012, p.211), baseado em normas e instituições internacionais (Flockhart e Li, 2010, p.2).

² Uma declaração passada em 1944 que apoiava os veteranos na compra de casas, quintas, e até mesmo nos estudos superiores.

³ Em 2014, o valor foi reduzido a metade. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/mikepatton/2016/02/29/u-s-role-in-global-economy-declines-nearly-50/?sh=5e7084215e9e>

⁴ “We are the United States of America, the greatest, freest nation on the face of the Earth”, disponível no sítio *web* do US Government Publishing Office (www.gpo.gov) último acesso em 19.10.2021.

⁵ Este termo refere-se ao conceito histórico de relativa paz existente no Ocidente resultante da preponderância norte-americana após a II Guerra Mundial. Informação disponível no Dicionário Merriam-Webster e acessível a partir de: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/Pax%20Americana>

É fundamental, antes de prosseguir, referir-se – e definir-se – a origem ou nascimento desta ordem, assim como os seus princípios, valores e objetivos.

São três os termos que creio serem essenciais definir: ordem mundial, ordem internacional, ordem liberal internacional.

Ordem mundial, para Henry Kissinger⁶ (2015), “é um conceito catalogado por uma região ou civilização sobre a natureza dos acordos e distribuição de poder tratada como aplicável/válida para todo o mundo⁷” (p.9).

Num artigo de Hal Brands⁸ publicado pela RAND Corporation⁹ (2016), ordem internacional é definida como “o corpo de regras, normas e instituições que governam as relações entre os principais atores no palco internacional” (p.2).

Para John Mearsheimer¹⁰ (2020), um teórico da corrente realista, ordem internacional é um grupo organizado de instituições internacionais, como por exemplo a OTAN/NATO, que tem como papel principal o auxílio nas interações entre os Estados-membros. Henry Kissinger (2015) considera que a ordem internacional opere num sistema internacional que atue dentro de duas condições principais: (i) “um conjunto de regras mutuamente aceites que definam os limites de ação e (ii) uma balança de poder que impõe restrições quando as regras são desrespeitadas” (p.9), sendo que, tal ordem liberal internacional incluirá três subordens: uma ordem política, uma ordem de segurança e uma ordem económica, todas elas baseadas em normas e regras e que são, nos dias de hoje, desafiadas (Lawless, 2020, p.128).

Para Mearsheimer (2019), uma ordem internacional terá de incluir todos os Grandes Poderes do mundo. Caso não ocorra a inclusão de todos os poderes, não poderemos falar em ordem internacional, mas sim em *bounded order*. Para o mesmo autor, o sistema internacional

⁶ Henry Kissinger (1923-) é um antigo diplomata norte-americano, de origem alemã, que foi conselheiro do 37º Presidente Richard Nixon (1969 e 1974). Em 1973, foi premiado com o Prémio Nobel da Paz pelo seu importante papel na obtenção do acordo de cessar-fogo da Guerra do Vietname. De 1973 a 1977 serviu como chefe do Departamento de Estado dos Presidentes Richard Nixon e Gerald Ford (38º presidente dos EUA, entre 1974 e 1977).

⁷ “World order describes the concept held by a region or a civilization about the nature of just arrangements and the distribution of power thought to be applicable to the entire world” (2015, p.9)

⁸ Hal Brands é um ilustre autor e professor de assuntos mundiais na Universidade Johns Hopkins, na School of Advanced International Studies

⁹ Rand Corporation é um *think tank* norte-americano, fundado em 1948. É financiado pelo governo americano e por entidades privadas. Descreve-se como sendo uma organização “sem fins lucrativos, apartidária e agindo no interesse público” - <https://www.rand.org/> (2021).

¹⁰ Excerto da autobiografia de John Mearsheimer, disponível no seu próprio *webstite*: “I am an international relations theorist. More specifically, I am a realist, which means that I believe that the great powers dominate the international system and they constantly engage in security competition with each other, which sometimes leads to war.” <https://www.mearsheimer.com/>

vigente é um sistema baseado nas normas, regras e leis e são estas normas e regras que são/estão incorporadas nas instituições multilaterais, tanto as de alcance global como as de alcance regional (Mearsheimer, 2019). E quem cria e governa as ordens internacionais, quem cria e governa as instituições internacionais? Numa resposta bem sintética, são os Grandes Poderes, os superpoderes internacionais (Mearsheimer, 2019).

Apesar de a expressão “ordem liberal internacional” ser encontrada em quase todos os textos e artigos científicos –não obstante vivermos numa/com uma ordem liberal – esta expressão não se define por si só nem o seu significado parece ser assim tão claro, é, para Hans Kundnani (2017), “far from self-explanatory” (p.1). John Ikenberry (2011), um famoso teórico das relações internacionais, caracteriza a ordem liberal como sendo uma “ordem internacional aberta e baseada em regras (...) inscrita em instituições, como as Nações Unidas, e em normas multilaterais” (p.56). Ora bem, existem três categorias de liberalismo: (i) o liberalismo político, (ii) o liberalismo económico e, por fim, (iii) o liberalismo intergovernamental. A atual ordem internacional é liberal por uma grande razão – os EUA, os “fundadores” da atual ordem têm no liberalismo a sua ideologia principal, fazendo, por isso, com que a atual ordem não seja uma ordem realista nem agnóstica, mas sim, uma ordem ideológica (Mearsheimer, 2019, pp.12-17). Ademais, a atual ordem liberal internacional não é definida como “liberal” apenas por causa do liberalismo político, ou por causa do liberalismo económico nem tampouco por causa do liberalismo intergovernamental. É-o por ser um conjunto – e uma ligação – entre estas três categorias, sendo que a relação entre elas nem sempre é pacífica ou direta, embora as três estejam, quase sempre, associadas.

Com uma Europa fisicamente destruída e desmoralizada pela II Guerra Mundial, os EUA encontraram o terreno propício para iniciar a sua grande “escalada hegemónica” (Beeson, 2018, p.3). Esta escalada, no bloco Ocidental, resultou incontestavelmente na liderança hegemónica norte-americana ¹¹ evidentemente demonstrada no poder económico e financeiro, na sua supremacia militar, no poder/chefia intelectual (inteligência) e no poder de inovação tecnológica. De acordo com os autores Mark Beeson e Xu Shaomin (2019) – e fundamentados na tese de Michael C. Williams (1998) - “indubitavelmente, a criação das Instituições de Bretton Woods – o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (GATT¹²) – foram uma reflexão do poder, dos interesses e dos valores norte-americanos” (p.346).

¹¹ Quando mencionado o termo “norte-americano/a”, daqui em diante, refere-se ao país Estados Unidos da América, e não ao continente (que inclui países como o Canadá ou o México).

¹² Acrónimo em inglês de “General Agreement on Tariffs and Trade”.

Tais postulados, como o liberalismo económico, foram adotados pela parte liberal do mundo apesar de que nestes tempos de mudança constante – e um tanto imprevisível – um dos tópicos que prevalece na grande estratégia norte-americana desde os tempos do fim da II Guerra Mundial ser o apoio dos EUA na ordem liberal internacional e no sistema internacional (Brands, 2016, p.2). E, como John Ikenberry (2012, p.2) afirma, o mundo até 1945 nunca tinha assistido a uma construção da ordem liberal tão abrangente e ambiciosa como a que foi levada a cabo pelos Estados Unidos. As duas maiores potências do período pós-II Guerra Mundial foram, obviamente, os EUA – uma democracia – e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – uma autocracia – que divergiram nas pretensões para a construção de uma nova ordem internacional (Gaspar, 2019, p.29), criando assim uma ordem e um sistema bipolar. Dada esta divergência – ou falta de disposição para uma possível convergência – a separação dos dois grandes aliados torna-se realidade e inicia-se o período de uma permanente competição bipolar entre as duas potências (Gaspar, 2019, p.29).

Como afirma Almeida (1998), “a distribuição de poder emergente da segunda Guerra Mundial constituiu o primeiro exemplo de bipolarização na História do sistema de Estados moderno. Desde a Paz de Vestefália¹³, celebrada em 1648, até ao final da II Guerra Mundial, o sistema internacional foi caracterizado por sucessivas configurações multipolares de distribuição de poder. A partir de 1945, a política internacional, especialmente na Europa, foi reduzida a duas esferas de influência dominadas pelas duas 'superpotências'. Uma elevada assimetria de poder a favor das 'superpotências' e o conflito de carácter ideológico entre norte americanos e soviéticos constituíram os elementos definidores do regime bipolar” (p.80).

Winston Churchill, um eloquente orador e primeiro-ministro do Reino Unido entre 1940 e 1945 e, mais tarde, entre 1951 e 1955, afirmou, no seu discurso de 5 de março de 1946, na Westminster College de Fulton, Missouri, que “de Stettin, no Báltico a Trieste, no Adriático, caiu uma cortina de ferro sobre o continente”. Esta expressão “Cortina de Ferro” para sempre ficará como símbolo da “Cisão da Europa” (Gaspar, 2019, pp. 34-37). Tal separação, entre a Europa, de Stettin a Trieste – inicialmente de forma ideológica e, mais tarde, com uma divisão física – divide o

¹³ A denominada “Paz de Vestefália” designa a série de acordos que foram produzidos a partir do Congresso de Vestefália que foi convocado com o objetivo de pôr fim à Guerra dos Trinta Anos. Este conflito político e religioso que decorreu entre 1618 e 1648 teve o seu epicentro no território da atual Alemanha. O Congresso, que decorreu entre 1643 e 1648, consistiu em diversas reuniões sem um plenário e nele participaram os plenipotenciários dos diversos beligerantes. Foram assinados dois tratados: o de Munster que pôs fim à Guerra de Independência das Províncias Unidas e o de Osnabrück que fez a paz entre o Sacro Império Romano-Germânico e a denominada *União Evangélica* (aliança entre os príncipes alemães, a Suécia e a França).

velho continente em duas áreas de influência: a Este, a soviética e a Oeste, a liberal. Ou, como a Doutrina Truman¹⁴ definiu o mundo e os seus dois tipos de vida: os países livres e os países totalitários. Tal declaração de Churchill – para além de profética – assinala, para o ministro dos negócios estrangeiros da União Soviética, Vyacheslav Molotov¹⁵, o início da Guerra Fria. A divisão entre as duas potências foi, porém, institucionalizada somente em 1955 com a integração da República Federal da Alemanha (RFA) na NATO e com a consequente formação do Pacto de Varsóvia, em 1955, e integração da República Democrática Alemã (RDA) nesse tratado. Na parte Ocidental do mundo, o liberalismo era a ideologia aceite e generalizada, e na parte Oriental, foi o conceito político e económico do comunismo que vigorou.

Os EUA

Apesar de inicialmente se demonstrarem algo relutantes (Beeson, 2018, p.3), os EUA assumiram o papel hegemónico – papel que tinha pertencido ao Reino Unido – com a sua *Pax Britannica*¹⁶ - uma potência que tinha vindo a enfraquecer e que no momento não tinha capacidade para reagir a tal posição ao antigo colonizado (Beeson, 2018, p.3) – e iniciaram a tarefa da reordenação do palco internacional. Com efeito, a importância económica e financeira dos EUA, assim como os seus vastos territórios, abundantes em vários recursos naturais – permitiram-lhes desde finais do século XIX/ início do século XX transformarem-se numa potência industrial. Este crescimento da economia dos EUA acentuou-se com a I Guerra Mundial e acelerou a seguir à II Guerra Mundial. Este crescimento económico possibilitou-lhes ir alargando o seu domínio

¹⁴ Em março de 1947, perante uma sessão conjunta do Congresso (órgão legislativo bicameral constituído pelo Senado e pela Câmara dos Representantes), o presidente Harry S. Truman solicitou 400 milhões de dólares para ajuda económica e militar à Grécia e Turquia, uma vez que a “Grã-Bretanha não podia continuar a proporcionar ajuda financeira [aqueles] governos.” Este discurso ficou conhecido como a Doutrina Truman e nele o 33º presidente dos EUA afirmava que “As sementes dos regimes totalitários nutrem-se da miséria e da escassez. Multiplicam-se e crescem no solo perverso da pobreza e do conflito. Atingem o seu crescimento pleno quando a esperança de um povo por uma vida melhor morreu. Nós temos a obrigação de manter essa esperança viva. Os povos livres do mundo contam connosco para preservarem as suas liberdades. Se falharmos na nossa liderança, pomos em causa a paz do mundo e, seguramente, poremos em causa o bem-estar da nossa Nação.” Este discurso pode ser lido na íntegra no sítio virtual <https://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=false&doc=81>

¹⁵ Vyacheslav Molotov (1890-1986) foi Ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS entre 1939-1949 e, mais tarde, entre 1953-1956. Assinou o Pacto-Molotov-Ribbentrop (1939; um pacto de não-agressão entre a Alemanha Nazi e a URSS), e foi conselheiro de Estaline e, por isso, participante ativo nas Conferências de Teerão (1943), Yalta (1945) e Postdam (1945). Info: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/resource/cold-war-history/vyacheslav-molotov>

¹⁶ Este termo, *Pax Britannica*, refere-se ao conceito histórico de relativa paz “imposto durante o século XIX pela Grã-Bretanha, quando era o único superpoder do mundo” (Crouzet, 1999) – excerto do artigo científico “Outside the walls of Europe – the Pax Britannica”

económico em diferentes partes do mundo e, como tal, impor-se no palco internacional. Desta forma, conseguiu criar um sistema altamente institucionalizado que refletia as suas preferências e vontades (Beeson e Higgot, 2005, pp.1173-1188; Beeson, 2018, p.3).

A década de trinta do século passado não foi fácil em nenhuma parte do mundo, incluindo nos Estados Unidos. Mais de 15 milhões de americanos estavam desempregados – um desemprego crónico – as empresas faliam, as fábricas fechavam, não havia investimento, nem produção, nem consumo e o Presidente Hoover pedia “paciência” aos seus americanos e as *hoovervilles* multiplicavam-se nos subúrbios das grandes cidades. A Grande Depressão atingiu primeiro a Europa, credora dos EUA e dependente dos capitais norte-americanos. A retirada destes capitais abalou fortemente o tecido industrial europeu. Por todo o lado manifestações de descontentamento social. O capitalismo provocava uma miséria extrema e a ascensão de regimes ditatoriais. Internamente, a mudança estava a chegar. Em 1932, o Presidente Franklin D. Roosevelt foi eleito e com ele implementou-se o *New Deal* – um conjunto de medidas que passavam pela intervenção do estado federal na economia nacional. À medida que o *New Deal* foi restabelecendo a confiança americana, surgiam noutros países opções totalitárias, como na Alemanha, em Portugal e Espanha¹⁷. A confiança americana ia sendo restaurada, mas a ameaça de uma guerra apresentava-se como sendo cada vez mais provável. Quando em 1941 se deu o ataque a Pearl Harbor, a economia americana foi estimulada pela entrada dos EUA na II Guerra Mundial (7 de dezembro) (Berkin, 2011, pp.629-630; Clemens, 2008, p. 114). A Grande Depressão ficava para trás.

Durante décadas, a política externa norte-americana propalou os princípios de comércio-livre, direitos humanos e princípios democráticos (Brands, 2016, p.2), sendo que a “conservação” da ordem liberal internacional seria um dos objetivos permanentes e mais duradouros do país. Os Estados Unidos da América são a expressão quintessencial do movimento europeu setecentista - o Iluminismo – e dos seus valores (como liberdade e igualdade) que estão na base da criação deste Estado. Estes valores fundacionais da filosofia aliados à geografia, à disponibilidade de vastos recursos naturais e ao dinamismo económico e social norte-americano permitiram que esta antiga colónia inglesa tivesse um papel de liderança nos assuntos internacionais. Nota-se, quer nas atitudes contemporâneas, quer as que demonstrou ao longo da sua História, que esta superpotência sempre, ou quase sempre, atuou em conformidade com a sua “agenda” - a de

¹⁷ Não se refere Itália porque Mussolini chegou ao poder na sequência dos seus fascii e a Marcha sobre Roma (1922). Também não se refere a União Soviética porque Estaline detinha o controlo do partido e do Estado desde 1928.

melhorar o mundo tendo como “guião” a sua própria estrutura socioeconómica, política e cultural (McDougall, 1998, p.173).

Importa igualmente destacar que essa importância económica dos EUA – que, ao contrário da maior parte da Europa, não estava em estado caótico – levou a que os próprios americanos acreditassem que talvez pudessem, conseguissem e devessem estabelecer a tão importante liderança internacional!

Gradualmente, os EUA substituíram o Reino Unido como líder e potência internacional que “ao comando do céu” – excerto da música *Rule Britannia*, de James Thomson e Thomas Arne (século XVIII) – dominava (*rule*) a Europa e, estando os atores europeus limitados na sua capacidade de resistir ao que fosse – apesar de terem ideias e valores semelhantes às do Reino Unido (pois ambos Estados são entidades associadas ao liberalismo) – foram muito poucos os obstáculos que encontraram no seu percurso de ascensão. De facto, a sua economia representava metade do produto bruto mundial e tinham em sua posse o “monopólio das armas atómicas” (Gaspar, 2019, p.28). Na verdade, a Grande Estratégia do governo americano revelou-se profundamente eficaz pois tinha como grande objetivo conter a expansão do comunismo, mormente o comunismo soviético. De facto, “os Estados Unidos, que travaram duas guerras mundiais para evitar a hegemonia de uma grande potência no continente euroasiático, estão determinados em impedir o domínio soviético sobre o Japão e Europa ocidental, incluindo a Alemanha” (Gaspar, 2019, p.31). Para os estrategas norte-americanos é a sua democracia “que ganha uma confiança ímpar nas suas qualidades” (Gaspar, 2019, p.28), projetando o seu poder, principalmente o seu poder geoeconómico, como forma de alcançar também os seus objetivos geopolíticos.

Um dos maiores produtos da estratégia Euro-Atlântica foi, sem dúvida, o Plano Marshall¹⁸, também conhecido como o Programa de Recuperação Europeia, visto como um projeto estabilizador para uma Europa destruída e arrasada, económica e infraestruturalmente (Beeson, 2018). Tal plano – de elevada importância diplomática e plano “pioneiro” da geoeconomia– consubstanciou-se num conjunto de investimentos norte-americanos acessível a todos os Estados europeus – exceto Espanha – que marcou, por sua vez, a primeira divisão institucional que separa as duas Europas. Os objetivos mais imediatos desta obra – numa interpretação realista da Doutrina

¹⁸ Em 5 de junho de 1947, o Secretário de Estado George C. Marshall, dirigindo-se aos finalistas da Universidade de Harvard, apela à criação de um programa que permitisse à Europa reconstruir-se. Em março do ano seguinte, o Congresso aprovava o Ato de Cooperação Económica e destina fundos (que atingirão os 13 mil milhões de dólares) para a reabilitação económica de vários países da Europa do Sul e Ocidental. Entre 1948 e 1951, 16 países europeus receberam (no início) bens e apoio técnico e, na última etapa do plano (que terminou em 1951), capitais para o desenvolvimento do tecido industrial.
<https://www.marshallfoundation.org/marshall/the-marshall-plan/history-marshall-plan/>

Truman – eram o de consolidar e restaurar a confiança (política) das democracias europeias (Gaspar, 2019, p.35-36) e prover incentivos para a recuperação das devastadas economias europeias, principalmente a economia alemã – o motor industrial da Europa. Com efeito, G. Marshall estava convencido que a chave para a estabilidade política (e conseqüente sobrevivência das instituições democráticas) estava na revitalização das economias nacionais. Estas eram as condições essenciais para assegurar a paz social, promover a segurança e estilhaçar o avanço do comunismo na Europa que, lentamente, se reerguia de uma segunda guerra mundial muito mais devastadora que a primeira.

A segurança que os estrategas americanos desenharam para o efeito era, de facto, uma segurança dinâmica. Dinâmica porque não se concentrava apenas na questão de segurança social, como se estendia para além da segurança política – democracia – e da segurança económica – capitalismo (Beeson, 2018, p.3; Hogan, 1987, p.428). Com efeito, como afirmou Charles Bohlen¹⁹ (1947) nos primeiros anos da Guerra Fria, não existia um mundo, mas dois e que “todas as medidas americanas deveriam ter em atenção este facto” (Rose, 2011, p. 319).

A Institucionalização da Ordem Internacional

Em 1944, ainda a guerra não tinha terminado, e já os Três Grandes preparavam o Mundo para os dias seguintes. As delegações de quarenta e quatro aliados assumiam, em Bretton Woods (New Hampshire, EUA), os princípios de um novo sistema monetário internacional que garantisse a estabilidade das moedas indispensável ao incremento das trocas. O sistema assentou no dólar como moeda-chave. As restantes moedas passaram a ter uma paridade fixa relativamente ao ouro e à moeda americana, já que o Tesouro dos Estados Unidos garantia a convertibilidade dos dólares neste metal precioso. O dólar passou a ser *as good as gold*. Da mesma conferência, e com o objetivo de operacionalizar o sistema, resultaram duas importantes instituições multilaterais: o Fundo Monetário Internacional, ao qual recorreriam os bancos centrais dos países com dificuldades em manter a paridade fixa da moeda ou equilibrar a sua balança de pagamentos e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial, destinado a financiar projetos de fomento económico a longo prazo. Segundo Carrai

¹⁹ Charles E. Bohlen (1904-1974) foi um perito norte-americano da realidade soviética que ajudou a moldar a política externa durante a II Guerra Mundial e a Guerra Fria. Esteve presente nas negociações com os soviéticos durante a Guerra e foi embaixador em Moscovo na década de 50. Foi também conselheiro de vários presidentes entre 1943 e 1968. <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ei/rls/stamps/67018.htm>

(2017), este acordo tinha como objetivo “reabrir a economia mundial através da criação de um sistema liberal multilateral” (p.12). As instituições Bretton Woods, símbolo da atual ordem liberal, foram concebidas e (são) dominadas por países do Ocidente o que, por sua vez, faz com que as suas normas e regras sejam predispostas a favorecer os países desenvolvidos (Zhang, Feng, Liu, 2020, p.44).

Com efeito, o fim da II Guerra Mundial cria – como afirma Carlos Gaspar²⁰ (2019, pp. 28-29) – um novo sistema internacional e uma nova ordem internacional. Como referido anteriormente, a nova ordem estabelecida pelos EUA baseava-se em ideais liberais internacionais, ideais que ainda hoje são (praticamente) sinónimos do *American way of life*²¹ e patentes nas filosofias do século XVII e XIX de Immanuel Kant, John Stuart Mill, Richard Cobden e Norman Angell (Flockhart e Li, 2010, p.2). O objetivo essencial da *Pax Americana* reside na cooperação entre Estados, através de uma arquitetura institucional em que os planos financeiro, comercial e de segurança sejam transversais. A força motriz de tal ordem alicerçava-se na visão do Presidente Franklin D. Roosevelt para um sistema internacional de cooperação com as mesmas regras e os mesmos princípios, ou seja, uma “ordem internacional baseada nas regras” (Flockhart, 2018, p. 26).

As 3 subordens da ordem liberal internacional

Existem três subordens da ordem liberal internacional que são as da segurança, política e económica e todas estão a enfrentar desafios. A mensagem que passa nos *media*, nos trabalhos académicos, e que se sente no ambiente internacional é a de que a ordem internacional unipolar e liberal está a ser desafiada. A ordem internacional em geral está a ser afrontada com uma série de desafios e ameaças que põem em causa principalmente a sua estabilidade. E como se desafia uma ordem estável? Quem ameaça a ordem liberal?

Thomas Paine²², autor de *Common Sense* (1776), declara que “quão mais simples for uma coisa, será menos provável que esta venha a ser desordenada” (p.68). Bem, a ordem internacional

²⁰ Carlos Gaspar (1950-) é investigador do Instituto Português de Relações Internacionais e professor catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É também assessor do Conselho de Administração da Fundação Oriente e do Instituto Nacional de Defesa.

²¹ Aconselho lembrar a foto de 1937 da fotógrafa Margaret Bourke-White, em Louisville, Kentucky. –Uma foto de uma fila de desempregados à espera de comer com o cartaz “World’s highest standard of living – there’s no way like the American way” de fundo.

²² Thomas Paine (1737-1803) nasceu em Inglaterra e emigrou para a América em 1774, influenciado por Benjamin Franklin. É considerado como sendo um dos mais importantes teórico político dos EUA.

é dos temas mais complexos por ser omnipresente, algo muito difícil de contruir/implementar, e muito trabalhoso de se manter.

Relacionado com a subordem relativa à segurança internacional, duas das nações que projetam a ideia de serem o “condutor” de desestabilização da mesma são a Rússia e a República Popular da China (RPC) – 中华人民共和国. Ambos os regimes autoritários são acusados de apoiar ditadores em todo mundo e de violarem cláusulas de tratados de controlo de armas. Enquanto que a Rússia é acusada de violar a soberania de certos Estados²³, a China é acusada de militarizar o Mar da China Meridional (Lawless, 2020, p.129). Dadas as circunstâncias, as duas potências parecem estar a criar novas esferas de influência onde possam exercer/impor o seu modelo de governança, enfraquecer e alterar a subordem de segurança. Nos dias de hoje, os Estados Unidos não são considerados como os prestadores da segurança mundial (Ikenberry, 2009, pp. 79-80), ou como um Estado tão vigoroso e seguro das suas atitudes e decisões que consegue prover ao mundo um maior grau de segurança. Grande parte do mundo, especialmente os Estados “mudos” e mais frágeis, os Estados Unidos são vistos como uma ameaça e uma força desestabilizadora. Existem já muitos Estados, especialmente aqueles incluídos na Iniciativa Cinturão e Rota – 一帶一路 – (a chamada Nova Rota da Seda), onde a China é considerada como a força prestadora de segurança. Esta visão é resultado da estratégia chinesa de “conversão” de influência/poder ou ajuda (chinesa) económico/a em apoio nas decisões e atitudes chinesas.

Também a subordem económica atravessa momentos difíceis, especialmente quando estes são “causados” pela China. Não é de agora, do presente momento da história contemporânea internacional, que instrumentos económicos são utilizados como meio de influência a políticas externas, contudo, e de acordo com Scott Lawless (2020, p.127), os métodos utilizados hoje em dia para exercer essa influência comprometem a ordem económica. Como referido em parágrafos anteriores, um dos grandes polos deste possível sistema multipolar é a Europa, em concreto a União Europeia (UE), região na qual a China “insistiu” economicamente durante a Crise na Zona Euro (em finais de 2009). Definitivamente, a crise provocou grandes estragos no euro, tanto económica como financeiramente. Em termos políticos, a crise enfraqueceu a força e o prestígio europeu, afetando desta maneira o peso deste poder na balança internacional – algo que não é omitido na balança multipolar. Adjacente à posição menos favorável das políticas europeias apresenta-se, portanto, o valor estratégico da União Europeia para a China, que também acabou por ser desvalorizado, não somente pela China, mas pelo próprio sistema. O “desfavorecimento” da zona Euro no palco internacional fez, por sua vez, com que a China “assumisse” um papel mais preponderante, com

²³ O caso da Crimeia.

maior importância, no sistema internacional; com esta posição favorável, a RPC conseguiu ganhar mais influência (Qin, 2012, p.6). Como refere Scott Lawless (2020), o projeto chinês Cinturão e Rota ilustra como créditos, “projetos de desenvolvimento e outras medidas económicas” (p.130) são instrumentos económicos utilizados como recursos de influência.

Por último, a subordem política liberal é desafiada por meios não tão convencionais. Seth Jones (2018) define “guerra política” – *political warfare* - como “o uso de meios militares, de inteligência (informação), diplomáticos, financeiros, entre outros, com o propósito de alcançar objetivos nacionais sem recurso a uma guerra convencional”²⁴ (pp.2-3). Esta estratégia tem como principais recursos os meios de comunicação, sejam eles os mais tradicionais, como a televisão, aos mais recentes como as redes sociais e *podcasts*. Com a facilidade no acesso aos meios de comunicação e à “massificação” das fontes de informação, isto é, a enorme variedade de fontes de informação e sua interpretação, a *não*-informação, a desinformação, que atinge a sociedade civil em Estados liberais, põe à prova o próprio sistema liberal, desacreditando o modelo liberal de política (Lawless, 2020, pp.129-133).

As grandes falhas da ordem internacional

John Mearsheimer (2019, pp.30-31) afirma que três graves e “fatais falhas” foram cometidas no “desenho” da natureza e materialização desta ordem internacional. Com efeito, a razão para o declínio da atual ordem internacional reside na sua própria natureza.

Segundo o autor, a primeira grande falha foi, e continua a ser, a intervenção do líder da atual ordem unipolar, os EUA, em assuntos internos de países que tinham/têm de ser “convertidos” em democracias liberais (Mearsheimer, 2019, pp.30-34). Em primeiro lugar, será pertinente referir que esta missão advém da convicção norte-americana de que são uma “nação indispensável” – uma expressão usada várias vezes pelos presidentes norte-americanos como por exemplo, Bill Clinton em 1997²⁵ e por Barack Obama em 2014²⁶ - na liderança do mundo, na proteção do mundo, e que “o outro”, como afirma Kishore Mahbubani (2018) “o Resto do Mundo não precisa de ser salvo pelo

²⁴ Em inglês sobre *political warfare*: “refers to the employment of military, intelligence, diplomatic, financial, and other means short of conventional war to achieve national objectives.”

²⁵ “Let us do what it takes to remain the indispensable nation -- to keep America strong, secure and prosperous for another 50 years” – discurso de 1997 ao Estado da União - <https://clintonwhitehouse3.archives.gov/WH/SOU97/>

²⁶ “It is America that the world looks to for help. So the United States is and remains the one indispensable nation” – discurso de 2014 à Academia Militar West-Point - <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/05/28/remarks-president-united-states-military-academy-commencement-ceremony>

Ocidente ou educado em função das suas estruturas governamentais e elevados padrões morais. E, seguramente, dispensa de ser bombardeado” (p.81). Em segundo lugar, converter países em democracias liberais requer um tremendo e moroso trabalho, energia e perseverança. O processo em si não é fácil e, nas palavras de George Orwell (1946) “ver aquilo que temos diante do nariz requer uma luta constante”²⁷! Será que os EUA ignoram que o mundo não é um sítio homogêneo e que a tentativa de universalização de valores pode, a longo prazo, provocar o efeito contrário? Para além deste “esquecimento”, os Estados Unidos parecem desconsiderar que “o outro” também tem orgulho nacional, algo que me leva a referir a questão de “nacionalismo”. Num processo de conversão existirá sempre algum tipo de resistência. Desta forma, é de esperar que, no que toca a reformas a nível de políticas nacionais, os EUA tenham enfrentado vários graus de resistência no país intervencionado. Na raiz desta resistência, caótica ou não, está o nacionalismo! Segundo Mearsheimer (2019), “o nacionalismo é a ideologia política mais poderosa do planeta, e supera invariavelmente o liberalismo quando as duas ideologias chocam e, por isso, mina logo a ordem”²⁸ (p.8).

Na segunda grave falha está também evidente a questão do nacionalismo. Segundo Mearsheimer (2019, pp.34-37), a atual ordem internacional cria, mesmo em países de tradição democrática liberal, condições que destabilizam o sentido de soberania e identidade nacional. Como referido anteriormente, este mesmo autor (2020) define “ordem internacional” como um conjunto organizado de instituições internacionais, organizações que os Estados liberais (tradicionalmente) defendem e às quais lhes concedem (cedem) vários graus de autoridade (Mearsheimer, 2019, p.35). A destabilização a que o autor se refere surge com o sentimento de “cedência”, o ato de rendição da soberania nacional. Segundo Jean Bodin²⁹, soberania consiste no poder supremo, neste caso - um Estado moderno - um conjunto de poderes, como o Parlamento Nacional, de um Estado – uma entidade de autoridade independente - que são exercidos sobre os cidadãos, onde, portanto, é soberano aquele que exerce este poder sem quaisquer limitações. Ademais, é a soberania que concede ao Estado a categoria de autoridade independente, interna e externamente. Quando um Estado liberal “confia” nas “virtudes de uma instituição internacional” (Mearsheimer, 2019, p.35) de tal maneira que lhe “cede” autoridade e poder, poder-se-á afirmar

²⁷ Ensaio “Diante do teu nariz”, do autor George Orwell (), publicado pelo jornal inglês *Tribune*, em março de 1945 - <https://www.orwellfoundation.com/the-orwell-foundation/orwell/essays-and-other-works/in-front-of-your-nose/>

²⁸ Em inglês, “nationalism is the most powerful political ideology on the planet, it invariably trumps liberalism whenever the two clash, thus undermining the order at its core.”

²⁹ Jean Bodin (1530-1596) foi um importante jurista e filósofo político francês. Foi membro do Parlamento francês e desenvolveu a noção de “soberania”.

que existe uma perda, ou transferência, de soberania, uma situação que pode chocar com a identidade nacional de um país. Segundo Robert Kuttner (2019), as instituições internacionais, que são uma das componentes mais importantes de uma ordem internacional, são a representação de instrumentos de execução de “princípios universais”. E num mundo hiperglobalizado com uma ordem sob *stress*, um termo como “universal” pode não agradar a todos os atores, visto que o “projeto” desta universalidade, o Ocidente, é (ainda) demasiado egocêntrico.

Por último, para o já referido autor, a terceira grande falha desencadeia-se a partir de um termo referido no parágrafo anterior – hiperglobalização. O líder da ordem falhou em calcular corretamente os efeitos da sua tarefa de criar uma “economia mundial hiperglobalizada” (Mearsheimer, 2019, p.38). O substancial crescimento económico no Ocidente desde a implosão da União Soviética e a execução concretamente de duas das três grandes tarefas – expandir a adesão a instituições internacionais (ocidentais) e criar uma economia mundial “hiperglobalizada” (Mearsheimer, 2019, pp.39-42) - a serem feitas pelo líder da “nova ordem internacional”, provocaram reações negativas dentro dos membros da própria ordem liberal. Depois de vários anos a tentar abrir a China, por fim, este país, por iniciativa própria, abriu-se ao mundo. Quando o sistema económico é aberto e no qual quaisquer obstáculos ao comércio livre são ultrapassados, o processo de globalização liberal económica vai ganhando tração e transforma-se na “fábrica do mundo”. Quando é por causa do “outro”, e do seu aproveitamento do “meu” liberalismo, que a “minha” economia (liberal) sofre, a situação escala de termos económicos para políticos, pondo assim em causa a legitimidade da ordem liberal.

Um dos problemas adjacentes ao unipolarismo é o de que quando um poder/Estado, ou conjunto de poderes/Estados, tenta contrabalançar o sistema internacional é rotulado de “revisionista”. Ser revisionista é, por definição, tomar uma posição que desafia e/ou põe em causa os fundamentos de uma doutrina. O seu objetivo é fazer colapsar a estrutura unipolar do sistema internacional e não reformar o próprio sistema e, assim, restaurar o equilíbrio do sistema (Schweller e Pu, 2011, pp.44-45).

Muitos analistas e teóricos, como Robert Blackwill, afirmam que a China está a utilizar tanto mecanismos materiais como não-materiais para desafiar a ordem internacional. Estes mecanismos não-materiais têm o subtil intento de criar uma resistência ao poder hegemónico. Schweller e Pu (2011, p.52) afirmam que subjacente a esta estratégia de resistência, o ator mais débil – posição em que a China já esteve – provisória e parcialmente aceita a legitimidade do poder hegemónico – os EUA. Estando a legitimação assegurada e o ator débil incluído no sistema e na ordem

internacional, este aproveita todos os benefícios, oportunidades e meios que a ordem oferece para se fortalecer e, mais tarde, contestar e desafiar o poder hegemónico.

Será que a História terminou?

A atual ordem liberal internacional sofreu, obviamente, várias alterações, tendo-se desenvolvido e incluído elementos e visões diferentes. Todavia, creio que é necessário realçar que a atual ordem (regente hoje) não substituiu a ordem anterior (a prévia à II GM), tendo sido criada – e desenvolvida – a partir dessa. Como sugere Ikenberry (2012, p. xii), numa excelente metáfora para a ordem liberal internacional, é necessário pensar-se na ordem como um vulcão: o sistema vestefaliano é uma espécie de *bedrock* que serve de base a todas as formas de ordem que vão sendo desenvolvidas. De acordo com este autor, a atual ordem liberal internacional é uma fusão entre o sistema de Estado moderno (algo que remonta a 1648, mais especificamente à Paz de Vestefália) e a ordem liberal. O primeiro elemento desta fusão basear-se-á no conceito de soberania dos Estados. O segundo, basear-se-á no “mercado livre, em instituições internacionais, na comunidade democrática de cooperação de segurança, na mudança dinâmica/progressiva, da resolução coletiva de problemas, soberania partilhada e no Estado de direito” (Ikenberry, 2011, p.2).

Já John Mearsheimer (2019, pp.8-49), um crítico da escola realista, afirma que a atual ordem internacional nasceu a partir da *bounded order*, um tipo de ordem que se caracteriza por ser um “conjunto de instituições com adesão limitada” (pp.11-12), por se estender a nível regional e não global e, por não incluir todos os grandes poderes (2019, pp.11-12). Uma característica que difere as *bounded orders* das ordens internacionais deve-se ao facto de estas últimas terem como objetivo a facilitação da cooperação entre Estados e não a “estimulação” da rivalidade entre poderes. Para este autor, durante a Guerra Fria existiram três ordens (realistas): a ordem soviética (comunista), claramente liderada pela União Soviética, a ordem ocidental, liderada pela grande potência ocidental, os Estados Unidos e, finalmente, uma terceira muito delicada e não muito “evidente”. Esta última era perceptível em instituições como o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (NPT) ou a Agência Internacional de Energia Atómica (IAEA) às quais tanto a União Soviética como os Estados Unidos pertenciam.

Quando a Guerra Fria terminou³⁰, a grande potência global, o país mais poderoso do mundo, eram os Estados Unidos. E por isso, a *bounded order* norte-americana foi crescendo enquanto que a ordem soviética refletia o estado de degradação de uma União Soviética falida, fragilizada e colapsada. Sem surpresas, a ordem norte-americana permanecia (quase) intacta enquanto a União Soviética colapsava. O momento unipolar norte-americano estava a ser vivido e Washington tinha como grande objetivo transformar a *bounded order* liberal numa ordem internacional liberal (unipolar), uma criação do pós-Guerra Fria, à qual o Presidente George H. W. Bush designou de “nova ordem internacional” (1991). De acordo com Flockhart e Li (2010), sempre foi intenção da ordem liberal ser uma ordem internacional, “integracionista e expansionista” (p.2).

Criar, sob o ponto de vista americano, uma ordem internacional liberal exigia três grandes tarefas por parte da grande potência mundial que, por sua vez, estavam fortemente relacionadas com os princípios da teoria da paz democrática, do institucionalismo liberal e com a teoria da interdependência económica (Mearsheimer, 2019, pp.22-26). A primeira tarefa seria a de promover a adesão a instituições do antigo bloco Ocidental e criar novas instituições internacionais quando necessário. Esta tarefa resumia-se a criar uma extensa rede de instituições sob a influência ocidental, ou melhor, sob a influência norte-americana, com grande adesão de Estados-membros uma vez que quanta maior fosse a adesão, maior seria a influência exercida por Washington no palco internacional. A segunda tarefa consistia em criar uma “economia mundial hiperglobalizada” (Mearsheimer, 2019, p.22), na qual se expressava, obviamente, o liberalismo económico e, portanto, o capitalismo ao “estilo” norte-americano. Por fim, a terceira tarefa era a de fazer proliferar, pelo Mundo, a democracia liberal, ao “estilo” ocidental (Mearsheimer, 2019, p.22).

Quando, em fevereiro de 1989, Yoshihiro Francis Fukuyama³¹ pronunciava uma palestra sobre relações internacionais na Universidade de Chicago, o colapso da União Soviética era iminente. Para este cientista político, a última alternativa ideológica ao liberalismo estava a implodir, estava prestes a dar-se a “universalização da democracia liberal ocidental” (Gomes, 2021, p.42). Se os fascismos tinham desaparecido com a II Guerra Mundial, chegara a vez do comunismo. Este argumento foi depois desenvolvido no seu livro *The End of History and the Last Man* (1992) em que afirma que o Ocidente triunfara e que a História, como o processo pelo qual as instituições liberais se tornam universais, tinha terminado uma vez que atingira o seu objetivo maior. Com

³⁰ É comumente aceite situar-se o fim da Guerra Fria em dezembro de 1991 quando a Rússia, Ucrânia e Bielorrússia declararam a independência e a URSS foi dissolvida. Para trás ficavam a guerra do Afeganistão, a queda do muro de Berlim, a abertura de fronteiras e a promessa de eleições livres no bloco de leste.

³¹ Yoshihiro Francis Fukuyama (1952-) é um académico e politólogo norte-americano doutorado em Ciência Política pela Universidade de Harvard e mais conhecido pelo seu artigo de 1989 “O Fim da História”.

efeito, aquele prognóstico tinha como fundamento essencial o de que determinadas formas de organização sociais e económicas ocidentais – democráticas e liberais – persistiriam a todos os desafios e ameaças e, por essa razão, se tornariam formas de organizações universais (Beeson, 2020, p.355; Fukuyama, 1989; Ikenberry, 2008, pp.23-37). Na “antevisão” de Fukuyama reconhece-se a influência do filósofo George W. F. Hegel na sua tese de que a história é não mais do que o moroso reconhecimento dos ideais de liberdade, ideais que estão latentes na consciência do ser humano. Com o fim da Guerra Fria, os EUA e os seus aliados insistiam que não existia uma alternativa viável ao modo democrático liberal (Mearsheimer, 2020), isto é, que era inevitável a “universalização da democracia liberal ocidental” (Gomes, 2021, p.42).

Como crítico do pensamento de Fukuyama menciono Kishore Mahbubani³² (2018) que refere que este trabalho, servindo de ópio, provocou muitos e tremendos “danos cerebrais” no Ocidente (p.58). Para o diplomata, o pressuposto de Fukuyama apenas alimentou o sentimento de superioridade, uma espécie de alucinação, já sentida no Ocidente, ofuscando assim todas as futuras ameaças causadas diretamente por esta falta de humildade ocidental.

A ilusão de que História acabou com o triunfo americano conduziu a uma certa reformulação da identidade nacional norte-americana, na qual se centra a crença de que, e citando George H. W. Bush “não há substituto à liderança americana” (11 de setembro de 1990). Com a implosão da União Soviética foi destruída a “ilusão” de que uma ordem internacional comunista (socialista) seria capaz de governar o mundo. Esta mensagem de Fukuyama é muito mais do que uma simples mensagem, é uma crença. E esta crença é o fim da história com a democracia liberal a triunfar e a de que todos os países do mundo, mais tarde ou mais cedo, tornar-se-iam democracias liberais e que as nações comunistas convergiriam com os ideais ocidentais (Lawless, 2020, p.128).

Lembro as palavras de Winston Churchill que se encontram no frontispício da sua História da II Guerra Mundial e que aconselhava “na vitória, magnanimidade”. Quando a Guerra Fria terminou, parece que a política externa norte-americana ignorou este sábio conselho ao delinear as estratégias de relacionamento com a ex-URSS. Estando os Estados Unidos “ofuscados pela húbri” (Mahbubani, 2018, p.65) da sua vitória, optaram por manter uma atitude de superioridade, humilhando o seu antigo rival, “expandindo a NATO até aos países anteriormente vinculados ao Pacto de Varsóvia” (Gomes, 2021, p.53) – o que pode ser visto como uma expansão agressiva ocidental. Como consequência, não previram que esta humilhação a nível internacional originaria uma ineludível reviravolta. A Rússia precisava, então, de um líder forte e determinado, com visão a

³² Kishore Mahbubani (1948 -) é um diplomata e académico singapurense. Foi embaixador de Singapura nas Nações Unidas. É o autor dos aclamados livros “A China já ganhou?” e “A queda do Ocidente”.

longo prazo e que fosse capaz de a defender no grande palco internacional (Mahbubani, 2018, p.70) - este líder eleito foi (e é) Vladimir Putin.

Mas antes de elencar os erros de cálculo dos Estados Unidos, há que identificar as vantagens americanas, especialmente as que “surgiram” e que se foram “impondo” durante a década de noventa do século XX. Mesmo antes dessa década, os EUA chefiavam uma ordem estável e poderosa enquanto que a da União Soviética era cada vez mais caótica e decadente e, portanto, os Estados Unidos tinham uma ligeira vantagem pois lideravam uma ordem “bem-sucedida”. Com o sucesso de uma liderança exercida por apenas uma potência, um só polo, junta-se outro fator vantajoso: não havendo nenhum outro poder a contradizer as ações de Washington, os EUA puderam exercer a sua vontade e divulgar os seus modelos liberais, tanto pela coerção ou força bruta (Mearsheimer, 2020). Para além disso, os EUA e seus aliados dispunham de uma legitimidade que o “outro bloco” não tinha, ajudando, por isso, a que não houvesse uma alternativa ao modelo liberal.

O Pós-Guerra Fria – as fases da política internacional do pós-guerra

Desde o fim da Guerra Fria que os EUA conseguiram projetar a nível internacional o seu poder económico, militar, o seu poder de inovação tecnológica e a sua liderança em matérias intelectuais. Se bem que estas quatro características serão repetidas várias vezes ao longo deste trabalho, é simplesmente porque são as fundamentais para se perceber em que é que a hegemonia norte-americana consiste. Apesar de o conflito ter terminado, a permanente necessidade de inovação (que contém as outras três características) manteve-se e assegurou que esta hegemonia se impusesse e não fosse contestada (durante algum tempo) no palco internacional.

FASE I:

Carlos Gaspar (2019, pp.5-7, pp.126-151) divide a política internacional do pós-Guerra Fria em três fases. A primeira, surgindo com o desaparecimento da União Soviética, em 1991 e que se prolongou até 2001. Esta foi a fase unipolar dos Estados Unidos, um momento caracterizado por uma ordem internacional unipolar e hegemónica, com os EUA a cavalgar a onda de uma difusão política e económica com traços claramente hegemónicos (Boniface, 2021, pp.8-11; Silva, 2015, p.51). Era aquilo que Avgoulas e Trigkas³³ (2019) denominam como o período da “euforia triunfante”, no qual os EUA conseguiram “impor” a sua vontade sem ter de fazer grandes compromissos com os outros Estados (pp.36-45).

Este período “dourado” da unipolaridade americana é, para Christopher Layne (1993, pp.5-51), um breve momento de transição para um outro de multipolaridade, um momento já previsto por muitos académicos realistas. Portanto, depois da bipolaridade, segue-se um momento breve de unipolaridade que dará lugar a um momento de multipolaridade. Esta “ilusão unipolar”, um momento a que Randall L. Schweller e Xiaoyu Pu (2011) declaram ser um “idealismo exuberante” (p. 41), deu aos Estados Unidos uma enorme confiança de projetar os seus interesses, vontades e valores. Contudo, também deu lugar a muitos problemas que resultaram em crises internacionais, e à (posterior) crítica de que os Estados Unidos não têm amigos (aliados) mas sim interesses!

³³ Emílios Avgoulas é um académico grego, doutorado em Direito e Economia pela London School of Economics. Vasilis Trigkas é um académico e bolseiro da Tsinghua University especializado em relações EUA-China, UE-China e em política externa chinesa.

Neste período dourado – década de noventa até meados dos anos 2000 – os EUA, e os seus aliados, conseguiram integrar em instituições multilaterais internacionais a China, um país que crescia energeticamente, e a Rússia, um rival que tentava reconstruir a sua autoconfiança. Apesar de a China ter sido integrada no FMI e no Banco Mundial em 1980, foi apenas em 2001 que foi admitida na Organização Mundial do Comércio (OMC). Em 1992, a Rússia passa a integrar o FMI e o Banco Mundial.

Desde o fim da União Soviética até 2001 – período de enorme sentimento de superioridade ocidental - diria que os “alarmes” ocidentais estiveram desligados e, portanto, não puderam detetar mudanças e movimentações que resultam em futuros desfechos, e consequências dos mesmos, como foi com o caso da chegada de Putin ao poder. Este momento de “cegueira” (Mahbubani, 2018, pp. 39-41) coincidiu precisamente com o “ligar dos motores” do Resto (Gomes, 2021, p.44; Mahbubani, 2018, p. 61). Relativamente ao Resto, particularmente sobre a China, creio que o motor, ou motores, desta potência foram ligados durante a década de oitenta e postos em marcha durante os anos noventa, especificamente durante este momento de cegueira.

FASE II:

O segundo período, de acordo com Carlos Gaspar (2019, pp.5-7, pp.151-161), foi de 2001 a 2008, um período muito turbulento e conturbado. Creio que, infelizmente, é uma continuação da “cegueira” ocidental causada pela euforia infundada do triunfalismo dos anos noventa. Shakeel Ahmad Ramay³⁴ (2020, pp.2-5), sugere que um conjunto de eventos anunciaram/anunciavam uma nova vaga de globalização. O autor propõe quatro condições primárias de mudança, estando neles incluídos o próprio processo de mudança, os atores que causaram a mudança e que podem ser admitidos como os quatro elementos principais à formação de uma nova ordem internacional. Esta análise de Shakeel Ahmad Ramay (2020) sugere que existem “dois grandes eventos” (p.2) – Guerra Contra o Terrorismo e a Crise Financeira de 2007 - e dois (sérios) “problemas” (p.2) – entrada da China na OMC e a pandemia provocado pelo SARS-CoV-2.

Kishore Mahbubani (2018) afirma que “os momentos de triunfalismo são inerentemente perigosos” (p.34). Com efeito, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 viraram o mundo do avesso e puseram em causa o sistema vigente e a ordem mundial, acima de tudo comprovando

³⁴ Shakeel Ahmad Ramay é um economista político reconhecido pelo seu trabalho em temas sobre a China, a BRI, a OCS, diplomacia internacional e previsões económicas.

que até um ambiente unipolar, liberal e com primazia militar representava grandes perigos (Brands, 2016, p.9). Os atentados terroristas de 11 de setembro, para Carlos Gaspar, “impuseram uma viragem imediata na política dos EUA e criaram as condições para uma revisão radical das prioridades da sua estratégia internacional” (Gaspar, 2019, p.151). Milhares de vidas foram perdidas nestes ataques que, na opinião pública norte-americana foram injustificados. Gabriel García Márquez, numa carta dirigida ao Presidente George W. Bush, lança questão: “como te sentes, ianque, ao saber que, no dia 11 de setembro, a guerra finalmente chegou a casa?”³⁵ (2003).

Sugerida pela terceira das leis de Newton, pode-se afirmar que a “Guerra Global contra o Terrorismo” (*War on Terror*) foi a reação americana, ou uma justificação, aos atentados terroristas de 2001 e que se assumiu como a principal prioridade dos Estados Unidos. E, por essa razão, a ameaça e a contenção da China passou para um plano secundário (Gaspar, 2019, p.158). Contudo, existe uma razão (que advém de uma opinião) que deve ser exposta. Esta é a de que a decisão americana de invadir o Médio Oriente, e em particular o Iraque, foi simplesmente por vingança e por arrogância. Kishore Mahbubani (2018) afirma que a “em vez de reagir com ponderação e inteligência, a arrogância intelectual prevalecente conduziu à desastrosa decisão de invadir o Iraque” (p. 36) e que, na prática, “tratou-se apenas de uma demonstração de arrogância e incompetência estratégica” (p.65), tanto pelo Estado Unidos como pelos seus aliados.

A Guerra Global contra o Terrorismo produziu uma nova estratégia³⁶ na política externa norte-americana que contradisse a sua tradição, especialmente no que toca à predileção americana pelo multilateralismo que foi ilustrada pela desvalorização, ou menosprezo, das longas, estáveis e importantes alianças (Gaspar, 2019, p.153). Para muitos observadores internacionais a Administração Bush parecia desprezar – e, eventualmente, colocar em risco – aspetos fundamentais da ordem internacional, mormente o respeito pelo “direito internacional, instituições internacionais e o multilateralismo” (Brands, 2016, p.10). De uma maneira bem simples, o modo como os EUA agiram com os seus aliados e amigos foi o de criar algo como um ultimato de *with or against us*³⁷ no qual não havia “espaço nem para outra solução nem para outras estratégias” (Ramay, 2020, p.2). O ultimato do Presidente Bush de pouco serviu, tendo em 2006 afirmado que o mundo se tinha tornado num “local extremamente perigoso” (Gomes, 2021, p.34).

³⁵ Texto disponível em: <https://www.polodemocratico.net/carta-de-garcia-marquez-a-george-w-bush-sobre-el-11-de-septiembre/>

³⁶ Segundo o relatório (setembro de 2020) “Costs of War” elaborado pelo Watson Institute da Universidade de Brown, estima-se que esta guerra provocou a deslocação entre 48 a 59 milhões de pessoas. Segundo o mesmo relatório, estes números ultrapassam todas as guerras desde 1900, exceto a II Guerra Mundial.

³⁷ Em português: ou estão connosco ou estão contra nós.

Com o pretexto de que se impunha conter, capturar e eliminar os arsenais de destruição maciça que estavam na posse do grupo terrorista Al Qaeda, os Estados Unidos invadiram o Médio Oriente em 2002. Apesar de Putin afirmar que a relação entre a Rússia e os EUA seria uma parceria de igual para igual (Stent, 2020), os Estados Unidos decidem invadir o Iraque, ignorando a posição da Rússia; as duas nações começaram a divergir... Para além dos conflitos no Médio Oriente, as revoluções na Ucrânia, na Geórgia e no Quirguistão, as chamadas “revoluções coloridas”, representaram a convergência dos dois titãs, visto que eram apoiadas pelos EUA. Porém, durante este período de guerra, assistiu-se ao aproximar de posições entre as duas potências (Gaspar, 2019, pp.156-158) – a China e a Rússia – na busca de uma recuperação gradual da sua posição estratégica, uma posição autónoma, recuperando a normalidade multipolar do sistema e da ordem internacional e, assim, retirando aos EUA a sua unipolaridade e supremacia no sistema internacional.

Este período do início do século XXI, concretamente, as ações perturbadoras de 2001 e as suas conseqüentes reações, apartaram ainda mais as atenções ocidentais, especialmente as norte-americanas – tensões que se vinham a acumular desde a década de noventa, as denominadas crises do Estreito de Taiwan - para o momento que se avizinhava do outro lado do mundo, na Ásia. Enquanto que num lado do mundo, o crescimento financeiro nacional estava ancorado e limitado, ao que muitos autores, como Francisco Gomes (2021) e Kishore Mahbubani (2018) afirmam serem guerras e invasões inúteis e “amarras limitadoras do crescimento financeiro (e) da inteligência estratégica” (Gomes, 2021, p.47), no outro lado florescia a economia e a confiança e qualidade de vida aumentava de dia para dia.

Regressando ao “problema” da China na OMC, importa referir que num esforço de integração num sistema multilateral, a China vinha já pugnando para ser admitida em determinados fóruns globais, em particular naqueles que estivessem relacionados com a estratégia de crescimento económico que se vinha aperfeiçoando. Aliás, muitas das regras e normas da OMC serviram de apoio, ou ponto de partida, à RPC aquando da elaboração da “economia socialista de mercado” – 社会主义市场经济 – em 1992. Em dezembro de 2001, a RPC passou a ser membro de pleno direito da OMC, o que lhe permitia concretizar mais eficazmente os objetivos da sua agenda interna/doméstica e beneficiar das oportunidades da globalização (Qin, 2011). A RPC passou a estar completamente aberta ao investimento estrangeiro (António, 2008, p.23).

A integração da China na economia mundial e na OMC foi um processo bastante complexo que ocorreu devido ao poder geoeconómico norte-americano, sentido, principalmente, nas instituições multilaterais (Beeson, 2018, p.5). Contudo, a liderança chinesa “acalmou” as

ansiedades nacionais de que “tudo tem um custo”. De um modo geral, os dirigentes chineses tiveram nas suas mãos o difícil (e moroso) processo de converter o país mais populoso do mundo, com uma economia nacional que desde a fundação do seu país seguia uma economia profundamente planeada, numa economia de mercado.

Deng Xiaoping³⁸, impulsionador, desde os anos setenta da política Reforma e Abertura, afirmou que quanto mais o país se reformava e abria, mais forte ficava e, portanto, mais aumentava a sua capacidade de enfrentar os riscos (Yuan, 2015, p.2). Jiang Zemin - 江泽民 - Secretário Geral do Comité Central do PCC, de 1989 a 2002, e presidente da RPC de 1993 a 2003, aquando da entrada da China na OMC, opinou de que a entrada do país nesta organização internacional tinha os seus prós e contras, contudo, dizia que esta adesão traria “oportunidades que triunfariam a todos os desafios que apareceriam, caso façamos os nossos trabalhos de casa bem” (Yuan, 2015, pp.3-4). Também o atual Presidente da RPC, Xi Jinping – 习近平 – partilha a mesma opinião dos seus antecessores quanto às reformas e abertura da China. Xi Jinping afirmou que “quanto mais nos desenvolvemos, mais abertos nos tornamos”, continua dizendo que “a porta de abertura da China nunca irá estar fechada” e acrescenta que “a reforma e abertura não têm término” (Yuan, 2015, p.4).

Yuan Yuan (2015, p.3) referiu que o momento em que a China acedeu à OMC (2001) foi perfeito, ideal, devido a dois fatores. O primeiro foi o de que a RPC tinha adotado a política de *go global* e de que o seu acesso corporizava este seu “ideal”. Em segundo lugar, os EUA, e seus aliados, estavam ocupados a combater na Guerra Global contra o Terrorismo de um custo “descomunal”, como afirma Francisco Gomes (2021). Poucos anos depois de os EUA terem “reagido” à ameaça de grupos terroristas e estando já em solo do Médio Oriente, tornava-se cada vez mais óbvio que esta reação, particularmente a Guerra no Iraque, estava a encaminhar-se para um desfecho desastroso.

A adesão da China à OMC abriu ao mundo um mercado de milhões de pessoas e fez acentuar mais a posição da China como “a fábrica do mundo”, fez realocar milhares de indústrias ocidentais, levando a perda de milhões de postos de trabalho no Ocidente (Gomes, 2021, p.46). Aos olhos do mundo ocidental, por outro lado, permitir que a China integre instituições internacionais da natureza da OMC tinha por base a esperança fundada de que pudesse ser “contagiada” pelo liberalismo económico, assim alterando – ainda que lentamente – o seu

³⁸ Deng Xiaoping – 邓小平 (1904-1997), filho de um proprietário rural, foi contemporâneo dos três períodos históricos da China do século XX: a era imperial, a Primeira República e a República Popular da China. Estudou e trabalhou em França e na URSS. Criou a expressão “socialismo com características chinesas”, iniciou a “reforma e abertura ao exterior”, advogou uma “política” de aprendizagem, ficando para sempre conhecido como o “pequeno timoneiro”.

pensamento (“não liberal”) e chegando, por fim, ao tão desejado (pelo Ocidente) sistema de governo democrático.

Conquanto, a entrada de milhões de trabalhadores chineses no sistema comercial internacional produziu uma série de fenómenos que, agora, um período de vinte anos depois da entrada da RPC na OMC e no qual “sobrevivemos” a várias crises, notamos, com ainda mais clareza, as consequências deste acontecimento aqui no canto ocidental do mundo. Milhares de indústrias localizadas a Ocidente foram realocizadas para Oriente, o que provocou, por sua vez, a perda de milhares de postos de trabalhos e declínio nos rendimentos dos seus nacionais e nas próprias produções nacionais. Outro resultado destes fenómenos foi o agravamento das desigualdades nacionais e volatilidade interna, o que, por sua vez, fez com que a ascensão de líderes políticos extremistas e populistas fosse ainda mais acelerada. Países europeus, “símbolos” da democracia liberal e membros da UE, como a Alemanha, a França, a Hungria, a Áustria e outros, assistiram a essa ascensão no seu próprio território.

FASE III:

A terceira fase da política internacional do pós-Guerra Fria defendida por Carlos Gaspar (2019, pp.6-7, pp.161-170) inicia-se em 2008 com China a receber os Jogos Olímpicos (de Verão) e a afirmar-se como um *responsible stakeholder*³⁹, um parceiro responsável da comunidade internacional.

Infelizmente, o ano de 2008 ficou também marcado pelo facto de ter registado a falência do grupo Lehman Brothers – que declarou a bancarrota a 15 de setembro – e expôs a gravidade da crise do sistema financeiro internacional que deixou a descoberto a sua instabilidade e vulnerabilidade, descreditando o “sistema capitalista neoliberal” (Avgoulas e Trigkas, 2019, pp.37-38); Brands, 2016, p.8).

Quando em 2008 a crise financeira atingiu os Estados Unidos e grande parte do mundo, o Ocidente (ainda) lutava a Guerra Global contra o Terrorismo. Esta sobreposição de desastrosos eventos prejudicou ainda mais “o setor financeiro, o mercado e a economia dos EUA e do resto do mundo” (Ramay, 2020, p.4). Foi o ano em que história económica virou uma das suas páginas, tendo o sucesso económico chinês inspirado “uma nova confiança no modelo central híbrido de

³⁹ A expressão *responsible stakeholder* foi utilizada pela primeira vez (publicamente) por Robert Zoellick, em 2005. Robert Zoellick, antigo Vice-Secretário de Estado, incentivou a que a China tomasse uma posição de parceiro responsável da comunidade internacional.

planeamento central e economia de mercado”⁴⁰ (Avgoulas e Trigkas, 2019, pp.37-38). De acordo com Shakeel Ahmad Ramay (2020), durante a crise financeira, a parte mais interessante foi a “de que a China ajudou o mundo e tentou dar apoio aos países” (p.4) arrasados pela crise. Este autor afirma que foi a primeira vez na história moderna que a RPC teve um papel central no palco internacional de impedir o agravamento da crise. Este nível de importância internacional fez com que a China se transformasse num polo (e novo destino) económico e comercial (Ramay, 2020, p.4).

Desde o final de um dos maiores conflitos do século XX, a II Guerra Mundial (1939-1945), foram muitos outros os conflitos globais que nasceram ou provocaram fraturas e crises. Os sucessivos conflitos na região do Golfo Pérsico⁴¹, os atentados terroristas, e a consequente invasão do Afeganistão e do Iraque, são alguns dos exemplos da crise de segurança que preocupa os Estados de todo o mundo. As crises económicas e financeiras (como a de 2008), os episódios violentos de perturbações climáticas que assolam o mundo constantemente, os dramas dos refugiados, as sucessivas crises epidemiológicas e, finalmente nesta breve enunciação, as crises na e da democracia são quase sempre continuções, mas também prelúdios de tempos mais difíceis e de mudança ou de transformação do sistema internacional. O que tem vindo a ser cada vez mais evidente são as perturbações do sistema de governação mundial, bem como os problemas que afetam o Ocidente, já referidos anteriormente.

A China foi, portanto, integrada no sistema e na ordem internacional, e aproveitou todas as oportunidades para crescer e se desenvolver através dos mecanismos e normas que esta oferece, como por exemplo, o liberalismo económico. Mas não nos esqueçamos que quando a China passou a estar integrada na ordem internacional, estava numa posição débil e o seu “milagre” económico estava ainda para acontecer. Deixando de ser um dos atores mais débeis da comunidade internacional, a RPC está, nos dias de hoje, numa das posições mais possantes e potentes do sistema. A Grande Recessão demonstrou a nível externo (internacional) a energia e a potência da China e, a nível interno fez com que confiança nacional começasse a dar os primeiros passos na direção do contestar e de desafiar o poder hegemónico dos EUA, assim como as instituições da ordem internacional. Pelo espetacular crescimento e desenvolvimento económico, a China ascendeu ao patamar de grande, ou melhor, a superpotência mundial capaz de contestar, desafiar e, talvez, derrubar a ordem internacional unipolar (Schweller e Pu, 2011, pp.52-58, pp.66-68). Em

⁴⁰ Em inglês: “inspired a new confidence in the hybrid Chinese model of central planning and market economics – officially framed as the socialist market”

⁴¹ Genericamente conhecidas como as Guerras do Golfo.

2019, Valbona Zeneli⁴², autora do artigo *Mapping China's Investments in Europe*⁴³ (publicado pela *The Diplomat*⁴⁴ na sua edição de março) afirmou que “aquilo que mudou na última década foi o aumento da pegada dos investimentos chineses na Europa. O investimento direto externo chinês (FDI⁴⁵) na União Europeia (UE) aumentou 50 vezes em oito anos, passando de menos de 840 milhões de USD, em 2008, para atingir o recorde de 42 mil milhões de USD (35 mil milhões de euros) em 2016, segundo as estatísticas do Rhodium Group⁴⁶. A atual situação reflete uma mudança de paradigma nas relações sino-europeias que deve ser cuidadosamente avaliada por causa do seu impacto económico e geopolítico na Europa. Lembramos que em 2016 o investimento chinês em países da União Europeia chegou ao seu valor máximo.

Em 1978, na Universidade de Harvard, o escritor russo Aleksandr Solzhenitsyn⁴⁷ exilado nos Estados Unidos, declarou que “o mundo ocidental perdeu a sua coragem cívica [...e...] tal declínio é especialmente notório na elite política e intelectual, causando a impressão de perda de coragem a toda a sociedade”⁴⁸.

Se combinarmos os quatro eventos que anunciaram, ou anunciavam, uma nova vaga de globalização com a divisão da política internacional do pós-Guerra Fria de Carlos Gaspar, há razões para este “mal-estar” ocidental. A crise financeira de 2007, a crise na Zona Euro, a série de calamidades ocorridas no Médio Oriente, a animosidade na União Europeia, o “insensato processo

⁴² Presidente da *Strategic Initiatives Department at the George C. Marshall European Center for Security Studies*. Este centro é um dos cinco centros regionais do Departamento de Defesa dos EUA e o único resultante da cooperação germano-norte-americana.

⁴³ O artigo completo pode ser lido em: <https://thediplomat.com/2019/03/mapping-chinas-investments-in-europe/>

⁴⁴ Desde a sua primeira edição, em 2002, que a revista *The Diplomat*, como se pode ler no seu sítio virtual, “se dedica à análise qualitativa e ao comentário sobre eventos ocorridos na Ásia e no Mundo. A *The Diplomat* alcança um vasto público constituído por comentadores, decisores políticos e académicos com as suas edições”. Informação acessível a partir de: <https://thediplomat.com/the-diplomat/>

⁴⁵ Do inglês Foreign Direct Investment.

⁴⁶ Esta organização é um provedor independente de estudos que combinam dados económicos com uma visão política. No seu sítio virtual (acessível em <https://rhg.com/>) pode ler-se que as suas equipas são especialistas na análise económica, social, desenvolvimento político, energia e mudanças climáticas da China, e da Índia como um ator emergente no palco global.

⁴⁷ Aleksander Solzhenitsyn (1918-2008). Novelist, contista, historiador e professor de matemática russo. Combatente da II Guerra Mundial na Prússia oriental, foi condenado a campos de trabalho forçado, ostracizado e exilado. Em 1962, a publicação de “Um dia na vida de Ivan Denissovitch” – em que relata a vida nos campos de trabalho dos presos políticos e a repressão estalinista – foi considerada no mundo exterior como um símbolo da nova literatura russa e o seu autor comparado aos gigantes da literatura como Tolstoy, Dostoyevski e Chekhov.

⁴⁸ Em inglês: “The Western world has lost its civil courage (...) such a decline in courage is particularly noticeable among the ruling groups and the intellectual elite, causing an impression of loss of courage by the entire society”.

Discurso completo disponível em: <https://www.americanrhetoric.com/speeches/alexandersolzhenitsynharvard.htm>

do *Brexit*” (Gomes, 2021, p.28), a chegada de Donald Trump à presidência dos EUA, a crescente polarização no Euro-Atlântico, as atitudes da Rússia em antigas esferas de influência soviéticas e no Médio Oriente, o declínio de democracias liberais, o prosseguimento de ações extremistas por atores não Estatais, como a Al Qaeda, desestabilizadores no palco internacional e a deterioração nas relações entre Estados são algumas das possíveis justificações para o declínio da ordem internacional.

O mundo ocidental perdeu a sua “coragem cívica” (Solzhenitsyn, 1978), a sua vitalidade espiritual e os seus “valores espirituais comuns” (Gomes, 2021, p.63). Incapaz de conhecer as mudanças que estão a acontecer no palco internacional, existem poucas estratégias para desacelerar o seu declínio. Entre a inflexibilidade e a polarização tanto Europeia como norte-americana, há pouco terreno para se definir e aprovar uma estratégia internacional que envolva uma reforma na ordem e nas suas instituições internacionais.

O ciclo

De acordo com Randall Schweller⁴⁹ e Pu Xiaoyu⁵⁰(2011), existe um “processo cíclico” (p.44), comprovado na História Mundial, de renovação e transformação estrutural do sistema. E se está para acontecer uma transformação estrutural, de acordo com críticos da Escola Realista, será de unipolaridade para multipolaridade. O processo que Schweller e Pu (2011) defendem tem como ponto de partida uma “ordem estável” (p.44), encabeçada por, neste momento, um grande polo de poder, os EUA. Segue-se um momento de “desconcentração e deslegitimação do poder” (p.44) do polo hegemónico por um Estado definido como “revisionista”. Num sistema unipolar é bem fácil caracterizar um Estado, ou conjunto de Estados, como “revisionista”. Existindo só um polo de poder, ou um só peso pesado na balança do poder, qualquer Estado, ou conjunto de Estados, que pretendam contrabalançar este poder, são “por definição, revisionista(s): pretende(m) derrubar uma ordem estabelecida com um poder desequilibrado e substituí-la por um sistema de poder equilibrado” (Schweller e Pu, 2011, p.46). Dada esta afirmação, entende-se que neste processo, um “processo revisionista” (Schweller e Pu, 2011, p.46), qualquer Estado que pretenda alterar o sistema, mesmo modificar o sistema para um mais equilibrado, é classificado como um “agressor”. Em terceiro lugar, neste ciclo encontra-se a “aquisição de armamento e formação de alianças” (Schweller e Pu, 2011, p.44) por parte do poder desafiador, isto é, o revisionista. Segue-se a “resolução de uma crise internacional” (Schweller e Pu, 2011, p.44) que, normalmente, implica um conflito(s) armado(s). Por fim, dá-se a renovação do sistema internacional.

Randall Schweller e Pu Xiaoyu defenderam que em 2011 – ano da publicação do artigo - estaríamos na fase de “desconcentração e deslegitimação” (p.44). Contudo, já passaram dez anos e, como é evidente, a China tem desenvolvido as suas forças armadas assim como tem continuado uma diplomacia mais assertiva. Há vinte e quatro anos consecutivos que o orçamento militar chinês aumenta de ano para ano. No início do milénio, o orçamento militar da RPC rondava os 22 mil milhões de dólares; em 2008, ano da crise, mas também dos Jogos Olímpicos, o seu orçamento era de quase 79 mil milhões de dólares; em 2013, já com Xi Jinping no poder, o orçamento passou para 164 mil milhões de dólares. Segundo os últimos dados disponíveis (2020), o orçamento militar ultrapassava os 250 mil milhões de dólares⁵¹. É um aumento impressionante, mas quando

⁴⁹ Randall Schweller é um académico norte-americano de Relações Internacionais, reconhecido pelo seu trabalho na Escola Realista. Atualmente é professor de Ciência Política na Ohio State University.

⁵⁰ Pu Xiaoyu -蒲晓宇 - é um académico especializado em Relações Internacionais, política externa chinesa e países emergentes. Leciona atualmente na University of Nevada.

⁵¹ Dólar americano. Estimativas feitas por Statista, a 21 de Setembro de 2021; disponível em: <https://www.statista.com/statistics/267035/china-military-spending/>

comparado com o orçamento militar dos EUA no mesmo ano – aproximadamente 778 mil milhões de dólares – a supremacia militar continua a ser detida pelos Estados Unidos. As despesas militares norte-americanas, em 2020, corresponderam a 3,7% do PIB nacional; as chinesas corresponderam (2020) a 1,7% do seu PIB (SIPRI, 2020⁵²). Segundo este esquema de Schweller e Pu (p.45), num sistema unipolar, a China é vista como um Estado “agressor” que desafia a ordem e o sistema internacional liberal. Não dando a vitória como certa, a China de 2021 parece estar, como Deng Xiaoping afirmava, a “atravessar o rio sentindo as pedras do fundo”⁵³, isto é, indo com prudência. Esta “prudência” creio que está patente na ação simultânea de “desconcentrar e deslegitimar o poder” dos Estados Unidos e desenvolver o poder militar chinês e criar aliados. Para os autores, existem dois elementos na fase da deslegitimação, estes são o “discurso de resistência” e a “prática de resistência” (Schweller e Pu, 2011, pp.49-52); atualmente, ao mesmo tempo que a China desconcentra, deslegitima e descredibiliza o poderio norte-americano e, por sua vez, também o Ocidental, vai desenvolvendo as suas Forças Armadas e “propagando” o seu discurso de que... sim, existe uma alternativa à atual ordem internacional unipolar.

São muitos os autores, como Moritz Rudolf e Nadège Rolland, que afirmam que a atual ordem internacional não soube/conseguiu adaptar-se e incluir potências/poderes como a China. Isto é, apesar de a China ter sido integrada no sistema internacional (aquando da sua integração), a China não possuía os mesmos recursos, nem detinha o poder que hoje tem. A China cresceu, e a ordem internacional não se soube adaptar a este poder crescente.

“Não tenhas medo de crescer lentamente, tem apenas medo de ficar parado.”⁵⁴ *Provérbio chinês*

⁵² Informação disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?end=2020&locations=US-CN&start=2020&view=bar>

⁵³ Em chinês: 摸着石头过河. Esta metáfora representa a abordagem de Deng Xiaoping aquando da Reforma e Abertura no fim dos anos setenta. Numa margem do rio encontra-se uma China fechada, marxista e com uma economia planeada. Na outra margem do rio encontra-se uma China com uma economia de mercado, aberta e liberalizada. Com cuidado, a China foi atravessando o rio sentindo as pedras do fundo.

⁵⁴ Em chinês: “不怕慢,就怕停”.

Um declínio e um erguer?

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades.”

Luís Vaz de Camões, Sonetos

O Ocidente parece estar cada vez mais ansioso com a possível chegada de um futuro liderado pela República Popular da China. A queda da União Soviética foi há cerca de trinta anos, os ataques terroristas de 11 de setembro foram já há vinte anos e a Grande Recessão foi já há mais de dez anos! Depois da grande euforia vivida no Ocidente causada (principalmente) pela queda do bloco comunista (soviético), as fundações do Ocidente tremeram inesperadamente com os ataques terroristas em território norte-americano, em 2001. O que muitos críticos afirmam estar a acontecer nos dias de hoje é um declínio do Ocidente, em geral, e dos Estados Unidos, em particular. Porém, existe um conjunto de países que se tem vindo a erguer energeticamente ao qual Fareed Zakaria⁵⁵, em 2008, deu o nome de “Resto”. À cabeça do Resto está a República Popular da China, o gigante asiático que, segundo muitas expectativas, se espera que se torne na superpotência mundial mais poderosa, o líder a seguir e a reinar e, sobretudo, o arquiteto de uma nova ordem internacional, muito provavelmente atípica.

A expressão de Zakaria *Decline of the West vs Rise of the Rest* (Declínio do Ocidente vs Erguer do Resto) provocou diferentes reações na comunidade internacional. Para uns ... sim, o Ocidente economicamente já não é o que era; sim, a falta de astúcia ocidental provocou o início do seu declínio; sim, o líder da ordem, os EUA, já não são como eram! Para outros ... não, o Ocidente, os EUA e a democracia liberal não estão em declínio; não, o Resto não se está a erguer!...

Os autores Alexander Cooley e Daniel Nexon (2020) questionam se realmente “existe uma ordem internacional liberal ou esta expressão é apenas uma justificação à hegemonia americana e ao seu império informal” (p.281).

Robert Gilpin (2001) afirmou que “o hegemónico criou uma ordem económica internacional liberal para principalmente promover os seus interesses” (p.99). Perante isto, acrescenta-se outra questão: é a ordem internacional que está em declínio ou é a hegemonia norte-americana a enfraquecer? Tendo os EUA um alcance verdadeiramente global, sendo militarmente capazes e

⁵⁵ Fareed Zakaria (1964-) é um jornalista e autor doutorado em Ciência Política pela Universidade de Harvard. É conhecido pelas suas entrevistas a figuras públicas, de CEO's a líderes mundiais. Em 2008 publicou o livro “O mundo pós-americano”, um *bestseller* do New York Times.

com aliados espalhados por todo o mundo, tendo experiência e inteligência corporativa e com multinacionais, este país é, de uma maneira informal, descrito como sendo a “Nova Roma”, a capital de um império! Trate-se de um império moderno, ou não, de uma justificação à sua hegemonia (ou não), a verdade é que os EUA são a cabeça visível e potente da atual ordem internacional unipolar.

No campo das Relações Internacionais existe um debate que remonta aos anos oitenta do século passado, suscitado pela ascensão do Japão, mas que tem sido estimulado pelos dois instantes mais marcantes deste momento da História: a Guerra Global Contra o Terrorismo e a crise financeira de 2007. Esse debate, segundo Layne (2012, pp.2-10), desenvolve-se entre os “Declinistas” e os “Otimistas Unipolares”. As questões que surgem neste debate, e que se estendem à matéria da ordem internacional, centram-se em saber se os Estados Unidos ou, de um modo geral, o Ocidente, estão em declínio e se a China conseguirá liderar o mundo com uma, ou para uma, ordem internacional multipolar.

Para os Declinistas, tanto a Guerra Global contra o Terrorismo como a crise de 2007/2008 destruíram irreparavelmente, tanto ao nível económico e financeiro como estratégico-militar a autoridade dos Estados Unidos (Layne, 2012, p.2). Como Christopher Layne (2012) afirma: “a Era Unipolar terminou e a Partida Unipolar começou”⁵⁶ (p.2). Para o autor (2012) existem duas causas para o declínio: uma a nível doméstico e outra a nível externo. A nível interno, os EUA e a Europa – o Euro-Atlântico - não conseguiram assegurar a permanência a longo prazo do poder na região (Layne, 2012, p.3). Face às transformações da economia mundial, desde o movimento do eixo de poder, do Euro-Atlântico para as economias emergentes, especialmente as do Oriente, à formação de novos centros de poder – a nível externo - há sinais de que a atual ordem internacional está num estado de transformação (Flockhart, 2018, p.28; Layne, 2012, pp.2-3). Se a economia do mundo e se o próprio sistema internacional estão em transformação, a ordem internacional irá (certamente) sentir essas alterações e, conseqüentemente, transformar-se.

Não foram as estratégias pós-ataques terroristas nem a decisão de “convidar” a China para a OMC que “destruíram” a reputação americana; foi sim, de acordo com Martin Wolf (2009), num artigo publicado pelo Financial Times a 8 de março, o colapso do sistema financeiro no Ocidente, enquanto que a Oriente, mais especificamente a China, se desenvolvia “elegantemente”. Para este autor, o colapso do sistema financeiro ocidental marcou o fim do momento unipolar (Wolf, 2009; Layne, 2012, pp.1-10).

A confiança do mundo nos EUA passa pela sua capacidade na liderança no sistema/palco internacional e também na confiança internacional no dólar. Um dos pilares da hegemonia norte-

⁵⁶ Em inglês: “The Unipolar Era has ended and the Unipolar Exit has begun”.

americana assenta na moeda de reserva mundial – o dólar americano. De acordo com o artigo de Ruchir Sharma⁵⁷ intitulado *Elizabeth Warren and Donald Trump are Wrong About the Same Thing*, os EUA “são uma superpotência financeira sem rival, uma posição alicerçada, em grande medida, na confiança obtida à grande custa de muito esforço no dólar, que representa uma fonte duradoura do poder e da prosperidade do país” (2019). Mais uma vez, a palavra “confiança” é o termo-chave. Contudo, e como a *vox populi* refere, tudo o que sobe, também desce. Conforme o dito chinês, “a árvore alta apanha sempre com o vento”- 树大招风-, isto é, quanto mais alta é a posição de algo, existe sempre (mais) propensão a ser-se atacado. Esta visão chinesa sobre uma posição superior contrasta com a visão norte-americana onde a árvore (mais) alta é venerada. O dólar é, desde 1944 – e por causa da Conferência de Bretton Woods - a moeda de reserva mundial podendo ser considerada, de acordo com a metáfora anterior, a “árvore mais alta”. O mundo vive dependente do dólar, mas segundo Mark Carney (2019), esta dependência mundial não se manterá a longo prazo. A situação dos EUA dos últimos anos criou insegurança, provocando assim “mossa na confiança global face ao dólar” (Mahbubani, 2020, p.83).

O sistema monetário internacional não pode ser (nem o é) um sistema estancado, estagnado, porque a economia mundial tem os seus próprios movimentos, continua em evolução. Novos polos económicos e comerciais vão sendo desenvolvidos e, como referido anteriormente, o eixo de poder está a mover-se para o Oriente. Mark Carney (2019), antigo governador do Banco de Inglaterra, declara ser imperativo que se desenvolva cuidadosamente um sistema monetário mundial que seja “digno da economia global, diversa e multipolar que está a emergir”⁵⁸. Com esta afirmação, considera que o atual sistema monetário não está adequado ou desenvolvido o suficiente para acomodar e lidar com as alterações que estão a ocorrer. Não estando o sistema a desenvolver-se, existem duas possibilidades - ou está a regredir ou está estagnado. Mas será que estas duas caracterizações são prova de um declínio? Estando perante um possível declínio ou perda de influência do/no atual sistema monetário internacional, são vários os países, incluindo aliados dos EUA, que estão a tentar reduzir a sua dependência face ao dólar. Revela-se que efetivamente, a China está atualmente a construir uma infraestrutura de pagamentos global (Mahbubani, 2020, p.81-89).

Já para o campo dos Otimistas Unipolares apesar de os EUA terem passado tempos difíceis com a guerra no Médio Oriente e com a crise financeira, o seu poder hegemónico, especialmente

⁵⁷ Ruchir Sharma é investidor e escritor do *bestseller* “The Rise and Fall of Nations” (2016). É o responsável do ramo “Emerging Markets” e *Chief Global Strategist*, no banco de investimento Morgan Stanley.

⁵⁸ Simpósio “The Growing Challenges for Monetary Policy in the Current International Monetary and Financial System” – agosto de 2019.

ao nível militar e económico, não foi ferido nem destruído irreparavelmente (Layne, 2012, p.2; Wohlforth, 2002). Visto que a hegemonia americana é uma hegemonia “benevolente” (Layne, 2012, p.2) não há fundamentos que provem que esta esteja “sob ataque” ou mesmo em declínio.

Ruchir Sharma é um sério crítico do campo declinista. Para este autor, as recomendações que o campo declinista sugere a Washington são “aceitar a perda de primazia, adaptar-se às esferas de influência lideradas pela China e pela Rússia e trabalhar para evitar guerras que possam irromper entre um império em declínio, como os EUA e um império em ascensão, como a China” (2020). Num artigo publicado pela revista *Foreign Affairs* em 2020, o autor questiona “e se os Estados Unidos não estiverem em declínio económico?”. Se há título de um artigo que perde muito do seu significado original com uma tradução para português, será este que se analisa de seguida - O título em inglês é “The Comeback Nation - U.S. Economic Supremacy Has Repeatedly Proved Declinists Wrong”. Neste artigo, o autor refere que, tal como em 2010, quando ainda se vivia num ambiente pesado e pessimista, os EUA não só fizeram um regresso, ou um *comeback* económico, como também atingiram novos patamares na construção do seu (2020, p.70). O mesmo autor afirma que o campo declinista exagera quando refere a proximidade de um futuro em que a China ultrapassa os EUA e que a justificação declinista para esta ultrapassagem é apenas uma “inevitabilidade histórica” (2020, p.80) da grandeza imperial da China. De acordo com Ruchir Sharma, existe um ciclo de dez anos de preponderância económica: nos anos sessenta, era a economia norte americana a dominante; nos anos setenta, analistas americanos previram que a União Soviética destronaria os EUA como a maior economia do mundo devido aos preços elevados de petróleo nos EUA; seguiu-se a ascensão do Japão nos anos oitenta; os anos noventa foram outra década americana, mas que terminou com o colapso das *dot-com* (2020, pp.77-78). Sendo os EUA uma nação dos *comebacks*, o autor sugere que não se entre em desespero e que os prognósticos feitos pelos Declinistas não serão os mais exatos.

Barack Obama, em 2014⁵⁹, deixou bem claro que os EUA não estão em declínio. E “acusou” aqueles que defendem que os EUA estão em declínio ou não estão a interpretar bem a história ou estão envolvidos em partidarismos políticos. Neste discurso afirmou que os Estados Unidos deverão ser sempre a figura de liderança no palco internacional, caso contrário, ninguém o fará. Mas desde 2014 muita coisa mudou no palco internacional.

⁵⁹ Discurso realizado a 28 de Maio de 2014, na cerimónia de graduação na Academia Militar de West Point, Nova Iorque. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/05/28/remarks-president-united-states-military-academy-commencement-ceremony>

Autores como Trine Flockhart (2018), João Gomes Cravinho⁶⁰ (2015) e Francisco Gomes (2021), consideram que a atual ordem internacional – uma ordem liberal – está em crise. A ameaça que o Ocidente “testemunha” é um conjunto de “ameaças ao conjunto de normas, regras e instituições conhecidas como a ordem internacional liberal” (Kundnani, 2017, p.1) e, como acrescenta Scott Lawless (2020, pp.127-129), por exemplo, esta ordem (liberal) internacional, que suplantou o fascismo e o comunismo, está a ser desafiada por Estados Neautoritários, principalmente pela RPC e Rússia. Uma ordem que está desgastada, cansada, não consegue reagir a estas ameaças e desafios com a mesma vitalidade de quando era jovem, magnética e dinâmica.

Como refere João Gomes Cravinho (2015), “a atual ordem económica internacional contemporânea, criada no final da II Guerra Mundial, mostra evidentes sinais de cansaço: incapacidade de lidar com alguns dos desafios mais prementes; incapacidade de atrair a cooperação empenhada de novos atores que, entretanto, se afirmaram (muito em particular o colosso chinês); e incapacidade de se autorreformular no sentido de melhor refletir as alterações geoeconómicas e geopolíticas globais” (p. 18). É neste período de evidente erosão e desgaste da vitalidade e do magnetismo ocidental, em particular dos EUA, que a ordem internacional liberal está a ser desafiada pelos atores não liberais, não democráticos e não ocidentais, particularmente pela República Popular da China.

Trate-se do declínio do Ocidente, da descentralização do Ocidente no palco internacional, do declínio do poder americano, do desgaste da ordem liberal unipolar, ou do fim da centralidade da Europa, o facto é que ocorre uma transformação, seja esta causada pela decadência de um poder/poderes ou um contraste mais visível da formação de novos centros de poder não ocidentais - a famosa “ascensão asiática”.

Outra designação para a expressão “declínio do Ocidente” é o fim da “Era de Vasco da Gama” (Gaspar, 2019, p.7). Esta última expressão é sinónimo do declínio do Oriente, em específico da China e símbolo do longo ciclo de domínio ocidental, em particular a hegemonia americana – terminou ou está a entrar na sua última fase. Na realidade, enquanto que nas últimas décadas o Oriente esteve (quase sempre) em permanente transformação e o Ocidente se mostrava bem consolidado – alicerçado num conjunto de valores e de governos sólidos – a crise financeira de 2008 (que se fez sentir, com maior intensidade na Europa e nos EUA) demonstrou que o Ocidente, o

⁶⁰ João Titterington Gomes Cravinho (1964-) é doutorado em Ciência Política pela Universidade de Oxford e com Mestrado e Licenciatura pela London School of Economics. Foi consultor, diplomata e docente de Relações Internacionais. Entre 2005 e 2011 foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação nos XVII e XVIII Governos Constitucionais. É, desde 2018, Ministro da Defesa Nacional do XXI e XXII governos Constitucionais. Informação disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/area-de-governo/defesa-nacional/ministro>

epicentro da crise, revelava uma certa falta de flexibilidade para lidar com uma abrupta desestabilização do sistema internacional, para o qual não estava preparada nem possuía as características de flexibilidade que lhe permitissem adaptar-se com rapidez e sem grandes interrupções.

Seria errado afirmar que este declínio do Ocidente e o erguer do “não-Ocidente” foi um processo imediato que resultou das atitudes erráticas que o Ocidente, em geral, e dos EUA, em particular, tomou aquando dos atentados terroristas do início do novo século e da crise financeira. Esta perda da preponderância ocidental no palco internacional é um fenómeno gradual que estamos a sentir nos dias de hoje. Um clima de agitação no qual o Ocidente atacou e bombardeou os seus inimigos, no qual complexificou e deteriorou as relações com os seus possíveis aliados e no qual provocou e subestimou “o resto”, em particular, a China. Este conjunto de (más) atitudes contribuíram para a gradual erosão de poder ocidental que, por outras palavras, se traduzem na perda de magnetismo, ou desmagnetização, que o Ocidente possuía em atrair diferentes atores para o seu “círculo”.

Neste período de gradual perda de preponderância ocidental, o Resto ergue-se com mais energia, com mais dinamismo e com muita mais vitalidade. Esta tendência não se baseia apenas em termos económicos. No Ocidente, os níveis de perda de confiança popular na governação têm vindo a decrescer. De acordo com o Edelman Trust Barometer⁶¹, os níveis em algumas nações asiáticas diminuíram de 2019 para 2020, como é o exemplo da China: 82% (2020) 90% (2019), e da Índia 79% (2020) 81% (2019). Em muitos Estados ocidentais, os níveis são assustadores e demonstram que grande parte da população não confia no seu governo. Os Estados Unidos apresentam-se com 42%, o Reino Unido com 45% e a Espanha com somente 37%.

A China, juntamente com a Índia, foram durante séculos as maiores civilizações do mundo, tendo sido até meados do século XIX centros e polos de poder económico e político. A sua decadência deu-se nos últimos duzentos anos os quais, nas palavras do autor Kishore Mahbubani (2020), “foram uma aberração” (p.21). Portanto, quando em artigos, tanto científicos como não científicos, se menciona a “re-ascensão” russa e a emergência chinesa, dever-se-ia indicar, quanto à última expressão, a “reemergência” chinesa no que toca à imensidade do seu alcance. De facto, de um período imperial milenar passou para um período republicano que “agora” se transformou

⁶¹ A Edelman Trust é uma organização de comunicação global, fundada em 1952 por Daniel J. Edelman, que tem como parceiros estratégicos corporações empresariais e organizações para as quais “promove e protege as suas marcas e reputação”. A sua atuação baseia-se nos seguintes valores: “a procura da excelência, a liberdade da curiosidade, a coragem de fazer bem e o compromisso de melhorar a sociedade”. Informação disponível em: <https://www.edelman.com/about-us>

numa república liderada por um partido comunista, tendo ao longo de todo este processo a civilização chinesa adquirido uma força e um vigor que se mostra bem presente nos dias de hoje, especialmente em termos de confiança nacional. Apesar de se ter (auto)-isolado – um isolamento considerado como “tradicional” durante vários períodos na sua história – a força e confiança nacional aliada aos ensinamentos ocidentais permite que a China se consiga ciclicamente adaptar-se e mostrar-se como uma potência altamente pragmática com uma dimensão verdadeiramente global.

Sobre estas duas potências asiáticas, Federico Rampini declara que “são o novo centro do mundo, onde se vai decidir o futuro da humanidade” (2007, pag.5). Desde a Guerra Contra o Terrorismo e a crise financeira, o parecer que circula por todo o mundo de que os Estados Unidos dão estabilidade ao sistema internacional tem-se tornado cada vez menos crível (Kundnani, 2017, p.7).

A crise financeira de 2007/08 apenas demonstrou, de uma maneira clara e bem evidente, o movimento dos eixos de riqueza e poder do Ocidente para Oriente (Layne, 2012, pp.1-3). A hegemonia dos Estados Unidos baseava-se, sobretudo, na sua hegemonia financeira, um dos resultados da “supremacia” do dólar. A escalada de poder feita pelos EUA, já iniciada antes da II Guerra Mundial, foi debilitada com a situação financeira de 2007 e pode ser o início do seu fim. Digo isto por causa das consequências das estratégias norte-americanas como resposta aos ataques terroristas de 2001 e pela fragilidade do sistema financeiro norte-americano/ocidental. Ambos os acontecimentos (bem significativos) degradaram a posição dos EUA e, principalmente, degradaram a opinião dos seus aliados e restantes atores do palco internacional. Não se espera que o poder hegemónico crie uma crise mundial! Espera-se sim que este tenha mãos para aliviar as crises.

O declínio que muitos críticos afirmam estar a acontecer é representado pelo movimento do eixo de poder, um eixo que se desloca do Ocidente para a Ásia – um efeito de “desocidentalização” (Silva, 2015, p.45) que (indiretamente) provoca uma deslegitimação ao desgastado e cansado Ocidente. Ou seja, novos centros de poder, tantos que podem ser caracterizados como centros de poder alternativos – como é exemplo a RPC – que se vão desenvolvendo pelo mundo muito para além da Europa e do Atlântico. Os novos centros de poder não o são apenas a nível comercial. Também são centros económicos, financeiros e políticos. Novos centros de poder que se vão desenvolvendo e que fazem com que a balança de poder mundial sofra alterações (Lawless, 2020, p.127).

Perder não consta do dicionário

A posição privilegiada dos EUA no palco internacional foi enfraquecendo gradualmente durante os últimos anos. Vinte anos de guerra, crescente polarização, crises financeiras e económicas provocam abalos num país tão poderoso como os EUA (Drezner, 2021, p.143). Apesar de a administração Trump ter sido a causa mais recente deste enfraquecimento, não é a causa exclusiva. Trump e a sua administração não são o problema, são apenas manifestações do problema (Mearsheimer, 2019). A falta de uma estratégia internacional americana a longo prazo foi a principal causa do enfraquecimento “assistido” durante a administração Trump, o que provocou uma moesa na imagem internacional dos EUA, como a de serem caracterizados como “intervenientes caóticos e imprevisíveis” (Gomes, 2021, p.94).

Para Gideon Rose (2015) – num artigo para a revista *Foreign Affairs* – o “currículo” da administração Obama concentra-se na inversão da administração Bush e reagir à crise financeira de 2007-2008. Já para Charles Krauthammer (2009), a política externa desta administração foi “concebida para provocar o declínio americano”. Esta crítica refere-se à escolha deliberada de “encolher o tamanho” da presença norte-americana como líder mundial, concretamente o líder da ordem liberal internacional (Rose, 2015). Contudo, esta escolha da administração Obama foi tomada para que o núcleo da ordem liberal fosse salvo, sacrificando, dessa maneira a periferia. (Rose, 2015).

A “série de medidas caóticas e descoordenadas contra a China no início de 2018” (Mahbubani, 2020, p.69) e a ausência de objetivos claros, tanto a nível internacional com a nível interno, demonstraram que os EUA já não eram uma nação “forte, unida e autoconfiante” (Mahbubani, 2020, p.67). Como declara Daniel Drezner (2021), os superpoderes, em teoria, devem dispor de um leque variado de meios e recursos na sua estratégia externa, sejam estes meios militares, isto é, “força militar, prestígio cultural, persuasão diplomática, destreza tecnológica, assistência económica, entre outros”. Mas há um instrumento em especial que Washington “usa e abusa”, como diz o autor, que são as sanções económicas (Drezner, 2021). O Presidente Woodrow Wilson⁶² - num discurso de setembro de 1919 - deu a entender que as sanções económicas substituem guerras, nas suas palavras “empreguem esta solução económica que é pacífica, silenciosa e letal e não haverá necessidade de se usar a força” (1919, p.23). Bem, o Presidente

⁶² Líder do Movimento Progressista, foi o 28º Presidente dos EUA (1913-1921). Depois de uma política de neutralidade no início da I Guerra Mundial, o Congresso declara guerra à Alemanha e, em 1917 os EUA entram no conflito de modo a “tornar o mundo seguro para a democracia”. Informação disponível em <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/woodrow-wilson/>

Wilson tinha, de facto, razão no que defendia, contudo, Washington dos últimos dez anos não é Washington do início do século XX! Por este uso e abuso, as sanções não só dificultam as relações com os aliados, como também hostilizam rivais, atingem indiretamente “civis inocentes” e desfortalecem o papel hegemónico do dólar norte-americano (Drezner, 2021). Por estas razões, as sanções aceleram e assinalam ainda mais o declínio do papel dos EUA. Numa situação de evidente pressão económica causada pelos “Estados Unidos das Sanções”, como aponta Daniel Drezner (2021), as duas outras grandes potências mundiais, a China e a Rússia, socorrem os atores atingidos.

A polarização norte-americana é mais evidente ao nível político, apesar de o país se defrontar com vários desafios noutras dimensões, como por exemplo na dimensão económica e na dimensão social/cultural. A administração Trump dividiu e polarizou ainda mais um país que pela sua dimensão e história (política) tem tendência para esse fenómeno. Como Charles A. Kupchan (2021) afirmou num artigo da revista *Foreign Affairs – Colossus Constrained* - “os últimos quatro anos foram para a democracia americana uma experiência quase mortal”. Com uma polarização a este nível, a confiança nacional dos EUA foi afetada e, como efeito, a confiança global nos EUA foi ferida – assistimos a uma erosão da confiança global nos EUA. Os Estados Unidos, que eram considerados o parceiro fiável (e responsável) dos seus aliados (Mahbubani, 2020, p.73) e a potência líder do mundo livre (e democrático) transformou-se com a administração Trump, como diz Martin Wolf (2019), numa “potência descontrolada” que alienou os seus aliados e amigos.

A administração Trump demonstrou negativamente como o sistema norte-americano é de tal maneira rígido (Fukuyama, 2021) que é impossível autorreformular-se, ao contrário da situação chinesa e, principalmente, do partido governante, o PCC. Não sendo o país capaz de autorreformular o seu regime, a polarização vai ganhando *momentum*, entranha-se na sociedade e, se continuar a ser retroalimentada, pode chegar a um nível perigosíssimo.

A “guerra” comercial e tecnológica entre os EUA e a China foi aplaudida (inicialmente?) tanto no lado republicano como no lado democrata. Existe consenso tanto do lado americano como do lado chinês. Na administração Trump, assistiu-se um consenso bipartidário (que perdurou à mudança de administrações) em matérias relativas à China: adotar uma atitude rígida contra a China. Do lado chinês, existe o mesmo consenso: tomar uma atitude hirta e “batalhar” os EUA em diferentes frentes. A polarização no sistema político norte-americano não impediu ambos os lados de verem a China como um rival agressivo (Mahbubani, 2020, p. 116) e provocador tanto ao nível tecnológico como no nível militar. Entende-se que uma guerra comercial se inicia quando um país impõe tarifas ou quotas em importações. Com efeito, o(s) outro(s) país(es) reage(m) de maneira semelhante, justificando que está em causa o protecionismo comercial da nação. Normalmente, as

guerras comerciais são resolvidas, como vimos com exemplos anteriores, através da diplomacia, de negociações (de paz) ou de compromissos, e, as suas causas estão muito para além de motivos meramente económicos.

São muitos os comentadores que afirmam que o que está na base desse conflito é principalmente o domínio da economia mundial. Porém, Terrence Chong e Li Xiaoyang (2019) afirmam que este conflito entre os Estados Unidos e a China deve-se principalmente a três razões: desequilíbrios comerciais, as eleições para o Congresso⁶³ e, claro, o domínio do mercado internacional. Até agora têm sido os Estados Unidos a impor a ordem económica no mundo, contudo, a China emergiu neste século como uma força à oposição à ordem internacional e tem desenvolvido planos como a Nova Rota da Seda e o “Made in China 2025” que, mais uma vez, demonstram uma China que se adaptou ao inimigo, o capitalismo, e que faz frente à ordem convencional.

A respeito deste último projeto, o Presidente Donald Trump deu a entender que este compromete os interesses dos EUA (e dos outros países) tanto que um dos seus principais conselheiros, Peter Navarro, admitiu que as tarifas da “Section 301” foram especialmente concebidas para atacar o projeto “China 2025”. O *tweet* do Presidente Donald Trump: “quando um país [EUA] está a perder biliões de dólares com virtualmente todos os países com que faz negócios, as guerras comerciais são boas e fáceis de ganhar⁶⁴” demonstra o desconhecimento, ignorância e ingenuidade (tanto por parte de Trump) como de todas as figuras que apoiam esta decisão (Mahbubani, 2020, p.41, pp.66-67). Na realidade, as guerras comerciais são as mais difíceis de ganhar, e (quase nunca) ninguém costuma sair vitorioso (Mahbubani, 2020, p.69). Compara-se a economia japonesa dos anos setenta e oitenta com a economia chinesa da atualidade, assim como também se compara a guerra comercial Japão-EUA⁶⁵ dos anos oitenta e noventa com a guerra comercial EUA-RPC iniciada em 2018. No entanto, a China atual e o Japão dos anos oitenta não são economicamente compatíveis pois as suas estruturas industriais não são iguais, assim como a história dos dois países com os EUA. Desde 1945 que o Japão é um aliado dos Estados Unidos na Ásia, e a China, desde pelo menos de 1949 que é vista como um inimigo ideológico dos EUA, apesar da normalização das relações diplomáticas nos anos setenta. Tendo os EUA travado relativamente

⁶³ Mid-term elections of 2018.

⁶⁴ Em inglês: ““When a country (USA) is losing many billions of dollars on trade with virtually every country it does business with, trade wars are good, and easy to win” - (2 de março de 2018)

⁶⁵ “Guerra” na qual Donald Trump, em 1989 afirmou que “eles” estavam a rir-se dos EUA e que “Japan had systematically sucked the blood out of America” – disponível em: <https://money.cnn.com/2016/10/19/news/economy/trump-reagan-japan-trade-1989/>

há pouco tempo uma guerra comercial com o Japão – na qual foram os EUA a ganhar com uma vitória tática pois forçaram o Japão, “voluntariamente”, a reduzir as exportações de automóveis para os EUA - e tendo o próprio país ensinado ao mundo que as tarifas arbitrárias são más, deveria ter existido mais prudência, e uma estratégia mais trabalhada, pela parte americana no que respeita a este conflito.

De facto, as tarifas atingiram com mais força os consumidores americanos (Shan, 2019) e provocaram (mais um) efeito secundário: o de alienar os aliados e amigos dos EUA (Mahbubani, 2020, p.68). Mao Zedong, o fundador da RPC e que “manteve uma atitude hostil em relação ao exterior” (Mendes, 2011, p.356), culpou os soviéticos pelo fracasso do Grande Salto em Frente. Donald Trump decidiu culpar os chineses pela estagnação da economia norte-americana. De ambas as situações se tomou uma lição: ao culpar os outros o problema continua por ser resolvido e como Martin Feldstein (2017) afirma relativamente à guerra comercial China-EUA: “culpar os outros não alterará esta realidade”.

João Gomes Cravinho (2015) afirma que a posição hegemónica dos EUA tem sofrido uma “perceptível erosão” (p.18). Apesar de os fatores económicos e militares serem tomados como os mais decisivos quanto à posição de um país no palco internacional, não são os únicos. Quanto à posição hegemónica dos EUA, esta não depende destes dois últimos fatores – superioridade económica e militar. A hegemonia norte-americana é caracterizada pelo seu poder militar, pelo seu poder económico, pelo seu poder de inovação tecnológica e pela sua liderança em matérias intelectuais. São estas as características que asseguraram ao Ocidente impor a sua ordem internacional e também são estas as características que estão incluídas nas subordens da ordem liberal. Contudo, a hegemonia é representada para além de aspetos físicos/materiais. Existem mecanismos de domínio não-materiais como a cultura, os comportamentos os valores das sociedades que são conhecidos como “capital simbólico” (Schweller e Pu, 2011, p.49). A posição hegemónica do líder da atual ordem internacional tem sido “vítima” das decisões do próprio país. A invasão do Iraque e do Afeganistão, que ocorreu durante o momento unipolar dos EUA – momento em que os EUA eram tão poderosos que se permitiam um comportamento irresponsável (Mearsheimer, 2019) – é um abuso grave evidente da posição dos Estados Unidos e, como João Gomes Cravinho refere “é inteiramente natural que a legitimidade hegemónica sofra uma erosão acentuada” (2015, p.19) que, por sua vez, se traduz numa desconfiança na comunidade internacional. Para além da invasão no Médio Oriente, as permanentes controvérsias do sistema político norte-americano (Cravinho, 2015, p.19) como as eleições presidenciais de 2016, provocam

lesões à imagem dos EUA que, por sua vez, provocam uma erosão à legitimidade hegemónica do país.

As presidências americanas mudam, mas o sentimento que os EUA são “the shining city upon a hill⁶⁶” – expressão empregada com o “novo significado” pelo Presidente John F. Kennedy, em 1961 – continua inalterado. Nos discursos de John F. Kennedy, Ronald Reagan, Barack Obama, Mitt Romney, James Comey, entre outras figuras públicas americanas, o significado desta expressão tomou uma abordagem um pouco mais secular, sendo esta a de que os EUA são o raio de esperança do resto do mundo e, que por essa razão, têm como responsabilidade guiar a comunidade internacional (Marchetti e Menegazzi, 2019, p.196). Bem, as presidências mudam, mas há um pensamento demasiado básico que perdurou... Este é o de que o bem ganha sempre ao mal, isto é, a democracia vence sempre e o comunismo fracassa sempre. Noutras palavras, as sociedades ocidentais estão do lado bom porque são justas (Gomes, 2021, p.103) e regem-se por melhores valores humanos do que as sociedades do Resto. Ao contrário de outros regimes comunistas, como o da União Soviética, Venezuela, ou o de Cuba, o sistema político económico da China (ainda) não colapsou – a legitimidade do PCC está no plano económico, como analisado nos próximos capítulos. Ponderar que a economia mais forte do mundo poderá um dia falhar é um pensamento inimaginável para muito norte-americanos.

Os Cinco Grandes Pressupostos – K. Mahbubani

De acordo com Kishore Mahbubani (2020, pp.160-164), esta certeza assenta em cinco grandes pressupostos, que se podem revelar incertos.

O primeiro é que os EUA irão ganhar, mais tarde ou mais cedo, aconteça o que acontecer, a disputa contra a China porque merecem e, como referido anteriormente, porque perder é inconcebível. Robert Kagan defende no seu livro *The Jungle Grows Back* (2019) que, sendo os EUA uma sociedade, “a única sociedade verdadeiramente civilizada” (Mahbubani, 2020, p.148) do mundo, o mundo civilizado ruiria sem a liderança americana. Nem todos os desafios são da mesma importância e, em grande parte dos combates travados, os EUA sempre tiveram a *upper hand* pela dimensão da sua população, recursos e aliados. Contudo, é importante não esquecer que a China

⁶⁶ Expressão retirada do salmo (1630) de John Winthrop (1587/88-1649), antigo governador da colónia da Baía de Massachusetts, pp.304-307. Com esta expressão, John Winthrop pretendia descrever como a colónia deveria ser um brilhante e único exemplo para o resto do mundo. <https://www.americanyawp.com/reader/colliding-cultures/john-winthrop-dreams-of-a-city-on-a-hill-1630/>

é o país mais populoso do mundo, aproximadamente com uma população quatro vezes maior à dos EUA (Mahbubani, 2020, p.161).

O segundo grande pressuposto baseia-se na ideia de que todos os Estados comunistas falham e não têm nem um sistema político e económico tão desenvolvido, robusto e vigoroso. A civilização chinesa é uma das mais antigas civilizações do mundo e, para além disso, o comunismo chinês é bastante diferente do comunismo que os EUA combateram durante a Guerra Fria (Mahbubani, 2020, p.161). Tendo isso em conta, a China parece saber como os EUA são e reagem quando em conflitos, e possuem governantes e *think tanks* com capacidades intelectuais impressionantes – algo que poderá apanhar de surpresa os norte-americanos.

O terceiro pressuposto apoia-se no facto dos EUA terem acesso a fartos recursos e, devido a isso, não precisa de rever e ajustar as suas estratégias. É verdade que *per capita*, os EUA possuem muitos mais recursos do que a RPC, contudo, e de acordo com Mahbubani (2020), as contendas “do futuro não serão determinadas por recursos físicos” (p.162), mas serão sim “determinadas por recursos intelectuais”, estando incluídos nestes recursos, a capacidade de investigação e inovação (p.162).

A quarta suposição fundamenta-se no facto de os EUA terem uma sociedade “justa e bem organizada” (Mahbubani, 2020, p.163), de terem um Estado de Direito (Democrático) e uma Constituição nacional sensata. Existiu, na verdade, um período em que a sociedade norte-americana era bem organizada e íntegra e essa representação era reproduzida noutros Estados, que partilhavam essa crença. Contudo, o caos interno dos EUA destruiu essa caracterização e grande parte do mundo já não vê os EUA dessa maneira.

Por fim, os EUA creem que, num momento de decisão entre os EUA, uma democracia, e a China, uma ditadura comunista, “a maioria da humanidade escolherá naturalmente gravitar na direção da aliança com os EUA” (Mahbubani, 2020, p.160). Durante a Guerra Fria, os EUA manifestaram também esta última presunção e tendo sido um período bipolar, os Estados decidiam ou alinhar-se com os EUA ou com a União Soviética. Mas, desde o fim da época dourada da unipolaridade americana, e como referido anteriormente, os EUA perderam a sua “vitalidade espiritual”, o seu magnetismo, que era capaz e foi capaz, de “inspirar o resto da humanidade” (Mahbubani, 2020, p.164). “Vítimas” da degradação desta vitalidade, que se projeta na (crescente) perda de confiança no modo “padrão” de governação ocidental, são claramente os povos ocidentais. Os níveis de confiança na governação a Oriente estão a crescer, enquanto que a Ocidente estão a diminuir. As elites ocidentais projetam desconfiança nas sociedades (ocidentais) que se apercebem cada vez mais do clima de agitação e incerteza do palco internacional.

A questão de regressão, estagnação e declínio surgem noutra plano/dimensão – o Ocidente, em particular, os EUA. Os Estados Unidos, em específico, a sociedade norte-americana, assume um conjunto de “factos” que, para si, são inquestionáveis. O facto mais impressionante (para mim) é a profunda certeza de que o seu país, sobretudo a sua economia, permanecerá como sendo a mais forte (Mahbubani, 2020, pp.161-162) potente e moderna para sempre. Esta crença é posta à prova atualmente no palco internacional e, para além disso, as previsões da China se tornar, nos próximos anos, na maior economia mundial são mais realistas do que muitos americanos querem acreditar.

E agora?

Creio que é importante realçar que o palco internacional não é um espaço vazio; é um espaço com vazios que nem sempre são preenchidos com as instituições da ordem internacional, é um ambiente de permanente movimento e transformação, com diferentes atores, com economias diferentes, com sistemas de governo distintos e, com diferentes valores, objetivos e interesses. Portanto, num ambiente como este, altamente ativo, a paralisação/estagnação não é possível.

Associa-se o movimento no espaço internacional à deslocação do eixo de poder, isto é, do Ocidente para o Oriente. Inerente ao eixo de poder, podem-se incluir as ameaças ou desafios que surgem à frente desta transformação/movimento. Será que se trata do declínio da ordem internacional ou tão somente do declínio do Ocidente? A “cansada” ordem internacional reflete, na minha opinião, o “cansaço”, a falta de “vitalidade espiritual” e a falta de magnetismo que o Ocidente, em geral, e os EUA, em particular, não foram capazes de contrariar. Se o líder da atual ordem se sente de tal forma, creio que a ordem internacional apenas refletirá esse sentimento.

De facto, o mundo ocidental já não se apresenta tão robusto como parecia ser. Tal era a robustez do Ocidente que os seus valores, os valores ocidentais, foram admitidos, como refere Henry Kissinger (2015), como sendo “valores que todos os outros povos ambicionavam replicar” (p.234). Uma das firmes convicções que os norte-americanos têm é a de que “o mundo seria melhor se o resto da humanidade absorvesse e implementasse os valores dos EUA” (Mahbubani, 2020, p.113. A Europa foi-se “autocaracterizando” como o poder guardião da consciência mundial (Derridas e Habermas, 2003). Foi o Eurocentrismo que “moldou a “visão ocidental do mundo, mas se olharmos com atenção para a evolução da economia mundial antes do século XIX, constatamos que o Ocidente não foi a regra na supremacia da criação da riqueza mundial” (Silva, 2015, p.30).

Esta condição juvenil não impediu o Ocidente de tentar universalizar os seus valores. Contudo, aquando da II Guerra Mundial, o testemunho do “guardião” foi transmitido da Europa para os EUA. Valores como a democracia, o respeito pelos direitos humanos e pelo direito internacional são considerados como sendo valores e ideais universais, ou que, pelo menos, têm de ser universais. Estas valias são frequentemente associadas ao que um “Estado moderno” deve estar associado e defender. Ademais, e como Hillary Clinton afirmou em 2016, os Estados Unidos são excecionais e têm a responsabilidade⁶⁷ de serem defensores da liberdade e da paz – podendo isto ser interpretado como uma missão moral nacional (Gomes, 2021, pp.56-57). A missão americana a que Clinton se referia demonstra, na minha opinião secular, um impulso missionário para mudar o mundo, fazendo com que todos os Estados sejam democráticos como os Estados Unidos, e que todas as sociedades se comportem como a sociedade norte-americana. O que aconteceria se todas as pessoas do mundo, ou neste caso, todos os chineses, incluindo obviamente o governo, absorvesse e implementasse os valores americanos, e se comportassem como americanos? Graham Allison é da opinião que os americanos não devem desejar isso (Allison, 2018, pp.89-90; Mahbubani, 2020, p.72).

Em suma, nas três grandes tarefas a serem realizadas pelo líder da “nova ordem internacional” liberal e unipolar, encontramos três das grandes falhas que põem em causa a própria ordem liberal. São “pontos de pressão” que a China tem quase a “seu dispor” para infligir “dor” ou fazer que o Ocidente esteja numa posição mais vulnerável (de modo figurado, que se ponha de joelhos) enquanto que a China está no controlo da situação. É a ideologia intrínseca à atual ordem internacional que contribuiu para o seu relativo declínio. A irmandade dos EUA e da Europa, especialmente da União Europeia, parece estar a transformar-se; já não há uma solidez nesta união, os valores que partilhavam são alvo de duras críticas, as suas estratégias cada vez mais os distanciam. Ademais, a globalização, durante muito tempo, “disfarçou” a unipolaridade norte-americana. O mundo continua “globalizado” e o líder da atual ordem internacional continuam a ser os EUA. Enquanto que a unipolaridade americana dava os frutos e condizia com os interesses dos aliados do líder, ninguém ousou questionar ou propor um equilíbrio mais “saudável” da ordem internacional. Isto é, para quê mexer no que está bem e tranquilo!?

⁶⁷ Excertos do discurso da candidata à presidência Hillary Clinton: “When we say America is exceptional ... it means that we recognize America’s unique and unparalleled ability to be a force for peace and progress”; “When America fails to lead, we leave a vacuum.” – discurso disponível em: <https://time.com/4474619/read-hillary-clinton-american-legion-speech/>

Creio então ser possível questionar se a natureza ocidental, especialmente a norte-americana, no seu caráter universalista, não terá sempre assumido estar à frente do “outro”, conseguindo ultrapassar sem esforço qualquer ameaça ou perigo que se atravessasse à sua frente?

Julgo que num ponto de vista somente racional, não existe nenhuma razão que apoie a unipolaridade “imortal” norte-americana. Terem tido quase sempre a *upper hand* em conflitos internacionais, considerarem que são a “única sociedade verdadeiramente civilizada” e que, portanto, é justa, e com um estado mental de que nunca perderão, não são fatores realmente sérios para se levarem em conta esta permanente imortalidade da hegemonia americana. Esta suposição/sentimento de superioridade perante todos os restantes Estados é, na minha opinião, algo que não se adequa à atual situação visto que cada Estado tem os seus pontos fortes e pontos. Afirmar indiretamente que este Estado é tão poderoso que não tem defeitos representa uma certa insegurança em si mesmo. Claro que não se espera que o país mais poderoso do mundo apresente todas as suas falhas, contudo, o excesso de confiança pode ser um fator a ser aproveitado pelos seus rivais/inimigos. O excesso de confiança pode cegar o Estado na construção de cenários geopolíticos.

A crise financeira não foi e certamente não será o último incidente que fará explodir o privilégio norte-americano no palco internacional. Contudo, e como Christopher Layne (2012) refere “a distribuição de poder no sistema internacional já não é unipolar” (p.1). Ao contrário do que aconteceu no fim da Guerra Fria, os EUA não são, neste século XXI, o único superpoder. Novos poderes, como a China, foram surgindo durante o momento unipolar do sistema internacional que agora se apresentam como sendo “contrapesos” à hegemonia norte-americana (Layne, 2012, p.2). Tal como referido anteriormente, Waltz afirmou em 1993 (pp.5-51), que unipolaridade seria um breve momento de transição, de bipolaridade para multipolaridade. Esta tese sugere que a hegemonia, mesmo a americana, não é imortal e que este seu destino já foi exemplificado várias vezes durante a história, como é o caso da família real Romanov.

A questão que (ainda) não tem resposta centra-se nas pretensões da China. Irá a China derrubar a atual ordem? Ou irá reforma-la? Estas perguntas são repetidamente colocadas no Ocidente (e não só). Será que existe uma relação direta entre o declínio ocidental e a ascensão da China? Mostra-nos a História que não existem impérios eternos...

O Ocidente está soterrado em incertezas e questões sobre esta China mais assertiva e pró-ativa. Creio que para se entender de uma forma mais íntegra este energismo chinês, há que recuar até às fundações da República Popular da China.

Os Primeiros Passos da República Popular da China

A 1 de outubro de 1949, Mao Zedong⁶⁸ proclamava, do topo da praça Tianamen, o estabelecimento da República Popular da China, augurando um futuro brilhante e comunista para a China que, durante décadas, tinha sofrido de inflação galopante, convulsões sociais e desgoverno. Enquanto a liderança de Jiang Jieshi – 蒋介石- se apoiara nas elites, Mao “implementou, numa escala nacional, políticas que o tornaram popular junto das massas, reduzindo as rendas e redistribuindo as terras junto do campesinato” (Brown, 2012, p. 29).

Um mês antes, o líder afirmava que “a nossa nação nunca mais será insultada. Nós (os chineses) levantámo-nos - 中国人民从此站起来了”.

O primeiro dos grandes projetos do Partido Comunista Chinês (PCC) - 中国共产党 - na recém-fundada República Popular da China foi designado como o Grande Salto em Frente – 大跃进 (1958-1962).

Segundo Brown (2012) “o ironicamente designado Grande Salto em Frente devia ser, supostamente, o culminar do programa de Mao Zedong para transformar a China no paraíso comunista” (p.29). Com efeito, em 1958, Mao tinha como objetivos ultrapassar a Grã-Bretanha (como berço da Revolução Industrial) e construir uma sociedade realmente comunista, antecipando-se, assim, à URSS. O objetivo de transformar um país, com uma economia predominantemente agrária, num outro em que a estrutura industrial fosse a preponderante, resultou numa das maiores fomes de que há registo na História: um em cada vinte chineses morreu de fome. “Um desastre feito pela mão humana” - como referiu Liu Shaoqi⁶⁹, em 1961 - e durante o qual se estima terem morrido entre treze e trinta milhões de pessoas (Naimark, 2017, pp.87-94).

O projeto em si separava claramente a via chinesa do modelo soviético (Gaspar, 2019, p.70). Taxar-se-ia a agricultura para se desenvolver a indústria pesada, ademais, desenvolver-se-ia a agricultura e a indústria (tanto a ligeira como a pesada) simultaneamente – era o “caminhar sobre as duas pernas”. Ao contrário da desastrosa experiência de coletivização levada a cabo pela União

⁶⁸ Mao Zedong – 毛泽东- (1893-1976) nasceu na província de Hunan numa família camponesa. Foi um dos fundadores e líder do Partido Comunista da China e da República Popular da China. De acordo com Henry Kissinger, tinha uma personalidade “dominadora e avassaladora”, “implacável” e “poeta e guerreiro, profeta” (Kissinger, 2012, p.92). Foi o “Grande Timoneiro” que uniu a China. http://www.gov.cn/test/2007-11/21/content_811744.htm

⁶⁹ Liu Shaoqi – 刘少奇 - (1898-1969) nasceu na província de Hunan, numa família camponesa com propriedades. Em 1921, depois de regressar da URSS, juntou-se ao recém-fundado PCC. Aquando do Grande Salto em Frente e dos primeiros anos da Revolução Cultural, Liu foi uma das figuras mais proeminentes. Contudo, em 1968, foi purgado por Mao e chamado de “Khrushchev” chinês. Tal como Deng Xiaoping, foi acusado de ser capitalista.

Soviética⁷⁰, o processo de coletivização e acumulação chinês – para o qual se instituíram as famosas “comunas populares” - 人民公社 - foi mais prudente e racional, e os primeiros efeitos do Grande Salto foram considerados um êxito: construíram-se estradas, pontes, canais, minas, sistemas de irrigação, reservatórios, centrais de energia... Contudo, e apesar de cautela e racionalismo, vários erros arrasaram com esta campanha económica e social. Nesta enorme onda de entusiasmo utópico onde “todos são soldados”, onde todos os espaços são considerados um quartel militar e onde todos são dirigidos por quadros locais com mais devoção política do que conhecimento em matérias específicas, o desastre adivinhava-se. A carência de pessoas formadas, a insuficiência em máquinas e ferramentas agrícolas, a falta de mão de obra agrícola e a própria desflorestação - que causou sérias calamidades ambientais - fizeram com que a situação não parasse de piorar. Um desastre estava iminente... a fome.

Foram vários os fatores que causaram a Grande Fome. A redução dos recursos de produção disponíveis para a agricultura, especialmente a força de trabalho e terra agrícola, significou que menos alimento ia ser produzido. Além disso, o governo aumentou a sua requisição de cereais. A (pouca) mão de trabalho agrícola disponível ia sendo encaminhada para outros projetos, como a exploração mineira (principalmente de carvão e ferro, tão necessários ao desenvolvimento industrial), construção de pontes e sistemas de irrigação. Não existindo mão de obra, as colheitas não se realizavam e os cereais apodreciam. Contudo, existiram fatores não provocados para além da impreparação dos quadros regionais. Com efeito, durante estes anos, a China foi devastada por secas, cheias, vagas de frio, tufões e pragas – de ratos a pardais – que reduziram as colheitas e, conseqüentemente, as reservas alimentares.

Considera a historiografia que os resultados desastrosos do Grande Salto em Frente contribuíram, ainda que indiretamente, para o segundo desastre massivo da História recente da China: a Revolução Cultural. Com efeito, a Grande Fome fez com que o povo chinês perdesse (compreensivelmente) a confiança no sistema socialista. Enquanto que muitos dos camaradas de Mao “trabalhavam discretamente na reinstalação de incentivos materiais à produção e em conter os efeitos nefastos da coletivização extrema” só um membro do *bureau* político, Peng Dehuai⁷¹ se atreveu a criticar frontalmente os erros do Grande Salto em Frente. Por essa razão, Mao forçou a

⁷⁰ A URSS experimentou dois grandes períodos de coletivização – um primeiro, liderado pelo próprio Lenine, durante aquilo que se designa como “comunismo de guerra” (1918-1920) e um segundo, já liderado por Estaline que, pondo fim à Nova Política Económica, retomou o princípio da coletivização de todos os meios de produção e estabelecendo como outro eixo de atuação económica a planificação da economia.

⁷¹ Peng Dehuai – 彭德怀 (1898-1974) nasceu na província de Hunan e juntou-se ao PCC em 1928. Foi Ministro da Defesa da RPC de 1954 a 1959. Durante a Revolução, em 1965, foi um dos purgados de Mao, por discordar com o líder sobre as políticas militares e económicas nacionais.

sua renúncia como ministro da Defesa (cargo que exerceu entre 1954 e 1959) e a sua “defenestração política” (Anguiano, 2011, p. 5).

Como forma de se desembaraçar dos seus camaradas céticos e de recuperar a sua hegemonia na orientação política, Mao lançou, em 1966, a Grande Revolução Cultural Proletária - 文化大革命 (que só viria a terminar em 1976). Acreditando que alguns dos seus camaradas comunistas estavam a encaminhar o Partido e a Nação para o caminho errado – o capitalista - e que, portanto, havia que retornar à pureza ideológica comunista, isto é, à pureza revolucionária, Mao impulsiona um grande movimento sociopolítico de revigoração ideológica e política do PCC. Para isso, Mao Zedong mobilizou os jovens estudantes (do ensino secundário e universitário), e mais tarde trabalhadores, - os Guardas Vermelhos (红卫兵) - para lutarem contra os líderes “impuros” do partido que tinham adotado valores burgueses em detrimento do espírito, e seus valores, revolucionários. Estas unidades paramilitares ajudariam Mao a eliminar autoridades revisionistas, denunciando-as e purgando todos os quadros que se haviam “desviado” da pureza comunista. Rapidamente, os Guardas Vermelhos começaram a cometer atrocidades como perseguir, atacar e sanear toda a população intelectual e a destruir vestígios da antiga cultura, símbolos do passado burguês. Querendo Mao Zedong afirmar a RPC como o verdadeiro e principal país comunista, a Revolução Cultural paralisou política e economicamente a China, matando entre quinhentos mil a dois milhões de pessoas.

Mas neste seu percurso para a construção da tão desejada sociedade comunista, a China atravessou períodos distintos de relacionamento com o seu vizinho – o outro gigante territorial – a Rússia dos Sovietes.

República Popular da China *versus* União das Repúblicas Socialistas Soviética – o embate de gigantes?

Por volta dos anos sessenta, os dois maiores polos comunistas da parte leste da Cortina de Ferro - a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a República Popular da China, aliados durante a II Guerra Mundial – já estavam distanciados, provocando a chamada Cisão Sino-Soviética.

Segundo Radchenko (2010, pp. 349-372), não seria a primeira vez que, no contexto da Guerra Fria, os Soviéticos falhavam com os seus aliados. Foi o caso da Jugoslávia, cujo Partido

Comunista foi expulso, em 1948, pelo Kominform⁷² que o acusou de estar dominado por elementos nacionalistas⁷³. Foi também o caso do movimento revolucionário húngaro, de outubro de 1956, e pelo qual Imre Nagy⁷⁴ se tornou no líder de um governo que prometia o multipartidarismo. Como consequência, a Hungria foi invadida pela URSS e, dois anos depois, Nagy era acusado de traição e condenado à pena capital. Mas estes incidentes, apesar da sua intrínseca importância, eram irrelevantes quando comparados com o poder da bandeira vermelha da união sino-soviética.

A cisão entre a URSS e a RPC revelava sérios conflitos por detrás de uma fachada que propalava os valores da solidariedade comunista. A unidade ideológica era tão importante para o mundo liderado pelos soviéticos que uma divisão entre os seus principais protagonistas minava a legitimidade do todo e de todos os princípios que sustentavam a sua existência.

Com efeito, numa perspetiva marxista, a cisão sino-soviética era tão inexplicável que os historiadores chineses e soviéticos se acusavam mutuamente de serem os responsáveis por tão grande falhanço.

Essencialmente, foram as divergências ideológicas, estratégicas, políticas e de interpretação e aplicação nas práticas do marxismo-leninismo, influenciadas também pelas diferentes visões geopolíticas, que romperam a referida aliança. Segundo Sandra Fernandes (2015), mesmo dos dias de hoje, “a relação sino-russa pode ser resumida em pragmatismo e assimetria” (p.159). Foram vários os incidentes que interromperam as tentativas de união entre as duas maiores potências comunistas da época, desde Khrushchev⁷⁵ a comparar Mao a Hitler (Radchenko, 2010, pp.356-357), até Mao a utilizar a saída dos especialistas soviéticos como justificação do falhanço do Grande Salto em Frente (Gaspar, 2019, pp.70-71).

Os confrontos entre os dois poderes comunistas ultrapassaram os ataques verbais e, em 1969, foram muitos os conflitos militares nas fronteiras entre os dois países. Uma das consequências da cisão foi a análise profunda e transformação das estratégias internacionais destas

⁷² Criado em 1947, quatro anos após a dissolução do *Komintern*, este organismo, dominado pelos soviéticos, era o centro de controlo internacional do movimento comunista, facilitando a influência soviética e uniformizando a ação comunista, em especial nos países da Europa de leste.

⁷³ Como testemunho das consequências dessa cisão, refiro o campo de concentração Goli Otok que esteve em funcionamento entre 1949 e 1956 e para onde foram enviados cerca de 13 000 supostos e reais apoiantes de Estaline. Em 2019, o historiador croata Martin Previsic publicou uma detalhada análise desse “inferno vivo”.

⁷⁴ Imre Nagy (1896-1958) lutou na I Guerra Mundial, na qual foi capturado e enviado para a Rússia. Foi 1º Ministro durante a revolução húngara.

⁷⁵ Nikita Khrushchev (1894-1971) juntou-se à causa comunista em 1918. Em 1929, já em Moscovo, foi rapidamente incluído no “núcleo”, no círculo mais próximo de Estaline. Quando em 1953 Estaline morreu, Khrushchev foi apontado como o seu sucessor. Foi durante a sua administração que ocorreram as situações mais críticas da Guerra Fria, como por exemplo a crise de mísseis de Cuba.

duas potências. Tanto a China como a URSS competiam pela liderança no mundo comunista e por aliados. Estados comunistas com interesses nacionais divergentes.

A União Soviética decidiu acabar com o plano de assistência ao programa nuclear chinês e Khrushchev tomou a decisão de repatriar os milhares de especialistas soviéticos que se encontravam na RPC (Shen e Xia, 2012, pp.108-112). Para além disso, Zhongnanhai não contou com o apoio do Kremlin quando travou quer a 1ª, 1962, quer a 2ª, 1967, guerra Sino-Indiana. No auge da Revolução Cultural, Mao Zedong acusou a URSS de ser um poder revisionista e intensificou a luta de classes para que o “revisionismo soviético” não contagiasse a RPC (Gaspar, 2019, pp.70-73).

Os anos setenta – início dos anos de revoluções?

Tanto a União Soviética como a China enfrentavam-se para conseguir uma aproximação aquela poderosa nação imperialista – os EUA. Os três aliados da II Guerra Mundial – os EUA, a China e a União Soviética – e mais tarde, inimigos entre si, tinham algo em comum – os três tiveram de enfrentar graves crises internas. Nos Estados Unidos, a Guerra do Vietname (1955-1975), a luta contra a segregação racial e os movimentos estudantis dividiram a sociedade americana; na União Soviética, a “Primavera de Praga”, tal como refere Carlos Gaspar (2019), “ameaçou contagiar as democracias populares da Europa de Leste e a Ucrânia” (p.78); e, na República Popular da China, o terror da Grande Revolução Cultural Proletária (1966-1976) assombrava todos os chineses e inclusivamente os países vizinhos. Tais crises provocaram mudanças significativas, não apenas nas relações entre estes três protagonistas, como também nas suas (grandes) estratégias internacionais. Com efeito, os EUA já não detinham a supremacia nuclear; a União Soviética perdia a sua primazia ideológica e a China estava profundamente paralisada com os efeitos da Revolução Cultural.

Em 1972, portanto, enquanto a China vivia no caos da Revolução Cultural, os EUA enfrentavam a contestação interna à Guerra do Vietname. A Guerra Fria continuava a ser o pano de fundo no palco internacional.

Em fevereiro desse ano, pela primeira vez, um presidente dos Estados Unidos visitou a RPC. Tornando-se famosa como “a semana que mudou o mundo”, o Presidente Richard Nixon⁷⁶, o

⁷⁶ Richard Nixon (1913-1994) é caracterizado como tendo sido um dos presidentes norte-americanos de personalidade mais contraditória, mas isso não impediu que fosse designado como o protetor dos “americanos esquecidos” e da “maioria silenciosa” – termos usados no seu discurso a 3 de novembro de 1969. Durante o seu mandato (1969-1974), as políticas internas e externas norte-americanas sofreram profundas transformações.

primeiro presidente norte-americano a pisar solo chinês, chegou a Pequim com o objetivo de restabelecer as relações diplomáticas entre os dois países. O processo de normalização das relações diplomáticas entre os dois fora iniciado em 1971, com os encontros de Zhou Enlai⁷⁷, 1º Ministro da RPC, e Henry Kissinger, conselheiro de Segurança Nacional dos EUA. Quando, em 1949, o Partido Comunista Chinês subiu ao poder com um sistema político baseado no modelo marxista-leninista e, mais tarde maoísta (Brown, 2018, pp.287-288) e o Kuomintang – 国民党 - (KMT) se refugiou em Taiwan, os EUA continuaram a reconhecer a República da China como a legítima China. Apesar da RPC ter substituído a República da China (Taiwan) nas Nações Unidas em outubro de 1971, a viagem do Presidente Nixon fez com que a RPC obtivesse um reconhecimento internacional sem antecedentes (Gaspar, 2019, pp.88-91). Para além disso, essa viagem de estado oficializou a aliança entre os EUA e a China, e a “chave da nova ordem internacional é o triângulo subtil de relações entre Washington, Pequim e Moscovo” – excerto de um discurso de 1968, escrito por Henry Kissinger para Nelson Rockefeller, enquanto Governador do estado de Nova Iorque (Kissinger, 1975, p.165). Com uma China que recuperou o estatuto de potência regional já não isolada e com Pequim a ser considerada como um adversário da URSS, vários aliados dos EUA cortaram relações com Taiwan para assim estabelecerem relações diplomáticas com a República Popular da China.

Esta estratégia de Nixon e Kissinger tinha como principal objetivo o de fazer com que a RPC defendesse (e aceitasse/se orientasse e, conseqüentemente, se integrasse) a ordem e o sistema internacional. Contudo, o maior objetivo geopolítico desta estratégia era o de fazer com que os dois maiores inimigos comunistas continuassem de costas voltadas, sustendo assim o progresso da influência soviética (Brands, 2016, pp.6-8). O objetivo americano da decisão de estabelecer contactos com a China era, em palavras muito simples de John Mearsheimer (2020), “viciar” a China ao sistema económico capitalista, integrar a RPC em instituições multilaterais internacionais, fazer com que o país crescesse e enriquecesse e, por fim, com cidadãos ricos e despertados para as virtuosidades do capitalismo, que estes exigissem uma democracia liberal.

Em 1975, Zhou Enlai afirmou que “os países querem independência, as nações querem liberdade e os povos querem revoluções”. Estaria para vir uma (outra) revolução?

Deng Xiaoping⁷⁸, o líder *paramount* conhecido como o “pequeno timoneiro”, aquando da “Reforma e Abertura” (1978) sabia que a China necessitava de se desenvolver e por isso descartou

⁷⁷ Zhou Enlai – 周恩来 -(1898-1976) nasceu na província de Jiangsu e juntou-se ao PCC em 1921, depois de regressar de França. Foi 1º Ministro da RPC de 1949 a 1976 e Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1949 a 1958.

⁷⁸ Deng Xiaoping – 邓小平 (1904-1997) nasceu na província de Sichuan e juntou-se ao PCC em 1924, depois de ter regressado de França. Em 1966 foi acusado de ser capitalista e, como consequência, foi purgado. Henry

a ideologia marxista da revolução anticapitalista de Mao Zedong e iniciou uma integração gradual na ordem internacional liderada pelo seu “inimigo ideológico”: os Estados Unidos da América. Deng Xiaoping demonstrou ser um líder altamente pragmático e, em virtude desse seu pragmatismo, tal conjunto de decisões e políticas foram o *turning point* ao desenvolvimento social, económico e político na RPC, ficando conhecido como o “arquiteto da China Moderna”. Na teoria, esta transição de Mao para Deng não gerou mudanças significativas. Isto porque, efetivamente, a China continuaria a ser governada pelo mesmo partido comunista, Xiaoping manteve a primazia do PCC (Trigo, 2006, p.32). Contudo, é na prática onde se sentiram mudanças quase que radicais. Deng era contra o isolacionismo chinês, um aspeto que, juntamente com a ênfase na ideologia, caracterizou a administração de Mao. Por outro lado, Deng Xiaoping realçava a economia e o comércio livre (Flockhart e Li, 2010, p.3). Mao Zedong, para Kishore Mahbubani (2018), “comportava-se exatamente como um típico imperador chinês” (p.24), enquanto Deng Xiaoping focava “todas as suas energias na melhoria das condições de vida” e “abriu-lhes as portas do mundo” (p.24).

Como resultado desta “autorreforma” e, claro, de um maior envolvimento na comunidade internacional, nos anos noventa, a China alcançou um notável período de desenvolvimento económico e social sem precedentes na História da Humanidade. Foi através da Reforma e Abertura ao Exterior - 改革开放 - que a China cresceu e iniciou um processo de desenvolvimento, em que se passou do “radicalismo ideológico para o desenvolvimento”, ou seja, em que seu início a um processo gradual de “desmaoização” que possibilitou o sucesso dos objetivos políticos e económicos (Silva, 2015, p.228). Esta reforma económica é o exemplo vivo de como a China se adaptou, e acabou por triunfar, ao inimigo – o modelo capitalista/capitalismo. Foi, portanto, o *turning point* não só do desenvolvimento económico chinês como foi também o do desenvolvimento social e político chineses. De uma economia planificada, a economia da China moderna e contemporânea passou a ser uma economia de mercado em direção a um mercado global. De modo a atrair investimento estrangeiro, em 1980, foram estabelecidas, no litoral sudeste do país, as primeiras quatro Zonas Económicas Especiais⁷⁹ (ZEE) – Shenzhen (Cantão), Zhuhai (Cantão), Shantou (Cantão) e Xiamen (Fujian) – todas elas regiões subdesenvolvidas e onde as empresas estrangeiras podiam investir e operar livremente.

Kissinger afirma que as marcas de Deng no PCC são a ênfase na tecnologia e ciência como meio de desenvolvimento da economia chinesa, a reabilitação da mão-de-obra chinesa e o incentivo à individualidade (Kissinger, 2012, p.325).

⁷⁹ Segundo Farole (2011, p. 17) “Zonas Económicas Especiais (ZEE) são áreas de espaço delimitado dentro de uma economia que funciona com regimes administrativos, regulatórios, e muitas vezes, fiscais diferentes (tipicamente mais liberais) do que os da economia doméstica.”

As ZEE serviram de meio para alcançar o objetivo principal desta reforma económica: fortalecer o potencial económico chinês. Através das ZEE, ser-se-ia capaz de se importar capital e conhecimento estrangeiros, algo necessário à modernização, e também o de se erguer o mercado chinês de tal maneira a ser comparável a outros mercados estrangeiros (de países modernos industrializados).

O ano de 1989

E se houve ano crítico no palco internacional foi o de 1989...

Na primavera desse ano eclodiram as manifestações estudantis em Tiananmen, em Pequim. Em abril, um dos símbolos da liberalização política chinesa, Hu Yaobang⁸⁰, viria a falecer, dando o mote aos estudantes universitários de todo o país para que se reunissem na famosa praça da capital para o homenagear. Aquilo que se havia iniciado como uma homenagem ao velho dirigente, rapidamente se transformou numa manifestação contra a direção política e social do país e foi interpretada por Deng Xiaoping como uma revolta contra o Partido Comunista Chinês (Suettinger, 2003, p.34). Um mês depois, a manifestação já se havia estendido a outras grandes cidades do país, como em Xangai e Nanquim, e a repressão militar estava iminente. A praça de Tiananmen – que se havia transformado em símbolo de contestação e protesto – estava totalmente ocupada quando o líder soviético, Mikhail Gorbatchev, se deslocou (a 17 de maio) a Pequim. Tendo esgotado a sua paciência, Deng Xiaoping ordenou, a 4 de julho, que as unidades militares reprimissem “brutalmente os manifestantes” (Gaspar, 2019, p.114). A partir desse momento, a legitimidade do regime comunista chinês passou a ficar totalmente dependente do crescimento da economia nacional e as relações China-EUA mudaram drasticamente: o aliado mais importante dos EUA contra a União Soviética (a RPC) passou a ser o seu principal inimigo ideológico. O mundo ocidental, dado o desastre de Tiananmen, presumiu que a liderança comunista estaria prestes a colapsar. Tal não aconteceu, assim como também não aconteceu aquando da crise financeira asiática de 1997 (Gomes, 2021, p.43).

Comparado com o bloco liderado pelos Estados Unidos, a União Soviética encontrava-se, desde os finais da década de setenta, num estado antiquado – visto que os princípios marxistas dos tempos estalinistas permaneceram congelados no tempo – com um sistema deteriorado e

⁸⁰ Hu Yaobang – 胡耀邦 (1915-1989) nasceu na província de Hunan e juntou-se ao PCC quando era adolescente. Foi Secretário Geral do PCC de 1980 a 1987. Foi a mão direita de Deng Xiaoping e um dos mais importantes defensores da liberalização política na China.

desgastado, com uma tecnologia e economia retrógrada e com abalos na sua hegemonia. Mikhail Gorbatchev⁸¹, um líder reformista, no seu discurso (de janeiro de 1987) endereçado ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética afirmava que “a um dado momento o país começou a perder dinamismo. Dificuldades e problemas por solucionar acumulam-se, surgindo elementos de estagnação e outros fenómenos que são estranhos ao socialismo. Tudo isso tem um efeito negativo na vida económica, social, cultural e intelectual”⁸². No final da reunião plenária afirmava “precisamos da democracia como do ar para respirar”⁸³. O Estado, o Partido e o país em geral, necessitavam urgentemente de uma reforma, de uma abertura – *glasnot* – e de uma reconstrução – *perestroika*. No entanto, o dinamismo e vontade de Gorbatchev não foram suficientes para retirar a União Soviética de todas as crises que a afetavam.

O verão de 1989 também foi marcado por protestos na Europa de Leste.

Na Moldávia, os conflitos, iniciados no ano anterior⁸⁴, subsistiam. Em agosto, o moldavo era finalmente reconhecido como língua do Estado (Chinn, 1994, p.309). Em novembro, os elementos mais radicais da Frente Popular tentaram fazer explodir uma bomba no Ministério do Interior e milhares de protestantes voltaram a reunir-se na capital onde decorria uma parada militar que celebrava a revolução soviética. O estado de emergência foi declarado. Para o autor Vlad Spânu (2009) foi o “momento Tiananmen moldavo”. Segundo este autor, a Moldávia, “virtualmente despercebida pelo Ocidente”, “pequena e insignificante” (2009), seguia e “alinhava-se com as democracias emergentes da Polónia, Checoslováquia, Roménia” (*etc*). Países como a Polónia, a Roménia e Checoslováquia estavam prestes a tornarem-se independentes da URSS e os esforços para uma transição democrática pacífica foram empreendidos.

No outono, manifestações em várias cidades na Alemanha de Leste, como Lípsia e Berlim, fizeram com que a vaga de democratização ganhasse tração e escala. Gorbatchev sabia que era urgente empreender uma mudança económica e política. Esta viragem resultou numa

⁸¹ Mikhail Gorbatchev (1931-) foi Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética de 1985-1991 E presidente da União Soviética de 1990-1991. Juntou-se à causa comunista em 1952 E tornou-se membro do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética em 1971.

⁸² Excerto retirado do sítio *web* da Associated Press, num artigo em que divulga o discurso de Gorbachev. Disponível a partir de: <https://apnews.com/article/528265280b8af99c9b815a7e55d9bce7>

⁸³ Informação retirada da obra de Henrich Winkler “Germany: the long road west – 1933-1990, p. 406

⁸⁴ Em 1988, na sequência da *perestroika*, um movimento nacionalista intitulado Frente Popular organizou uma manifestação que se reuniu na capital (Chisinau) com o objetivo de persuadir o governo da república a instaurar o moldavo (o mesmo que romeno) como língua do Estado e a reinstaurar o alfabeto latino (substituindo o cirílico). Esta proposta provocou reações negativas junto dos especialistas da língua russos e motivou uma campanha de autonomia da minoria turca que reside no sudoeste da Moldávia que fala o gagau. Informação retirada do sítio *web* da Infopédia (Dicionário Porto Editora) acessível a partir de: [https://www.infopedia.pt/\\$moldavia](https://www.infopedia.pt/$moldavia)

descompressão, essencialmente política, nos países do bloco comunista. A população ansiava por liberdade. Na RDA, na Polónia, na Roménia, na Jugoslávia, entre outros, as fendas patentes na “cortina de ferro” e causadas pela descompressão do mundo socialista foram aproveitadas e alargadas. Organizaram-se eleições totalmente livres, verdadeiramente livres, em que muitos dos candidatos tinham sido antigos líderes da oposição.

Mas o momento mais marcante deste inverno de 1989 aconteceu em Berlim quando o símbolo da Guerra Fria foi derrubado a 9 de novembro.

A Guerra Fria encaminhava-se para o seu fim...

A 2 de dezembro de 1989, iniciava-se a Cimeira de Malta. O 41º Presidente dos EUA, George H. W. Bush e o 8º, e último, líder da URSS, Mikhail Gorbachev, tinham à sua frente um árduo desafio – iniciar a desativação⁸⁵ da Guerra Fria. Entretanto, a URSS continuava a reduzir a sua presença militar na Europa de leste⁸⁶, os regimes comunistas colapsavam e, em novembro, o chanceler Helmut Kohl⁸⁷ tinha enunciado, perante o Parlamento alemão (*Bundestag*), o seu plano de 10 pontos para reunificar a Alemanha. Bush e Gorbachev tinham muito para discutir.

Para Carlos Gaspar, a Guerra Fria “termina com o fim da divisão de Berlim (2019, p.123). O curto período precedente à queda do Muro de Berlim e a reunificação da Alemanha são o início do fim⁸⁸ da União Soviética que, apesar de deteriorada, tinha de viver um duro processo de dissolução. No inverno de 1990, dava-se a dissolução do Pacto de Varsóvia; no verão do ano seguinte, realizava-se em Budapeste a última sessão da COMECON, na qual se acordou a dissolução da mesma (Bideleux e Jeffries, 1998, p.582). O território soviético foi sucessivamente desagregado e a política de aproximação ao Ocidente, iniciada por Mikhail Gorbachev, foi dando os seus frutos.

Neste processo do início do fim da Guerra Fria, assiste-se à reconfiguração do triângulo estratégico entre os EUA, a União Soviética e a China. Os Estados Unidos são declarados como a única superpotência do mundo; a União Soviética é a peça fundamental para uma transição pacífica; e a China normaliza as suas relações com os dois Estados (Gaspar, 2019, p.120).

⁸⁵ Tradução minha da expressão inglesa “to begin unwinding the Cold War” que consta do texto informativo do artigo intitulado: “1989 Malta Summit: Watching the World Wake Up from History”. Este artigo foi publicado no sítio *web* da *George & Barbara Bush Foundation* acessível a partir de: <https://www.georgeandbarbarabush.org/2019/12/1989-malta-summit-watching-the-world-wake-up-from-history/>

⁸⁶ De acordo com o discurso de Gorbachev proferido na Assembleia Geral das Nações Unidas a 7 de dezembro de 1988.

⁸⁷ Helmut Kohl (1930-2017) foi o chanceler da Alemanha (RFA) entre 1982 a 1998. O seu mandato tem como pontos altos como o Acordo de Schengen (1985), a Queda do Muro de Berlim, a unificação das duas Alemanhas e o Tratado de Maastricht (1992).

⁸⁸ Note-se que é o início do fim da União Soviética e não o fim, ou início do fim da História!

O Partido Comunista Chinês

Não existe República Popular da China sem o Partido Comunista Chinês...

Fundado em julho de 1921, em Xangai, o Partido Comunista Chinês (PCC) é obra de Mao Zedong, Zhou Enlai, Chen Duxiu e Li Dazhao. De acordo com Eleanor Albert, Beina Xu e Lindsay Maizland (2021), o PCC inspirou-se na Revolução Russa de 1917 e na doutrina marxista-leninista.

Mao teve uma presença muito forte na cultura política chinesa e conseguiu utilizar o partido como fonte de controlo e mobilização políticas. Tendo em conta que a China que conhecemos é um país comunista liderado por um partido comunista, o *ADN* (moderno e contemporâneo) da RPC não parte completamente das ideologias de Marx e Lenine. Está, sim, enraizada na própria civilização chinesa tendo um conjunto variado de especificidades como por exemplo um pensamento híbrido que se reflete nas suas políticas, e também valores, ou qualidades, como a profunda racionalidade e gradualismo experimental. Estes valores/qualidades conferem a este país uma velocidade impressionante de transformação, adaptação, e experimentação que o difere do grande “Resto”.

Para Kishore Mahbubani (2020), o PCC, para além de ser transformado num “veículo eficaz de governação da China” (p.173) revela uma alta capacidade de experimentar e de se “adaptar à conjuntura” (p.95). O país comunista mais forte e o maior partido comunista do mundo são, atualmente, a China e o seu Partido Comunista Chinês.

Mas, será a China, a segunda maior economia do mundo, um país verdadeiramente comunista? Como é que um país criado e (ainda) governado por um partido comunista tem tanto poder⁸⁹?

Relativamente ao Partido Comunista Chinês, creio que importará mais centrar as atenções no termo “chinês” do que propriamente no termo “comunista”, até porque no Ocidente se associa o termo “comunismo” ao comunismo soviético, um sistema que, como se sabe, falhou e faliu.

O comunismo chinês é, teoricamente, idêntico ao soviético, residindo todas as diferenças significativas na sua *praxis*. Como exemplo, refira-se a forma de liderança que se baseia no mérito, nas capacidades individuais (meritocracia) em detrimento da posição social. Pequim afirma que a China é deveras um país comunista (ou não seria governada por um aparelho liderado pelo Partido Comunista...) que “atualizou” a teoria marxista (Wolff, 2021). É nesta “atualização” que se encontram as diferenças significativas referidas anteriormente, especialmente no que toca à “luta das classes”. Mao Zedong formulou a versão chinesa do marxismo na qual se entendia que era o

⁸⁹ Em inglês, *leverage*, que parece ter um significado mais significativo e “energético”.

camponês que estaria na vanguarda da revolução e não o trabalhador urbano⁹⁰. Todavia, os elementos “centrais” que definem o Marxismo, concretamente a tecnologia e a economia, “aclararam” as decisões de Pequim. De acordo com David Wolff (2021), na teoria de Marx, a questão da tecnologia é de que esta determina os meios de produção e a questão da economia determina que grupos/nações detêm o poder político no palco internacional. Deste modo, quem detém a superioridade tecnológica assegura o progresso económico e, conseqüentemente, detém o poder político.

Desde 1978, ano marcado pela aprovação do programa Reforma e Abertura de Deng Xiaoping, que a China encetou o itinerário de desenvolver a sua economia e de adquirir e desenvolver a tecnologia. Efetivamente, em dezembro desse ano Deng Xiaoping (um sobrevivente da revolução cultural maoista) conseguiu convencer os seus camaradas do Partido da necessidade de apoiar o projeto de Abertura e de Reforma que era fulcral para a China moderna. Com efeito, dez anos de Revolução Cultural, de isolamento internacional e de turbulência política ao nível interno estavam a conduzir o país para o abismo, para o colapso. Havia a necessidade premente de se encetar uma segunda revolução.

Estas decisões de inspiração marxista estão patentes no plano das “Quatro Modernizações”⁹¹. O objetivo deste plano era o de fortalecer os setores da agricultura, da indústria, da ciência (na perspetiva tecnológica) e da defesa (principalmente no que diz respeito à modernização militar). Como referido anteriormente, a luta de classes já não era o foco como tinha sido na era maoista. Esta mudança refletiu-se na propaganda dos anos 80 que insistia na criação de uma sociedade de cidadãos civilizados e produtivos, todos trabalhando para o bem-estar do país e contribuindo para o esforço de modernização.

Contudo, tantas mudanças no ambiente chinês foram muitas vezes classificadas como uma tentativa de Deng de transformar a RPC num país capitalista. Deng Xiaoping negou estas afirmações e anunciou a adoção do “Socialismo com Características Chinesas”. Os quatro pontos essenciais desta transformação fundamentaram-se na aceitação da liderança do país pelo PCC e o seu apoio ao pensamento marxista-leninista. O terceiro ponto centrou-se na prática do centralismo democrático, no qual Deng tentaria abrir a nação à economia global, conservando a existência do Partido-Estado. Por fim, o quarto princípio seria o de se seguir o caminho socialista. Note-se que a

⁹⁰ Lembre-se que é absolutamente indispensável relacionar o autor com a sua época. Marx e Engels são contemporâneos do capitalismo industrial, gerado pela revolução Industrial. Contudo, foi na Rússia dos czares, predominantemente agrária, e com uma fraca industrialização, que aconteceu a primeira revolução marxista.

⁹¹ 四个现代化

Reforma e Abertura ao exterior foi uma reforma económica, com o objetivo de liberalizar a economia e não a política chinesa!

Sobre o marxismo, o Presidente Xi Jinping, a 5ª geração de líderes, afirmou aquando da comemoração do 200º aniversário de Karl Marx (Pequim, a 5 de maio de 2018) reafirmava que era a “verdade científica” e que é a teoria necessária para se “ganhar o futuro”⁹².

E como se ganha o futuro? De acordo com esta visão, é através da economia e tudo adjacente à mesma.

Apesar de o sistema governamental chinês não ser perfeito, nele está bem patente a tradição histórica chinesa, classificando o PCC como sendo uma organização regida pela meritocracia, baseada na teoria marxista-leninista. Também aqui é possível constatar-se que as tradições milenárias continuam arraigadas na sociedade chinesa mesmo depois de várias tentativas para as erradicar (*vide*, especificamente, a Revolução Cultural). Aliás, são os termos “mandarinato” e “meritocracia” que sugerem uma associação à tradição, por nos remeter diretamente – no caso do mandarinato – para a época dos mandarins, ou seja, os burocratas da era imperial que se submetiam aos rigorosos exames *Keju* -科举- de modo a serem admitidos na prestigiada carreira burocrata. Apesar de tais exames terem sido abolidos e de a China já não ser imperial, manteve-se o sentido de mérito - a meritocracia – como fundamental, ou seja, a importância da educação e da experiência pessoal como essenciais para que se assumam cargos públicos.

Com efeito, todos os cidadãos que queiram candidatar-se a cargos públicos têm de realizar o exigente exame *guokao* – 国 考”(Guo – país, nacional; kao – exame). O método de governança meritocrática adotado pelo PCC é capaz de atrair e “promove[r] apenas os melhores e mais inteligentes” (Mahbubani, 2020, p.173), o que transforma o Partido no detentor do monopólio de poder (Albert, Xu, Maizland, 2021) e o símbolo da Partidocracia chinesa. Como refere Richard McGregor (2010), o sistema partidocrático “já deu provas de ser flexível e versátil o suficiente para aprender tudo aquilo que lhe tem sido atirado, para surpresa e terror de muitos no Ocidente” (p.273).

Albert, Xu e Maizland (2021) referem que os três pilares em que o PCC se baseia são “o controlo sobre o povo, a propaganda e o Exército Popular de Libertação (EPL). Contudo, creio que a economia chinesa, e a sua ascensão, fazem parte deste “conjunto” de pilares da estratégia e da sustentabilidade do PCC. O sucesso na magnitude e no crescimento da economia nacional, que já provocam transformações no palco internacional, devem-se, na minha opinião, às qualidades e

⁹² Este discurso está disponível em chinês em : <http://cpc.people.com.cn/n1/2018/0505/c64094-29966415.html>

valores (referidos no parágrafo anterior), juntamente com a disciplina e o pragmatismo gigantesco que move este país. De uma economia planeada, a China transformou-se numa economia socialista de mercado, que depende das exportações, do investimento estrangeiro e, claro, de empreendedores privados. Os atores internacionais assistiram a uma transição serena e fluída de uma economia orientada pelo investimento intensivo e com uma estratégia de crescimento baseada nas exportações para uma economia (de mercado) norteada pelo consumo nacional, pela inovação e pelo sector terciário.

Sendo o crescimento económico um dos principais pilares do PCC, não se pode ignorar que este alicerce se apoia na população, nessa imensa mão de obra disponível⁹³. Refira-se que o dinamismo demográfico foi também um dos fatores de arranque da Revolução Industrial inglesa juntamente com o acesso aos recursos energéticos (como a hulha), o alargamento dos mercados (quer interno, quer externo), ao binómio ciência/tecnologia e a um contexto político favorável à iniciativa individual. Entre o PCC, o crescimento e desenvolvimento económico nacional e a população chinesa existe um “contrato social”: o povo chinês anui com o atual regime desde que o governo gira crescimento e riqueza (Mahbubani, 2020, p.194). Este “simples”, mas frágil contrato social é trave-mestra da estabilidade política e social da RPC dos dias de hoje.

⁹³ Segundo os dados (revistos em junho de 2021 e disponíveis para o período de tempo compreendido entre 1990 e 2020) do Banco Mundial (acessível a partir de: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.TLF.TOTL.IN?locations=CN>), a força laboral era, em 1990, de 641.539.565 de pessoas sobre uma população total de mais de mil milhões de pessoas (mais precisamente 1.135). Nos anos seguintes a tendência foi de crescimento. Contudo, em 2018, dá-se uma inflexão na curva e de 785.986.113 a força de trabalho é (em 2020) de 770.950.792 sobre uma população total de 1.402 mil milhões de pessoas.

A República Popular da China de hoje

Como referido anteriormente, nota-se nos dias de hoje que o Ocidente tem muitas questões e incertezas sobre esta China mais assertiva e mais pró-ativa. Mas há algo bem claro que a liderança chinesa tem vindo a manifestar, “o Ocidente está em declínio, o Oriente está a erguer-se” – discurso de Xi Jinping, 5ª Sessão Plenária do 19º Comité Central do PCC⁹⁴ - 十九届中央委员会第五次全体会议.

A frase proferida por Xi, durante uma reunião com o Comité Central (11 de janeiro de 2021) - “time and momentum are on our side” / 时与势在我们一边 – transformou-se no *motto* demonstrador desta vontade da China. Também neste discurso, o Presidente Xi não resistiu a comparar uma China em ordem com um Ocidente caótico (Erling, 2021).

Nos últimos anos, especialmente a partir de 2008, a China abraçou uma atitude mais assertiva no palco internacional. O sucesso chinês na estratégia/estratégias adotada(s) para lidar com a crise financeira de 2008 provocou um efeito paralelo. O efeito, ou melhor, os efeitos obtidos, foram as diversas manifestações de arrogância, imprudentes e, por isso, pouco racionais, tomadas por Pequim no Mar da China Meridional (Mahbubani, 2020, p.47). Nota-se esta assertividade crescente em matérias de natureza política e militar especialmente em regiões em desenvolvimento. Estes momentos, durante e depois da crise financeira mundial, principalmente com a administração Xi, não retratam os conselhos mais famosos e tidos em conta de Deng Xiaoping: examinar a situação com calma, manter a firmeza nas posições determinadas, responder com cautela, ocultar as capacidades, esperar pelo momento oportuno e nunca reivindicar a liderança (Mahbubani, 2020, pp.47-48).

Com efeito, é nas regiões em desenvolvimento que a atual ação estratégica (internacional) chinesa se concentra. Será que assistiremos ao ressurgimento de um novo Movimento dos Não-Alinhados? É importante não esquecer que foram os países do “Terceiro Mundo” que ajudaram a República Popular da China a ser reconhecida como um país. Refira-se que o precursor deste movimento foi a Conferência de Bandung (1955) onde delegações de vinte e novos países africanos e asiáticos, incluindo a República Popular da China⁹⁵, se reuniram naquela cidade do ocidente da

⁹⁴ Síntese da sessão disponível (em chinês) em: <http://politics.people.com.cn/n1/2020/1030/c1001-31911623.html>

⁹⁵ A encabeçar a delegação chinesa encontrava-se o chefe do governo Zhou Enlai que proferiu um discurso na sessão plenária em que afirmava “desde que o povo se tornou senhor do seu próprio país que todos os seus esforços estão orientados para a eliminação dos vestígios da sociedade semi-colonial e para a construção de um país industrializado”. O discurso integral (na sua tradução para inglês) pode ser lido consultando o arquivo digital do Wilson Center, acessível a partir de: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/>

ilha de Java (Indonésia). Organizado pela Indonésia, Burma, Paquistão, Ceilão e Índia, este movimento, que juntou os “povos mudos” representando mais de 50% da população mundial, protestava contra o poder ocidental e o seu neocolonialismo. A questão central da conferência era a de determinar se as políticas soviéticas, tanto na Europa de Leste como na Ásia Central, deveriam ser censuradas juntamente com o (neo)colonialismo ocidental. Tanto na Conferência de Bandung como no Movimento dos Não-Alinhados (1961) nota-se o hábito de envolver os países em desenvolvimento nas ações geoestratégicas chinesas.

A China, ao apoiar os países em desenvolvimento, muitos dos quais estão “mudos”, procura a reciprocidade que se reflete na contestação de medidas tomadas em instituições internacionais que se opõem aos objetivos chineses. Por outras palavras, a China procura que estes países ergam a sua voz contra a hegemonia americana (Eisenman e Heginbotham, 2019, pp.57-60).

Tal como o chanceler Otto von Bismarck (1818-1898) elaborou uma rede de alianças e relações duradouras com outros Estados⁹⁶, antecipando-se assim a uma possível aliança antigermânica (sempre tendo a Alemanha no seu centro), tal como a própria União Europeia criou um espaço de alianças respeitadoras da soberania de cada Estado, (Biscop, 2019, p.3), também a China espera criar um tipo de malha reticular de forma a precaver-se de uma coligação anti-China. À semelhança do Japão, a China abraçou a conceção de que a segurança nacional “abrange meios económicos e meios não-tradicionais juntamente com os meios militares tradicionais e interesses políticos nacionais” (Wang, 2011, p.74). Pequim, tanto pelo seu peso económico como ao liderar, juntamente com Nova Deli, as economias em desenvolvimento, reduz as margens de manobra dos governos ocidentais (Raposo, 2007). Sendo assim, um polo é criado e uma ordem multipolar fica mais perto de ser concretizada.

A China, segundo as palavras de Ryan Hass (2021) “fechou importantes negócios (comércio e investimento) na Ásia e na Europa e está a utilizar a Iniciativa Faixa e Rota⁹⁷ – o maior projeto de desenvolvimento do século XXI – como meio de ganhar influência em todos os cantos do mundo. Está a exportar instrumentos de vigilância, a integrar a tecnologia 5G nas redes de comunicação e a utilizar recursos virtuais, tanto para se apropriar de informação confidencial como para modelar o discurso político estrangeiro. Está a transformar o seu poder económico e político em poderio

⁹⁶ A complexa rede de tratados internacionais teve como elemento chave a Tríplice Aliança (1882) que ligava a Alemanha aos seus vizinhos Áustria-Hungria e Itália. O principal objetivo de Bismarck era a manutenção de um *status quo*, sob a liderança de Berlim. O delicado edifício diplomático do chanceler sofreu um forte abalo com a nova *weltpolitik* (política mundial) impulsionada pelo imperador Guilherme II. Essa nova atitude da Alemanha, mais ambiciosa e agressiva, desencadeou um processo de competição antagónica e de desconfiança.

⁹⁷ Em inglês, *Belt and Road Initiative* (BRI).

militar⁹⁸, socorrendo-se de uma fusão civil-militar para desenvolver competências de vanguarda e fazer *bullying* aos seus vizinhos, incluindo os aliados dos EUA e seus parceiros (como a Austrália, a Índia e Taiwan). A nível nacional, está a atuar impiedosamente em toda a parte, de Hong Kong a Xinjiang, demonstrando pouca preocupação com as críticas dos Estados Unidos e de outros governos democráticos” (Hass, 2021).

Um país que projeta tal nível de autoconfiança terá, certamente, um leque de forças e oportunidades ao seu dispor que invalidam as fraquezas e ameaças que o angustiam. Ou serão estas forças apenas um exosqueleto, ou uma ossada de algo que nunca existiu, mas que se projeta como algo real e viável? Não será tudo isto apenas uma ilusão, ou será que há um fundo de verdade? De acordo com o mesmo autor (Hass, 2021), ansiedade gera insegurança, insegurança provoca reações exageradas que, por sua vez, resultam em más decisões.

Uma análise sem mistérios

A China de há trinta anos não é mesma do final dos anos 2000.

Como referido anteriormente, assistiu-se, durante as últimas décadas, a uma espiral de crescimento e desenvolvimento colossal da economia chinesa⁹⁹ que, em grande medida se deve à “integração progressiva na economia global” e, claro, aos recursos humanos, abundantes e qualificados, com salários baixos (Silva, 2015, p.238). Os baixos custos de produção, as elevadas taxas de poupança e o progresso geral significativo das infraestruturas chinesas (Silva, 2015, p.238) são outros dos aspetos a ter em consideração no que toca às forças da RPC.

⁹⁸ Sobre este assunto refiram-se os últimos exercícios militares conjuntos entre a Rússia e a China que tiveram lugar no noroeste do território chinês e que envolveram mais de 10 mil militares de ambos os países além de um elevado número de aviões, sistemas balísticos e veículos de combate. Informação disponibilizada pelo sítio web da *Radio Free Europe/Radio Liberty* acessível a partir de: <https://www.rferl.org/a/china-russia-military-cooperation/31401442.html>

⁹⁹ Segundo dados do Banco Mundial (acessíveis a partir de: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>), em 1990, a China apresentava um crescimento do Produto Interno Bruto de 3,92%. Em 2007, o PIB tinha crescido 14,231%. Foi efetivamente nessa data que se verificou uma inflexão na tendência e, em 2020, o PIB só tinha crescido 2,3%.

Com a economia a desenvolver-se a passos largos, e mantendo características culturais inerentemente chinesas como é caso do *guanxi*¹⁰⁰, a classe média¹⁰¹ chinesa aumentou¹⁰², bem como o seu poder de compra.

Na análise SWOT¹⁰³, realizada por Jorge Tavares da Silva (2015, p.238), o autor identificou como fraqueza a grande desproporção entre a riqueza gerada nas áreas rurais e nas urbanas, apresentando as últimas um excesso de população quase que arrepiante. As gigantescas desigualdades sociais na China fazem com que as diferentes administrações locais e a central estejam em permanente estado de alerta, pois poderão provocar um “sismo” de descontentamento nacional o que provocará, por sua vez, uma deslegitimação do PCC. Para o mesmo autor (Silva, 2015, p.238), a especulação financeira e imobiliária¹⁰⁴ atinge níveis preocupantes nos espaços urbanos.

Apesar de ter adotado uma economia de mercado, o Estado chinês intervém excessivamente na economia, mesmo em situações em que o mercado consegue ajustar-se sem apoio. “Os setores das energias renováveis, educação, turismo e das novas tecnologias” (Silva, 2015, p.238) são setores repletos de várias oportunidades em que a China se pode demonstrar como

¹⁰⁰ O *guanxi* – 关系 - é uma rede, uma teia, que se baseia em vários níveis de confiança – algo que exige tempo - o que pode influenciar, tanto de maneira positiva como de maneira negativa, as transações negociais (Trigo, 2003: 69-72). O *guanxi*, de acordo com alguns autores, tem um papel importante nas economias confucionistas pois é um mecanismo que facilita a execução de transações económicas, obtenção de financiamentos, assim como a obtenção de legitimidade (Ahlstrom e Bruton, 2001, pp.72-83). Numa análise do Confucionismo está presente e realçada a importância do *guanxi* (construir, cultivar, desenvolver e manter relações recíprocas), o respeito pela outra parte e a hierarquia nas organizações.

¹⁰¹ O Banco Mundial define o rendimento diário de \$1.90 como a linha vermelha para a pobreza no Mundo. O *Pew Research Center* incluiu 3 faixas de rendimento (com dados obtidos a partir da *PovcalNet and the Luxembourg Income Study* e definiu como **classe média** aquela que apresenta uma despesa diária entre 10 e 50 dólares. No entanto, refira-se que não existe uma definição estandardizada para classe média. “O Governo chinês, por exemplo, define como classe média aquela que auferir, anualmente, entre \$7,250 e \$62,500 (...). A McKinsey [& Company – Global Management Consulting] utiliza a banda situada entre os \$11,500 e os \$43,000 (por ano). Informação acessível a partir de: <https://chinapower.csis.org/china-middle-class/>

¹⁰² Segundo o *Center for Strategic and International Studies* (CSIS), a classe média chinesa foi a que apresentou (a nível mundial) o mais rápido crescimento. Com efeito, “ao longo das últimas décadas, o desenvolvimento económico da China tirou várias centenas de milhão de pessoas da pobreza, resultando num aburguesamento da classe média. (...) Em 2000, esta classe média representava 3% da população. Em 2018, totaliza cerca de metade da população, constituindo quase 707 milhões de pessoas. O crescimento da classe média chinesa representa novas oportunidades económicas, mas também significativos desafios políticos e demográficos”. Informação acessível a partir de: <https://chinapower.csis.org/china-middle-class/>

¹⁰³ Do termo inglês para **S**trengths, **W**eaknesses, **O**pportunities e **T**hreats. É uma técnica de planeamento estratégico que avalia fatores internos e externos, bem como o presente e futuro potencial.

¹⁰⁴ A este propósito, o jornal *Financial Times* publicou, em 5 de outubro, um artigo de opinião (assinado pelo redator chefe para os assuntos económicos, Martin Wolf) intitulado *The economic threats from China’s real estate bubble*. Nele, o autor, depois de reconhecer que o *boom* do investimento imobiliário atingiu o seu limite, questiona-se (depois de afastar um cenário de crise financeira), sobre quais serão os próximos condutores da procura. Este artigo está acessível a partir de: <https://www.ft.com/content/1abd9d4b-8d94-4797-bdd7-bee0f960746a>

líder. Com a formação da nova classe média urbana, que era inexistente há trinta anos, e o seu poder de compra, o mercado e consumo internos são mais uma oportunidade que pode e está a ser desenvolvida. A Nova Rota da Seda apresenta-se como mais uma oportunidade, assim como os vários projetos de construção de infraestruturas que impulsionam a economia. Como ameaças, o autor refere as desigualdades sociais e a questão que atormenta muitos países desenvolvidos – o envelhecimento da população ¹⁰⁵ – uma vez que poderá comprometer o crescimento e desenvolvimento nacional chinês (Silva, 2015, p.238). Os escândalos de corrupção de níveis epidémicos, a degradação ambiental, o desrespeito pelos direitos humanos e pelos direitos de propriedade intelectual, o aumento da inflação, a manipulação cambial, e a já referida bolha imobiliária são algumas das sérias ameaças que podem criar caos e rutura nacional (Silva, 2015, p.238). Para além dos já referidos fatores, existe o sério risco que a China envelheça antes de ficar rica (Hass, 2021). Isto é, a força laboral chinesa está a diminuir enquanto que a população não-ativa está a aumentar. A enorme dependência de recursos energéticos importados¹⁰⁶ demonstra mais um ponto de vulnerabilidade chinesa pois, se não há energia, o país não produz.

Portanto, nem tudo são rosas... a recente assertividade da China no palco internacional e o crescente poderio chinês nos assuntos mundiais trazem consigo uma caracterização pouco favorável ao país. Esta caracterização não é tão recente como a tal assertividade e poder chinês.

A demonização de alguns Estados por parte do Ocidente (principalmente pelos EUA) não é uma atitude recente.

Relembrem-se as palavras proferidas (em março de 1983, na Convenção Nacional Evangélica) pelo 40º Presidente dos EUA, Ronald Reagan (1981-1989) quando afirmava que “[os soviéticos] têm de ser convencidos que nunca comprometeremos os nossos princípios e regras nem

¹⁰⁵ A revista *Time*, no artigo intitulado *China's aging population is a major threat to its future* (edição de 07.02.2019 e assinado por Charlie Campbell, correspondente no extremo-oriental) refere (baseado no relatório publicado em janeiro desse mesmo ano pela Academia Chinesa de Ciências Sociais) que, em 2050, estima-se que 330 milhões de chineses terão mais de 65 anos. Informação acessível a partir de <https://time.com/5523805/china-aging-population-working-age/> A autointitulada *Global nº 1 Business Data Platform – Statista* – previa (em junho de 2019) que, em 2020, 17,4% da população chinesa teria 60 anos ou mais. Informação acessível a partir de: <https://www.statista.com/statistics/251529/share-of-persons-aged-60-and-older-in-the-chinese-population/>

¹⁰⁶ Segundo Yu Lulu e Li Zhao (2021), da Escola de Economia e Gestão do *Xi'an Mingde Institute of Technology* (Xi'an, Shaanxi, China), nos inícios da década de 90, “a China, com um nível económico e tecnológico baixo, era autossuficiente [em matéria energética] e a procura no consumo de energia não era tão alto como atualmente, como também não era a sua dependência em relação ao exterior. Entrando o século XXI, a dependência externa em termos energéticos aumentou à medida que a economia se desenvolvia. Em 2000, a dependência externa da China era de 5%, tendo aumentado para 18% em 2016. Em 2019, a dependência externa, só para referir o caso do petróleo, era de 70%”. De acordo com os dados fornecidos por aqueles economistas chineses, apesar de a China ser o 6º produtor petrolífero do mundo, importa mais petróleo que os EUA e em 2018 foi o maior importador mundial.

ignoraremos os factos da História e os impulsos agressivos do Império do Mal [referindo-se à URSS]¹⁰⁷. Quase duas décadas mais tarde (em janeiro de 2002, no seu discurso sobre o estado da União – *State of the Union*), o 43º presidente dos Estados Unidos, George W. Bush (2001-2009) identificava a Coreia do Norte, Irão e Iraque como constituindo o “eixo do mal” por serem os Estados que acolhiam, financiavam e ajudavam grupos terroristas. E acrescentava “Todas as nações devem saber: a América fará o que for necessário para garantir a segurança da nossa nação”¹⁰⁸.

Será que há um novo Império do Mal? Será que EUA devem demonizar a China? Quais são os benefícios?

Veja-se um exemplo de uma das mais recentes acusações, relevante pelo alcance pandémico do assunto.

O partido comunista chinês, sob a liderança de Xi Jinping lançou um plano diabólico para dominar o mundo. Para o testar, o Império do Meio, deliberadamente ou por erro grosseiro, espalhou uma poderosa arma biológica – um novo tipo de coronavírus. Para Donald Trump, o 47º Presidente dos EUA (2017-2021), o vírus deixou de ser o “estrangeiro” para ganhar uma nacionalidade inequívoca – a chinesa. O Secretário de Estado norte-americano, Mike Pompeo, acusando a China de falta de transparência e de pôr o mundo em risco não conseguiu, no entanto, convencer os participantes da Conferência dos G7 (em março de 2020) para que na sua declaração conjunta nomeassem o novo coronavírus como “Wuhan virus”¹⁰⁹.

Na edição de março/abril de 2020, na revista *Foreign Affairs*¹¹⁰, o então candidato democrata, Joe Biden, expunha, sob o formato de ensaio, as razões pelas quais os EUA deveriam liderar o mundo “Why America must lead again – Rescuing US Foreign Policy after Trump”¹¹¹. Para Biden, “a credibilidade e influência dos EUA no mundo diminuiu desde que o Presidente Barack Obama e eu deixámos a administração em 20 de fevereiro de 2017” e Trump “menosprezou, minou

¹⁰⁷ O texto completo deste discurso pode ser lido, na íntegra, no sítio web do *Voices of Democracy. The U.S. oratory project*, acessível a partir de: <https://voicesofdemocracy.umd.edu/reagan-evil-empire-speech-text/>

¹⁰⁸ O texto completo deste discurso pode ser lido, na íntegra, no sítio web do jornal *The Washington Post* (edição de 29.01.2002), acessível a partir de: <https://www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/sou012902.htm>

¹⁰⁹ Refira-se que, em julho deste ano, 21 cientistas chineses e uma académica britânica (peritos em biologia, genética, ciências da vida e em pesquisa animal) publicaram (na revista *Science China/Life Sciences*) um artigo intitulado “On the origin of SARS-CoV-2 – The blind watchmaker argument” e no qual demonstram que o novo coronavírus só pode ter a sua origem na natureza e não num laboratório.

¹¹⁰ Esta revista, que existe desde 1922, é uma publicação do Conselho sobre Relações Exteriores (em inglês, *Council of Foreign Relations – CFR*), um *think tank*, especializado em política externa norte-americana e que tem como objetivo proporcionar um melhor conhecimento sobre os assuntos internacionais. Richard Hass, já referido várias vezes ao longo deste trabalho, é o atual diretor do periódico.

¹¹¹ O texto completo está acessível a partir de sítio web da sua candidatura - <https://joebiden.com/es/el-liderazgo-de-los-estados-unidos/>

e, em alguns casos, abandonou os aliados e parceiros dos EU.” Realçando todos os aspetos negativos das políticas interna externa norte-americana durante a administração Trump e identificando os males que afetam as democracias (hiperpartidarismo, corrupção, desigualdades, falta de confiança nas instituições, demagogia), Biden conclui que o “sistema internacional que os Estados Unidos tão cuidadosamente construíram está a rebentar pelas costuras”. Assim, considera que a tarefa primordial da próxima administração será a de “reconstruir a confiança na nossa liderança e mobilizar o nosso país e os nossos aliados para os novos desafios” – mudanças climáticas, migrações em massa, desajustamentos tecnológicos e pandemias. Para o candidato Biden, o “triunfo da democracia e do liberalismo sobre o fascismo e a autocracia, forjaram o mundo livre”, e, por isso, os EUA devem assegurar que assim continua. Ao longo do seu texto, Biden enuncia todos os eixos de atuação que conduzirão quer a política interna quer a externa, intimamente relacionadas, sugerindo que a liderança dos EUA deve ser feita pelo exemplo e não só pelo poder *per se* – “como nação temos de provar ao mundo que os Estados Unidos estão preparados para liderar – não só pelo exemplo do nosso poder, mas também com o poder do nosso exemplo.”

E qual a razão para os EUA voltarem a liderar o mundo?

Para Biden, há duas razões: uma histórica, a outra moral. Histórica, porque os EUA fizeram isso a partir de 1945, quer com presidentes democratas quer com republicanos e saíram-se bem: houve “segurança coletiva e prosperidade”¹¹². Moral, porque os EUA não protegem só os seus interesses, mas os dos seus aliados e parceiros¹¹³.

À Rússia, Coreia do Norte, Irão, Síria, Afeganistão e ...China são enviadas diferentes mensagens. O candidato quase presidente Biden¹¹⁴ reconhece, que a China “representa um desafio especial”, mas lembrando a sua experiência política (como vice-presidente durante a administração Obama), afirma que “conheço o que estamos enfrentando” (“...I understand what

¹¹² Há que referir que a seguir à II Guerra Mundial os EUA detinham cerca de metade do produto interno bruto mundial. Em 2020, segundo dados (ajustados à paridade do poder de compra – “adjusted for purchasing power parity” - PPP) da *Statista*, a percentagem foi de 15,9 com uma previsão de (ligeira) diminuição até 2026, em que se atingirá os 14,76%. (acesso a partir de: <https://www.statista.com/statistics/270267/united-states-share-of-global-gross-domestic-product-gdp/>).

Os valores da União Europeia são muito semelhantes aos norte-americanos: 14,95% em 2020 e uma previsão de 13,84% em 2026 (acesso a partir de: <https://www.statista.com/statistics/253512/share-of-the-eu-in-the-inflation-adjusted-global-gross-domestic-product/>). A China detém, em 2020, 18,33% do *Global Gross Domestic Product*, com uma previsão, para 2026, de 20,19% (acesso a partir de: <https://www.statista.com/statistics/270439/chinas-share-of-global-gross-domestic-product-gdp/>).

¹¹³ Refira-se a decisão de Trump de renunciar ao Acordo de Paris sobre alterações climáticas (2015) e a ameaça (no verão de 2018) de sair da NATO para que os aliados aumentassem a despesa com a defesa.

¹¹⁴ Biden, ao longo do texto, utiliza frequentemente a expressão “Como presidente vou...” (em inglês, *As a president I will...*).

we are up against”). “A China está a jogar um jogo a longo prazo, alargando a sua influência global, promovendo o seu próprio modelo político, investindo nas tecnologias do futuro”. Daí a necessidade de os EUA ganharem a corrida das “energias limpas, da computação quântica, da inteligência artificial, da rede 5G e da investigação sobre o cancro. (...) Quem dita as regras do comércio internacional? Quem assegurará a proteção dos trabalhadores, do ambiente, da transparência e dos salários da classe média? Os Estados Unidos, não a China, devem liderar esse esforço”.

Estas palavras de Biden sugerem que os EUA atuarão de 3 formas distintas com a China:

- i. Em matérias de direitos humanos, os EUA continuarão a denunciar as violações que ocorrem e a impor sanções¹¹⁵;
- ii. Quanto aos problemas que afetam o mundo (poluição, mudanças climáticas, biossegurança, pandemias), os EUA vão adotar uma atitude de cooperação;
- iii. “Os Estados Unidos têm de ser duros com a China se (...) esta continuar a roubar a tecnologia e a propriedade industrial dos EU e das empresas americanas. Se continuar a subsidiar as suas empresas estatais para que estas consigam uma vantagem injusta e consigam dominar as tecnologias e as indústrias do futuro”.

É difícil aceitar no Ocidente que, aquele povo de tão longe, está a ultrapassá-lo em quase tudo.

Fu Manchu, o vilão criado no início do século XX pelo novelista britânico Sax Rohmer¹¹⁶, retrata, nas palavras de Kishore Mahbubani (2020) a “personificação do mal na sociedade humana” (p. 311), o demónio na terra que “tomava a forma de um homem amarelo de olhos em bico e desprovido de escrúpulos morais” (p.311). Apesar de se terem mudado os tempos, de se terem mudado (algumas) das vontades, neste caso, não mudou a (des)confiança. Esta visão estereotipada que os chineses são todos pobres, todos sem consciência, e presos num regime “parado no tempo”, não inclui a “explosão” financeira, económica e social que tem vindo a acontecer na China nas últimas quatro décadas.

¹¹⁵ Refira-se que o Governo chinês ripostou os tradicionais relatórios sobre a violação dos direitos humanos na China com um recente relatório da violação dos direitos humanos nos EUA.

¹¹⁶ Pseudónimo de Arthur Henry Ward (1883-1959).

O que é que a China quer? ... A China consegue?

A 5ª Sessão Plenária do 19º Comité Central do Partido Comunista Chinês realizou-se em finais de outubro de 2020, como de costume, num hotel de Pequim, ao qual observadores e a imprensa independente não tiveram acesso. Presidida pelo Secretário-Geral Xi Jinping a sessão tinha como primeira tarefa avaliar os resultados do 13º Plano Quinquenal (2016-2020) e considerar as propostas para o seguinte (2021-2025). Contudo, este plenário permitiu não só descortinar as estratégias internas como a avaliação do PCC sobre o lugar da China na ordem internacional.

A leitura atenta do comunicado sumário¹¹⁷ divulgado nos meios de comunicação, permite constatar o rol de conquistas do Partido e do Governo que ergueram “bem alto a grande bandeira do socialismo com características chinesas”, insistindo em continuar a levar “o marxismo-leninismo, o pensamento de Mao Zedong, a teoria de Deng Xiaoping, o importante pensamento das ‘Três Representações’¹¹⁸, a perspetiva científica sobre o desenvolvimento e o pensamento de Xi Jinping sobre o socialismo com características chinesas para uma Nova Era.” O plenário constatou que a China tinha alcançado (em 2020) o seu objetivo político de se tornar numa “sociedade moderadamente próspera em todos os aspetos”. Para o futuro reafirmava as linhas de atuação já delineadas no 13º plano quinquenal: inovação, coordenação regional, desenvolvimento ecológico, equidade social e abertura internacional. Com efeito, o 14º plano quinquenal propõe-se atingir “melhores resultados no desenvolvimento económico que se pretende sustentável”, baseado em fatores como a melhoria da qualidade e da produtividade da produção industrial, a independência tecnológica, o crescimento da economia *cyber* e digital de modo a que aumente a competitividade internacional da China. Ao mesmo tempo, reconhece-se que a China necessita de alargar o consumo interno – “um mercado interno mais forte” – (e para isso “é necessário aumentar o nível de rendimento das pessoas, fortalecer a política de emprego”), expandir as oportunidades económica nas zonas rurais – “uma base agrícola mais estável (...) um aumento significativo do desenvolvimento rural [uma]revitalização rural” - e melhorar a estrutura social – para “atingir um novo nível no bem-estar”, “melhorar a qualidade de vida das pessoas”, “realizar, manter e desenvolver os interesses fundamentais da maioria das pessoas”(…) “reduzindo o distanciamento entre o meio rural e o urbano”, “porque somos prósperos juntos e constantemente aprimoramos

¹¹⁷ Este comunicado sumário pode ser lido na íntegra (numa tradução *google*) no sítio *web* da companhia de comunicação controlada pelo Estado- Xinhua (acesso a partir de: http://www.xinhuanet.com/2020-10/29/c_1126674147.htm#)

¹¹⁸ O termo "Três Representações" foi cunhado pelo antigo Secretário Geral do PCC Jiang Zemin, em 2000, em modo de conselho: representar as forças produtivas avançadas, a cultura avançada e os interesses da maioria do povo chinês.

o sentido de conquista, de felicidade e segurança das pessoas (...) promovendo o progresso integral da sociedade” e “implementar uma estratégia nacional para ativamente responder ao envelhecimento da população.”

No que concerne à segurança “o plenário propôs acelerar a modernização da defesa nacional e das forças armadas (...) realizar o pensamento de Xi Jinping sobre o fortalecimento do EPL, implementar a estratégia militar da Nova Era e de manter a liderança absoluta do Partido sobre o exército popular”. Para conseguir estes objetivos, insiste-se no desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da educação porquanto são aspetos “que fortalecem o exército” e “consolidam os binómios militar-política e militar-civil.”

Quanto ao papel do PCC e do seu líder, o comunicado enfatiza que é a “liderança geral do Partido que mobiliza plenamente todos os fatores positivos, que une amplamente todas as forças que podem ser unidas [de modo a] formar uma forte força conjunta para promover o desenvolvimento”, convidando “as pessoas de todos os grupos étnicos a se unirem estreitamente em torno do Comité Central com o camarada Xi Jinping como núcleo.”

Finalmente, é a “direção centralizada e unificada do Comité Central do Partido que deve [continuar a] erguer a bandeira da paz, do desenvolvimento, da cooperação, criando ativamente um bom ambiente externo e promovendo a construção de um novo tipo de relações internacionais [meu sublinhado] numa comunidade que partilha o futuro da Humanidade”.

E, perante a anúncio de sucessos e de intenções, as dúvidas que surgiam sobre as pretensões da RPC de querer reformar a atual ordem ou de pretender criar uma nova ordem internacional, encontram as suas respostas nesta 5ª Sessão do PCC.

No início do ano seguinte, Xi Jinping surpreendeu os seus camaradas quando enunciou o novo *motto*: “Time and momentum are on our side”.

Pequim acredita que o modelo de governança internacional ocidental tem acumulado, nas palavras de Yang Jiechi (2017) “várias doenças” que prejudicam um sistema que está, noutras palavras, já não tem salvação (Heath, 2018). O que fazer quando o sistema internacional demonstra um mal funcionamento? O que fazer quando o modelo ocidental de governança ocidental se tem demonstrado como incapaz de se adaptar aos novos tempos? O que fazer quando o líder e seus aliados da ordem internacional parecem estar “impotentes por causa da sobrecarga de problemas” (Jin, 2018)? A resposta mais imediata talvez seja a de criar uma nova ordem internacional – algo para o qual Zhongnanhai demonstrou ter interesse e iniciativa.

Neste abrangente discurso de outubro de 2020, o Presidente Xi Jinping afirmou ser importante reconhecer as mudanças que estão a acontecer no palco internacional e que a China

participaria ativamente na construção de uma nova ordem internacional. Esta afirmação dá a entender que a China não será um simples participante, ou um simples seguidor de quem quer uma nova configuração da balança internacional, mas um Estado, uma superpotência que, nas palavras do Presidente Xi, “agarraria firmemente iniciativa de criar uma nova ordem internacional”. Ficou bem clara a intenção chinesa de criar uma nova ordem internacional. Mas como irá a potência desafiante criar uma ordem internacional? Como irá a potência incumbente reagir a tal afronta?

Sun Tzu¹¹⁹ disse: “Se conheces o teu inimigo e te conheces a ti mesmo, se tiveres cem combates a travar, cem vezes serás vitorioso. Se ignoras o teu inimigo e te conheces a ti mesmo, as tuas chances de perder e de ganhar serão idênticas. Se ignoras ao mesmo tempo o teu inimigo e a ti mesmo, só contarás os teus combates por derrotas”. A RPC exhibe uma confiança inaudita no palco internacional, uma autoconfiança que foi provocada por anos consecutivos de crescimento económico nacional. Apesar de não ser vocal quanto às suas fragilidades e ameaças diretas, a China avalia, neste tempo de “declínio do Ocidente”, as norte-americanas e europeias, analisa-as visceralmente de modo a que estas, mais tarde, atuem como “ponto de pressão”.

De acordo com Scott Lawless (2020), o objetivo dos Estados autoritários, como a China e a Rússia, é a criação de “uma ordem internacional iliberal e multipolar” (pp.129-141). Se isolarmos a visão deste autor com as intenções chinesas patentes (apenas) nos discursos dos seus altos representantes – concretamente o objetivo de criar uma ordem multipolar – assumimos, portanto, de que a China é um poder autocrático que deseja criar uma ordem internacional iliberal. O autor ilustra o processo de criação de uma ordem iliberal tendo por base três pontos principais: em primeiro lugar, os regimes autoritários/neoautoritários criam esferas de influência; segue-se o enfraquecimento da ordem liberal e o enfraquecimento de regimes democráticos (liberais). Tendo em prática estes três pontos fulcrais, é fundamental que os regimes iliberais reconheçam quais os modos em que a ordem liberal é desafiada e contestada e que criem uma estratégia à prova de bala em que a ordem iliberal possa ser difundida e institucionalizada (Lawless, 2020, pp.129-133).

Estes três pontos principais de Scott Lawless podem ser encaixados no processo cíclico de transformação e renovação do sistema internacional de Schweller e Pu. A criação de esferas de influência coincide com a fase de “aquisição de armamento e formação de alianças” (Schweller e Pu, 2011, p.44). O enfraquecimento da ordem liberal e enfraquecimento dos regimes democráticos

¹¹⁹ Sun Tzu, ou Sun Zi, foi um general militar e estratega chinês. Crê-se ter vivido durante os séculos VI e V a.C. Autor creditado do clássico “A Arte da Guerra”, um tratado sobre teoria e estratégia militar. Estratégia do capítulo III, 18.

coincidem com o momento de “desconcentração e deslegitimação do poder” do poder hegemónico e incumbente.

“Os inferiores rebelam-se para serem iguais, e os iguais rebelam-se para serem superiores. Este é o estado de espírito que cria revoluções”

Aristóteles

As principais escolas das Relações Internacionais sobre a China

Cada Escola das Relações Internacionais tem a sua opinião sobre o futuro da ordem e o papel da RPC. São publicadas milhares de previsões sobre este tema, muitas com abordagens distintas, umas mais conservadoras, muitas enfocadas para o passado e muitas que tentam acalmar os (atuais) nervos ocidentais. Mas uma coisa é certa... A maioria destas previsões apoiam-se no passado e no que não ficou perceptível “naquele momento” do passado.

(Neo) REALISMO

Esta teoria das Relações Internacionais realça o carácter competitivo, egoísta e conflituoso da natureza humana tendo, por isso, uma visão mais pessimista do sistema internacional – um sistema anárquico (Morgenthau, 1973, p.10; Waltz, 1979, p.95; Antunes e Camisão, 2017, p.15).

Segundo Sandrina Antunes e Isabel Camisão (2017, pp.15-16), existem quatro grandes pressupostos que definem o realismo. O primeiro é o do Estado-nação ser o ator principal nas Relações Internacionais. O segundo pressuposto é o do Estado ser um ator unitário, que atua no palco internacional numa só voz. O terceiro grande pressuposto desta escola é o de que os decisores são atores racionais, que tomam decisões racionais e que, portanto, atuam de acordo com os interesses nacionais. Por fim, o quarto pressuposto baseia-se no ambiente anárquico do sistema internacional, isto é, o ambiente que rodeia os diferentes Estados é um ambiente anárquico (no sentido mais “puro” da palavra).

Os Estados são compostos por indivíduos e estes influenciam, via a sua natureza humana, o comportamento dos Estados (Antunes e Camisão, 2017, p.16). Para os realistas, a natureza humana ilustra “o nosso egoísmo, o nosso apetite por poder e a nossa incapacidade em confiar noutros” (Antunes e Camisão, 2017, p.16). Estas três características produzem efeitos/conclusões conjeturáveis. Para Hans Morgenthau (1948), todas as decisões políticas são tomadas para manter, aumentar ou demonstrar poder. Nesta visão, o poder sobrepõe-se à moralidade (humana).

O realismo não é criticado apenas por ser uma visão negativista do sistema internacional, é profundamente criticado por “perpetuar um mundo violento e confrontacional” (Antunes e Camisão, 2017, p.17) e por negar, virtualmente, a cooperação entre atores (Hudda, 2015, p.4). Muitos críticos afirmam que o realismo representa a “velha frieza maquiavélica” (Raposo, 2007, p.1) e por isso, é uma fonte de incómodo na realidade dos dias de hoje.

O rápido crescimento económico chinês (sem precedentes) aliado ao rápido desenvolvimento das Forças Armadas da RPC, ao que muitos críticos dão o nome de “expansionismo militar” (Hudda, 2015, pp.1-3) provocam um sentimento de insegurança aos

restantes atores no palco internacional. Estes dois desenvolvimentos podem sugerir, de acordo com esta escola, que a China procura mudar o sistema internacional e ser a potência hegemónica. Esta “ascensão” da China seria através de meios militares, meios que seriam usados sobretudo na região Ásia-Pacífico. Utilizando a via militar para intimidar e derrubar o sistema e a sua ordem internacional, um conflito armado entre a China e os Estados Unidos, detentor do papel de líder da ordem internacional, é inevitável (Feng e He, 2017, p.24). Outra interpretação da escola realista é a de que o rápido desenvolvimento das Forças Armadas chinesas deve-se, “simplesmente”, à presença dos EUA nesta região.

A presença dos EUA nesta região, uma presença que existe muito para além de proteger os aliados dos EUA – presença militar-, é justificada com a necessidade de “reequilibrar” a região. Esta estratégia norte-americana é ilustrada pelas bases navais americanas na Singapura, pela mobilização militar mais acentuada pela parte sul-coreana (importantes aliados dos EUA) e pelo acordo militar com as Filipinas (Hudda, 2015, p.3).

Os críticos realistas manifestam o seu pessimismo quanto à “ascensão”, ou (re)ascensão, chinesa no sistema internacional devido à natureza revisionista de um poder em ascensão, um poder emergente, logo, revisionista (Feng e He, 2017, p.25). Um poder revisionista, para esta teoria, é um poder que tem como objetivo principal derrubar a ordem internacional em vigor. O pessimismo desta escola centra-se na ideia de que a (re)ascensão da China, o declínio dos Estados Unidos e a conseqüente transformação do sistema internacional (Feng e He, 2017, p.25).

Um dos autores mais proeminentes desta escola é John Mearsheimer que defende que a estratégia da China do século XXI será semelhante à estratégia dos Estados Unidos do século XIX, isto é, irá procurar construir uma hegemonia regional no seu hemisfério (Feng e He, 2017, pp.25-26)

Como referido anteriormente, esta escola “virtualmente” nega a possibilidade de cooperação entre Estados. Tendo como “exemplo” a região Ásia-Pacífico, os interesses e Estados da região, esta escola ilustra a “Armadilha de Tucídides”.

Segundo as palavras de Tucídides, “foi a ascensão de Atenas e o medo que foi sentido em Esparta que causou uma guerra inevitável”. “Traduzindo” esta expressão para os dias de hoje, numa visão realista, será a ascensão da China e o medo que esta causou, causa (e causará) na região Ásia-Pacífico que causará inevitavelmente uma guerra.

Um poder hegemónico regional com um comportamento revisionista “entrará” em divergência com a essência da ordem internacional, isto é, a hegemonia norte-americana (Feng e He, 2017, p.25). Esta divergência entre o “detentor” da essência da ordem internacional e o poder

revisionista em (re)ascensão provocará, portanto, um desassossego no palco e no sistema internacional. Este desassossego poderá ser demonstrado nas relações económicas, comerciais, e talvez até militares entre os dois países, pois os EUA farão tudo para impedir uma ascensão hegemónica da China e contrariar a tendência de crescimento económico chinês. Feng Huiyun e He Kai (2017) defendem que na visão realista de Mearsheimer, a transição de poder no sistema internacional irá consistir em conflitos militares entre, portanto, o poder emergente e o poder hegemónico (Feng e He, 2017, p.25).

A (re)ascensão da China está a causar uma emergência, e consequente aceitação, da multipolaridade tão defendida por este Estado. Contudo, este momento da história mundial, ou possível futuro do sistema internacional, causará (e já causa), sobretudo no ambiente norte-americano, muitas dores de cabeça devido à ilusão unipolar em que os Estados Unidos vivem (Layne, 1993, pp.5-51).

Sem perspetivas de cooperação e com uma guerra iminente, basta prever o vencedor deste conflito...

(Neo) LIBERALISMO

O termo “liberal” surge, nos dias de hoje, normalmente correlacionado a termos como, por exemplo, “ordem liberal internacional” ou até “democracia liberal” (Meiser, 2017, p.22). Relacionados com o liberalismo “surgem” vários conceitos - desde políticos a económicos-, organizações e instituições – desde nacionais a internacionais). Entende-se por “Nação liberal” um Estado com eleições livres e justas, assente num Estado de Direito e que protege a sociedade civil e as suas liberdades.

Comparando-se esta escola com a escola realista, o liberalismo tem uma visão mais otimista do sistema internacional e que enfatiza o bem-estar e direitos do cidadão (Meiser, 2017, p.22). Esta escola toma o indivíduo como o pilar essencial do sistema político nacional. O assunto tido em mais consideração nesta teoria é a proteção do indivíduo. Para isso, existem instituições que protegem a liberdade individual dos cidadãos e limita e controla o poder político para que não existam, por exemplo, abusos de poder (Meiser, 2017, pp.22-23).

Na visão liberalista, uma visão mais otimista, a natureza basilar humana é benévola e procura o não conflito (Meiser, 2017, p.22). Por procurar o não conflito, esta Escola fundamenta a cooperação entre Estados - ao contrário da escola realista que crê que o conflito é inevitável e, fruto disso, a cooperação é impossível - e a chegada a um consenso entre Estados. É certo que o

conflito não só causa destruição material como também fragiliza a economia global e parcerias entre Estados, visto que vivemos numa era de globalização onde tudo está interligado e interdependente.

Ao contrário da escola Realista, a escola Liberal afirma, sobre a ascensão da China, que este país será um poder *status quo* (Feng e He, 2017, pp.25-26). Visto que favoreceu consideravelmente da ordem liberal internacional e, evidentemente, do seu liberalismo, a China defenderá a atual ordem (liberal) internacional e, portanto, não a derrubará (Feng e He, 2017, pp.26-27). Será esta prova - de que é devido ao liberalismo e aos benefícios que provocou no Império do Meio - suficiente para defender a posição de que a China não derrubará a ordem internacional? Bem, existem duas vias para prever, defender e reprovar esta possibilidade. A primeira é a de que “nada é impossível” – será possível que a China (não) derrube a ordem liberal internacional? Cabe apenas a cada cidadão, a cada Estado e a cada instituição/organização de responder a esta questão. A segunda via é a de que não importam os meios, logo que se atinjam os objetivos, ou como diz Deng Xiaoping “não importa se o gato é preto ou branco, logo que cace ratos”. Logo, não importa a origem do início dos benefícios que a China aproveitou/aproveita com o liberalismo e, portanto, não importa se a ordem é liberal ou não – se a RPC desafia a ordem é bem possível que a derrube.

Contudo, de acordo com Samuel Huntington, autor de *The Clash of Civilizations* (1993), um elevado grau de interdependência económica pode não atuar como instrumento indutor à paz, mas sim ter o efeito contrário, o de induzir o conflito e a guerra. “Clash of Civilizations” é um conceito cunhado por Samuel Huntington, publicado primeiramente na revista *Foreign Affairs* em 1993 e mais tarde desenvolvido em formato de livro com o mesmo nome em 1996. Esta tese defende que na base dos futuros conflitos internacionais estarão questões, ou dissidências, culturais e não ideológicas ou económicas.

Chegar a uma situação de consenso agrada ao sistema internacional liberal por ser algo necessário à cooperação. Com efeito, para se alcançar um consenso em matérias mundiais, como a paz mundial, não é só uma parte quem tem de fazer todas as concessões. Todas as partes envolvidas terão de fazer concessões, ajustes às suas estratégias nacionais e respeitar o “outro” visto que o mundo é caracterizado pela diversidade, desde culturas a sistemas políticos e económicos.

Neste sentido, se algum dia as tensões comerciais com a China escalarem acentuadamente e deixar de se tratar de um conflito comercial/económico e transformar-se sim num conflito militar, as principais causas serão, segundo o campo liberal, a falha na chegada a um consenso, o que resulta no afastamento entre Estados.

(Neo) CONSTRUTIVISMO

O campo construtivista das Relações Internacionais – que começou por ser desenvolvido como uma metateoria - é frequentemente “acusado” de indicar o óbvio, isto é, as ações, as interações e percepções que os Estados têm sobre si e entre si “moldam” a realidade no sistema internacional (Behravesch, 2011, pp.1-2). O construtivismo é uma teoria recente pois a sua “chegada” à disciplina de RI está associada ao fim da Guerra Fria, em 1991, um evento que, de acordo com Maysam Behravesch (2011, p.1), não foi previsto pelas teorias tradicionais como o liberalismo ou o realismo.

A visão que o construtivismo tem sobre o mundo é de que este é moldado pela sociedade. Alexander Wendt (1995, p.73) ilustra esta visão usando como exemplo as armas nucleares. De acordo com este autor, quinhentas armas nucleares britânicas são menos intimidadoras do que cinco armas nucleares norte-coreanas. Mas porquê? Este sentimento é causado não pela estrutura material, as armas nucleares, mas sim pela estrutura ideacional, a (nossa) associação à entidade de cada Estado – Grã-Bretanha é “boa” – está no lado bom da história - e a Coreia do Norte é “má” – está do lado mau da história.

Existem várias matérias relevantes ao construtivismo, sendo a primeira que a “agência” e a “estrutura” são entidades recíprocas. Enquanto “agência” se refere à capacidade de alguém de atuar (no sistema internacional), já “estrutura” se refere ao sistema internacional que é constituído por recursos (estruturas) materiais e ideacionais (Behravesch, 2011, pp.2-4).

Outra matéria relevante neste campo das teorias das Relações Internacionais é a da ligação entre entidades e interesses. Para esta escola, a entidade é a reflexão do ator sobre si mesmo o que, por sua vez, vai destacando e assinalando os seus interesses no palco internacional. Por último, outra matéria central a esta escola são as normas sociais. Tendo um Estado a sua entidade, espera-se que este atue de acordo com as normas associadas a essa entidade (Behravesch, 2011, pp.1-5). Por exemplo, recentemente, os EUA são um país associado aos direitos humanos e não se espera que tenha um comportamento contra os mesmos. Não se espera que os EUA tenham campos de trabalho forçado.

O estudo teórico de Wendt é, de um modo geral, criticado tanto pelas teorias tradicionais como pela não tão tradicional teoria construtivista. Alexander Wendt conjuga as teorias principais no seu trabalho, isto é, tenta criar uma “ponte” entre o racionalismo do (neo) liberalismo e do (neo) realismo e o metafísico da teoria construtivista. Estas críticas variam entre desconsiderar a influências que as instituições internacionais exercem nas políticas e relações entre Estados

(Finnemore, 1996) – crítica feita por Martha Finnemore, autora construtivista – e pela definição errônea do campo neoliberal de que este se centra nos recursos materiais (Alker, 2000, pp.141-150) – crítica feita por Robert Keohane, autor neoliberal. Contudo, dois dos mais influentes teóricos chineses, Qin Yaqing (2011) e Gu Xuewu (2018), consideram importante esta visão de Wendt que aprimora a percepção de matérias como as ações e decisões dos Estados assim como a simples identidade nacional e seus interesses (Zhan, 2020, p.3).

De acordo com Alexander Wendt (1999, p.246-247), existem três categorias de interações entre Estados: conflito, cooperação e coexistência pacífica. Cada interação, isto é, cada ação tomada por um Estado, dispõe de naturezas diferentes – pois o palco internacional é uma estrutura repleta de diversas ideias, algumas partilhadas, que produzem interesses diferentes. Estes interesses e ações originam diferentes características anárquicas. Wendt (1999, pp.246-247) categorizou três diferentes culturas anárquicas no sistema internacional.

Numa relação/cultura *Hobbesiana*, os Estados não têm nenhum interesse partilhado e tratam-se como inimigos (Zhan, 2020, p.2). Para além de se tratarem como inimigos, frequentemente um dos Estados nega a existência do outro. O ponto fulcral é o poder militar do Estado que é aproveitado para destruir ou subjugar o(s) Estado(s) inimigo(s). Um dos resultados desta inimizade é o ambiente de guerra e violência quase que ubíquo (Lacassagne, 2012; Wendt, 1999, p.262; Zhan, 2020, p.2).

Numa relação/cultura *Lockeana*, os Estados partilham interesses entre si e “convivem” como rivais, respeitando a soberania de cada Estado, isto é, reconhecem-se entre si ao contrário de uma cultura *Hobbesiana* (Wendt; 1999, p.282; Zhan, 2020, p.3). O respeito entre Estados, apesar de serem rivais, demonstra o seu comportamento racional, comportamento este que é regulado por instituições internacionais. Por existirem estas instituições que por vezes servem como mediadores entre Estados, as tensões são muitas vezes controladas e conflitos são evitados. Apesar de existirem instituições que “balanceiam” as ações dos Estados, estas podem falhar em prevenir um conflito armado. Ao contrário da cultura *Hobbesiana*, não se vive num ambiente de permanentes tensões armadas/ violência (Lacassagne, 2012).

Por último, nas relações/culturas *Kantianas* os Estados partilham os mesmos interesses e são tratados como “amigos” (p.3). Por partilharem os mesmos interesses e ideais, os Estados criam instituições onde são representados os seus valores comuns e onde estão representados os princípios que os Estados-membros devem seguir e respeitar. As duas principais normas são o princípio da não-violência e o princípio de auxílio mútuo. Ao contrário das duas culturas anteriores,

o conflito armado e a violência são ilegais (Lacassagne, 2012; Wendt, 1999, pp.298-299; Zhan, 2020, p.3).

A “ascensão” /desenvolvimento da China poderá agitar o palco internacional, transformar a diplomacia, economia e política internacionais e, como tal, transformar (ainda mais) o século XXI. A dúvida que paira no ar, principalmente do Ocidente e dos seus aliados, é a de como categorizar as relações com a RPC. Deverão os EUA e a União Europeia, por exemplo, tratar a China como um inimigo, apesar de a reconhecer como um Estado? Ou deverão tratar a China como um rival, mas também como um Estado-amigo, numa tentativa de não provocar um “abanão” no palco internacional e, deste modo, não “acordar” o dragão?

Um dos adjetivos que ajuda a descrever esta escola ao que toca às questões sobre o futuro é o de “incerteza”. Não tenho dúvidas que o Construtivismo justifica e ajuda a aclarar certas decisões dos Estados, contudo e apesar de o mundo estar repleto de incertezas, um estado (permanente) de incerteza causa ansiedade(s) e insegurança(s) que se refletem nas estratégias nacionais. A incerteza é uma barreira à previsão (realista).

No que toca ao futuro das decisões da China no palco e no sistema internacional, esta escola centra-se nas regras e normas da atual ordem internacional e como estas influenciam a política externa chinesa. Contudo, e como afirmam Huiyun Feng e Kai He (2017), “as ideias e normas da ordem internacional são fáceis de interpretar, mas difíceis de prever” (p.25), portanto, o futuro da China está ainda por escrever...

Bem, o dragão já está acordado... Jutta Weldes (1996, pp.276-277) afirma que “antes que os quadros do Estado possam intervir em nome do (próprio?) Estado, devem agir num processo de interpretação a fim de avaliar a situação do Estado e encontrar um modo de lhe dar resposta”. Assim sendo, os Estados e instituições terão de avaliar os pressupostos que definirão, a seu tempo, o futuro da ordem internacional.

Três dos parâmetros que orientam a escola Construtivista são o ressalte no papel das normas, das ideias e a própria cultura nacional no comportamento do Estado (Feng e He, 2017, p.27). A reação desta teoria à (re)emergência da China como superpotência internacional com um papel mais perceptível no palco internacional é, na minha opinião, bastante mais serena e não tão “mediática”. Esta escola não nega que a China desempenha um papel desafiador da ordem internacional. Contudo, asseguram que as normas, ideias e ideais são instrumentos que têm de ser utilizados para uma melhor “socialização” da China na ordem e no sistema internacional (Feng e He, 2017, pp.27-28). E como se pode socializar um Estado? Um dos exemplos mais evidentes para este feito é o envolvimento do país em instituições multilaterais. As instituições multilaterais, como

a OMC, têm como pilares normas, regras, ideais e ideias. Estes pilares são fundamentais para a cooperação e para o desenvolvimento.

A entrada da República Popular da China, em 2001, para a OMC é o exemplo mais ilustrativo desta tentativa de socialização. O envolvimento da China numa instituição multilateral e facto de os EUA afirmarem que este país é um “parceiro responsável” dá a entender que a comunidade internacional aceitou a participação da China desde que esta se comprometa, como todos os outros membros, a seguir as regras e normas.

A “fé” norte-americana de que a China seria para sempre “rotulada” como o “parceiro responsável” demonstra, mais uma vez, a incapacidade americana de prever os movimentos do palco internacional – algo que não é estático. Com a crise financeira de 2007/08 todo o palco internacional tremeu, e apesar da sua organização prévia à crise não ser perfeita, países como a China foram fazendo pequenos ajustes ao longo do período mais crítico e que, a longo prazo, demonstraram-se como sendo tremendos – por exemplo, a mudança de estratégia diplomática chinesa e a sua política externa em 2009, de mais reservada para mais assertiva. Alastair Iain Johnston (2008, p. xiv) refere que esta mudança nas estratégias chinesas é fruto da interrupção da socialização e cooperação via normas e regras associadas a estas e pela “erupção” de novas normas associadas ao *realpolitik* e ao nacionalismo.

China: As organizações e instituições

Antes de o movimento do eixo ser visível aos olhos ocidentais, já o Oriente se preparava para criar a instituição multilateral - a Organização de Cooperação de Xangai (2001). Esta organização prontificada pela própria RPC tem como objetivos pertinentes a segurança nacional e a posição estratégica internacional da China (Qin, 2012, p.8). De um modo geral, e de acordo com Hu Jintao, a Organização de Cooperação de Xangai tem como objetivos o de defender a harmonia na região através da estabilidade e prosperidade, promover a cooperação económica (na região), conservar conjuntamente a segurança regional e, por último, servir como meio articulante nas estratégias internacionais (Qin, 2012, p.8).

A Organização de Cooperação de Xangai é uma “organização internacional intergovernamental” – citação retirada do sítio web oficial da OCX - criada em junho de 2001. Os atuais (em julho de 2021) membros efetivos da OCX são Cazaquistão, China, Índia, Irão, Paquistão, Quirguistão, Rússia, Tajiquistão e Uzbequistão; com o estatuto de observador, encontram-se o Afeganistão, a Bielorrússia e a Mongólia; com o estatuto de parceiro diálogo, encontram-se a Arábia Saudita, a Arménia, o Azerbaijão, o Camboja, o Egito, o Nepal, o Sri Lanka e, finalmente, a Turquia (Tafazzoli, 2021).

Os seus objetivos principais são os de fortalecer a confiança e as relações de boa vizinhança entre os Estados-membros, “promover a cooperação nos planos políticos, comércio, económicos, investigação, tecnologia, cultura, como também na educação, transportes, turismo, proteção ambiental e outras áreas”. A OCX rege-se por assegurar “paz, segurança e estabilidade na região”. Outro objetivo fundamental da Organização é o de avançar para o “estabelecimento de uma nova ordem internacional política e económica, mais democrática, justa e racional”.

Alguns dos princípios patentes na política interna da OCX advêm dos Cinco Princípios para a Coexistência Pacífica dos anos cinquenta, tal como o da igualdade e do benefício mútuo. Outros princípios incluem o do respeito mútuo, o respeito pela diversidade cultural e a realização de consultas mútuas.

A ideia base da criação da Organização de Cooperação de Xangai é, para o autor Moritz Rudolf (2016, p.88), a de serem os (próprios) Estados Asiáticos a resolverem os conflitos na região o que, por sua vez, insinua a redução da presença norte-americana no plano de segurança na área.

Por ser uma organização baseada na cooperação - mais direcionada para a cooperação económica e financeira - para o desenvolvimento, e sob a chefia chinesa, a OCX pode servir como meio para a RPC expandir as suas alianças, obter com mais facilidade os recursos naturais que tanto necessita e, sobretudo, ser um ponto de partida para a criação de uma esfera de influência chinesa

(Rudolf, 2016, p.89). Por causa, principalmente, do número reduzido de Estados-membros, a OCX não se apresenta, nos dias de hoje, como uma organização concorrente às ações da NATO na Ásia Central. Quanto a um nível de complementação, a OCX apresenta-se como sendo uma organização credível e que pode complementar organizações da ordem internacional no que toca a matérias de segurança, tanto regionais como internacionais (Rudolf, 2016, p.90).

A China ao aproveitar muitos dos mecanismos dispostos pelo sistema internacional tem, como referido (e repetido) anteriormente, desafiado a ordem e o líder da mesma. Uma das estratégias utilizadas para tal é a contínua acusação do unilateralismo norte-americano (algo mais sentido durante a administração Trump), a contínua promoção do multilateralismo (Schweller e Pu, 2011, p.54) e, obviamente, a vontade (bem explícita) de criar uma ordem internacional multipolar. A China procura aumentar a sua influência na ordem internacional não de uma maneira confrontativa que pode ser interpretada como sendo violenta, mas sim de uma maneira não-confrontacional e ativa (Schweller e Pu, 2011, p.66), isto é, de uma maneira mais refinada e indireta (Beeson, 2018, p.1). Refere-se a uma maneira ativa pois a RPC participa em importantes organizações e instituições internacionais, nas quais, frequentemente, vota contra os Estados Unidos. Porém, ao mesmo tempo, a China está a criar novas organizações multilaterais internacionais que não integram/aceitam o líder da ordem internacional e onde Pequim consegue controlar e, por sua vez, exercer influência (Beeson, 2018, p.13). No campo diplomático chinês também ocorreram algumas transformações, particularmente no que toca ao *soft power* em países em desenvolvimento.

Ainda antes de a OCX ter sido implementada e antes de a China se ter reformado e aberto, em 1967, líderes das Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia assinaram o documento que originou a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Atualmente, o grupo conta com dez países¹²⁰ que perfazem cerca de 650 milhões de habitantes, que se regem pela cooperação económica e política e pela promoção segurança regional. Apesar de a RPC não ser membro da ASEAN, desde o início dos anos noventa, tem o estatuto de parceiro de diálogo desde 1996. A China coopera ativamente com a ASEAN, tendo estabelecido em 2011 o Centro ASEAN-China (ACC) em Pequim. Sobre esta organização, o Presidente Xi afirmou que a cooperação ASEAN-China seria uma parceria estratégica em linha de paz e prosperidade. Havendo cooperação e parcerias (aliados) a ASEAN demonstra-se como sendo mais uma “missão cumprida¹²¹” por Xi e pela RPC.

¹²⁰ Birmânia, Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Singapura, Tailândia e Vietname.

¹²¹ Missão cumprida no que toca à criação de alianças.

O *soft power* chinês vai para além das esferas tradicionais como a cultura *pop*. Este abrange entre outros, a cooperação económica, auxílio humanitário, cultura *pop* e tradicional e a língua. Ao contrário de muitas nações e organizações ocidentais, vê-se a China como um país com uma economia e com uma diplomacia muito mais flexível. É nesta flexibilidade que se observam as influências do *realpolitik*, algo que atua como íman para os países em desenvolvimento. A China ao oferecer ajuda, tanto económica como humanitária, não pede, ao contrário do Ocidente, como pré-requisito uma mudança de governo ou de regime. Apesar de não pedir imediatamente pré-requisitos que costumam centrar-se na esfera política, certamente pretende outros pré-requisitos mais “fáceis” de se obter.

A Nova Rota da Seda é um verdadeiro projeto geopolítico chinês. Para Bruno Mações (2018), “é o plano chinês de edificar uma nova ordem mundial que substitui o sistema internacional liderado pelos Estados Unidos” (p.5). Com a BRI, novas instituições multilaterais foram e são criadas, “reforçando” assim a comparação que é feita entre esta iniciativa e o Plano Marshall – ambas as iniciativas serviram (e servem) como meio de expressar os valores nacionais de cada potência (Beeson, 2018, p.2; Chen, 2014). A BRI, que muitas vezes é considerada como sendo o “Plano Marshall Chinês” – algo que o Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPC, Wang Yi, negou em março de 2015 - (Beeson, 2018, p.2; Chen, 2014; Mações, 2018, p.40), centra-se numa certa zona geográfica – a Eurásia – proporcionando um *boost* às economias associadas ao projeto e que está a ser concretizado “no sítio certo, à hora certa” – visto que o eixo de poder se desloca mais para Oriente. É também caracterizado como sendo um projeto de características hegemónicas, visto que se centra num sistema interconectado de mercados, energia, infraestruturas, etc, e que “abrange todo o mundo” (Mações, 2018, p.8). Apesar de o Plano Marshall ter tido como um dos objetivos o de assegurar a sobrevivência do capitalismo, a BRI pretende criar uma “rede” de países dependentes da China a nível económico (não a nível político como a expansão do comunismo chinês), assegurando o futuro da economia chinesa. O que autores como Robert Blackwill e Jennifer Harris (2017) afirmam sobre esta matéria é que esta dependência será logo de raiz uma “dependência assimétrica” (p.8). Adicionalmente, nota-se também o esforço no *soft power* de crescer e influenciar Estados vizinhos que, por outras palavras, se traduz na expansão da influência chinesa (Mações, 2018, p.6). De momento, este megaprojeto não inclui a região Norte-Americana, algo que facilita a China ao definir a agenda para as regiões abrangentes no projeto e as suas organizações (Schweller e Pu, 2011, pp.53-54). As vozes chinesas tentam de muitas maneiras “acalmar os nervos” da Eurásia, com expressões como o da BRI ser *all about* cooperação,

diversidade, e não ser um instrumento de expansão geopolítica – como o Ministro Wang Yi tem vindo a afirmar - ou um instrumento para a criação de esferas de influência.

Um dos pontos mais explícitos da impressionante ascensão chinesa é a “vitalidade espiritual” chinesa dos dias de hoje que se exhibe na confiança que projeta, concretamente nas distintas instituições multilaterais, nos discursos dos seus dirigentes e no tom assertivo que projeta. Certamente que foram trinta anos consecutivos de crescimento económico (Rudolf, 2016, p.83) que provocaram este sentimento e a vocalidade chinesa das instituições e organizações internacionais. No fim da II Guerra Mundial, os EUA foram os líderes da construção da arquitetura mundial que existe ainda hoje, apesar de se ter desenvolvido e transformado. A construção da arquitetura multicultural do mundo abrangia o Plano Marshall, referido anteriormente, o sistema Bretton Woods e a NATO. Nos últimos anos, a China tem-se demonstrado como uma potência mais flexível do que os EUA. A RPC tem vindo a adaptar, de uma forma bastante eficaz, os seus sistemas, principalmente o seu sistema económico. Como prova disso refira-se o período da Reforma e Abertura, no final dos anos setenta do século XX.

A teoria *neogramsciana* ilustra de uma maneira bastante explícita a possível transição de uma ordem unipolar hegemónica para uma ordem multipolar não hegemónica. Esta teoria apoia-se em dois pilares: a imagem do Estado e a imagem de poder. A imagem do Estado é o resultado da junção entre o aparelho governamental desse Estado e a sua sociedade civil. A imagem de poder é a convergência de consentimento e coerção. Segundo Robert Cox (1983, p.167), o declínio e assolação de uma ordem unipolar hegemónica e a substituição por uma multipolar não hegemónica deve-se a duas possibilidades, ou condições. A primeira é a de que a ordem hegemónica está, nas palavras de João Gomes Cravinho, “cansada” e não é capaz de atuar com a autoridade que a define, isto é, chegou a um nível de desgaste (Cravinho, 2015, pp.18-19; Cox, 1983, p.167). A segunda condição é a de que o consentimento (social) por parte dos restantes atores do palco internacional de que a ordem hegemónica não foi capaz de resolver conflitos/crises internacionais; ademais, quando a ordem internacional está desgastada e existe um conflito prolongado, costuma surgir uma força que a desafia e põe à prova a sua legitimidade (Cox, 1983, pp.172-174).

Numa sondagem feita pelo Pew Research Center, em 2010, 36% da população (adulta) norte-americana tinha uma opinião desfavorável sobre a RPC; em 2018, portanto pré-pandemia, o valor subiu para 47%; em março de 2020, a opinião desfavorável em adultos norte-americanos subiu para 73%.

Contudo, em termos económicos, particularmente no que toca à economia mais preponderante, foi feito um estudo, também pelo Pew Research Center, durante a pandemia

(2020), que abrangeu 14 países¹²², com o objetivo de identificar a economia mais poderosa. Os resultados foram claros – a economia mais poderosa seria a chinesa (com 48%), seguida da dos EUA (com 35%), da da União Europeia (com 7%) e, finalmente a japonesa (com 5%).

Como mencionado anteriormente, de uma maneira geral, nas sementes que causaram a grande ascensão do liberalismo e da hegemonia norte-americana encontramos o que causou o declínio, em geral, do Ocidente e dos seus valores como o liberalismo.

Desde a crise financeira de 2007/08, que as instituições internacionais, como o FMI e as Nações Unidas, têm vindo a demonstrar-se incapazes de lidar com os graves problemas e obstáculos que vão surgindo no palco e na comunidade internacional, como a falta de crescimento económico, como o terrorismo internacional, como o número crescente de refugiados (Heath, 2018), etc. Estas instituições multilaterais em vez de projetarem segurança e unidade, projetam cada vez mais a ideia de que cada um está por si. Crescem as vozes contra a globalização, crescem as tensões económicas, crescem os populismos, crescem as vozes contra os gigantes internacionais, e enfraquecem-se o unipolarismo americano, as crenças nos valores ocidentais, a ordem internacional liberal, a importância das organizações internacionais multilaterais e diminui a vitalidade ocidental.

Muito antes da Iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” ter sido apresentada, foi criado um conceito que chamou a atenção de muitos países. Há vinte anos, o economista norte-americano Jim O’Neill criou o termo “BRIC”, um acrónimo para Brasil, Rússia, Índia, China e, desde dezembro de 2010, inclui também a África do Sul, passando a designação oficial de BRIC para BRICS. Dado que o Ocidente, tanto os Estados Unidos como a União Europeia, está em numa posição instável e de declínio, é para Oriente que o eixo de poder se move. Ademais, é a Oriente onde estão três dos cinco Estados que constituem os BRICS. Jim O’Neill, economista do banco privado Goldman Sachs, expôs a tese de que estes quatro Estados, países do “Sul”, que se desenvolvem rapidamente, simbolizariam a mudança do poder na economia mundial. De acordo com dados de 2014, os BRICS geraram cerca de 30% do produto mundial bruto. Para além disso, aos BRICS corresponde mais de 40% da população mundial. Esta tese da Goldman Sachs argumentava que estes países não formam uma aliança política, como o é a União Europeia, mas integram uma associação formal de comércio. Por outras palavras, os BRIC têm poder não como um bloco, ou um polo político, mas sim como um bloco económico. Em 2003, um relatório escrito por Dominic Wilson e Roopa Purushothaman,

¹²² Alemanha, Austrália, Bélgica, Canadá, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Itália, Japão, Reino Unido e Suécia.

publicado também pela Goldman Sachs, referia que em 2050 o “BRIC Cluster” teria mais poder do que os G7. Leia-se, iria dominar a economia mundial.

Partindo do conceito para chegar à vontade política, os BRICS guiam-se por princípios como os da não interferência, da igualdade e do benefício mútuo. Hu Jintao, antigo presidente da República Popular da China (RPC) afirmou que os BRICS eram “defensores e impulsionadores dos países em desenvolvimento e uma força para a paz mundial” (2011). De ideia para organização, esta “associação” de países em desenvolvimento criou vários organismos como, por exemplo, o Novo Banco de Desenvolvimento, fundado em 2014, um concorrente do Fundo Monetário Mundial (FMI) e do Banco Mundial.

Os BRICS afirmam que lutam por uma ordem internacional mais justa num sistema multilateral, este último dominado pelo Ocidente Euro-Americano. A China escolhe *a la carte* as instituições e regimes que convêm às suas políticas e que, claramente, consideram compatíveis com os seus interesses. A China afirmou que não pretende liquidar com os órgãos internacionais, mas sim reformá-los. Contudo, apesar de muito influente e poderosa, a RPC não consegue sozinha impor esta nova ordem internacional ou reforma da ordem e do sistema, necessita de estar integrada numa instituição formal, como são os BRICS.

Para Åslund (2020), desde 2015 que o Brasil atravessa um mau momento; a Índia ainda não tem uma infraestrutura nacional, nem básica nem vasta; a economia russa é uma economia estagnada. A corrupção generalizada nos BRICS é um fator que limita a sua eficácia. À semelhança do que o governo e o Partido Comunista Chinês fazem, também o governo Indiano se propõe acabar com a corrupção. O Brasil também surge, no panorama internacional, como um dos Estados onde os casos de corrupção se sucedem - basta consultar a imprensa para encontrarmos exemplos de corrupção por parte dos seus chefes de Estado dos últimos 20 anos: Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. Na África do Sul, Jacob Zuma não escapa a um julgamento por inúmeras acusações de corrupção no tráfico de armas, fraude e branqueamento de capitais. Na Rússia, de acordo com dados de 2017, 47% da população acredita que o Governo está nas mãos de pessoas corruptas.

Neste contexto, a China ergue-se como uma força que apresenta soluções e que contrabalança as fragilidades do Ocidente e do sistema internacional. A RPC, um “parceiro responsável” da comunidade internacional, tenta, de todas as formas, apaziguar e resolver os problemas que surgem e, ao mesmo tempo, “descolar-se” de alguma maneira dos problemas que afetam a generalidade dos BRICS. Isto porque, na verdade, sabe que tem o conhecimento, a ambição e os capitais necessários para se tornar no “todo poderoso”, tanto na Eurásia, como no resto do mundo.

John L. Helton afirmou, numa palestra *online* realizada pelo CSIS em 2021, que a China está a expressar mensagens contraditórias, principalmente no que toca a assuntos de “dependência”. Não há prova mais evidente sobre este assunto que o plano “China 2025”. Este plano é, mais propriamente, uma política industrial desenhada pelo governo que pretende transformar a China “no ator dominante no que se refere à produção de alta tecnologia” (Chatzky e McBride, 2019). O plano foi lançado em 2015, mas não abrange apenas os setores de alta tecnologia, pois inclui também tecnologia agrícola, engenharia aeroespacial, desenvolvimento no campo da biomedicina e infraestruturas de engenharia de alta tecnologia, etc (Chatzky e McBride, 2019). O objetivo deste plano é, portanto, diminuir o grau de dependência da China em relação à tecnologia estrangeira. O autor afirmou que a China pretende ser autossuficiente quando o mundo é dependente da China! A pressão que confronta a China atualmente, e muito provavelmente confrontará num futuro próximo, está principalmente relacionada com as normas internacionais. E é (em parte) por causa desta pressão que surgiram instituições e organizações desenhadas e desenvolvidas pela RPC para solucionar este obstáculo, como a Organização Cooperação de Xangai e o NDB (Zhang, Feng, Liu, 2020, p.45).

O debate que atualmente existe centra-se em saber se a China, com a sua iniciativa de criar instituições como a Organização de Cooperação de Xangai e o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas, pretende competir ou complementar instituições já existentes da atual ordem internacional. Por causa do sucesso e ascensão chinesa, o seu “lugar” na ordem e nas suas instituições internacionais, não sofreu as alterações que Pequim tanto pretendia. Sendo assim, a RPC cria e desenvolve iniciativas, instituições e organizações que abrangem os seus vizinhos eurasiáticos, algo que autores como Sebastian Heilmann (2014), Mortiz Rudolf (2014, 2016), Mikko Huotari (2014), Johannes Buckow (2014) e Shannon Tiezzi (2014) dão o nome de “ordem-sombra”.

Em 1976, o Ocidente criou o G7, o grupo das sete economias mais poderosas do mundo: Alemanha, Canadá, Estados Unidos da América, França, Japão e Reino Unido. Em 1995, o grupo G7 contribuía cerca de 45% para o PIB mundial. Nesse mesmo ano, os sete emergentes, E7, grupo que inclui o Brasil, a China, a Índia, a Indonésia, o México, a Rússia e, por fim, a Turquia, contribuía apenas com 22.6% para o PIB mundial. Vinte anos depois, e já em 2015, o G7 contribuía 31,5% enquanto que o E7 contribuía com mais de 36% para o PIB mundial¹²³. São estas mudanças significativas e as previsões para os próximos anos que assustam o Ocidente. O crescimento

¹²³ Informação disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2017/07/07/world-economic-outlook-update-july-2017>

económico a longo prazo dos E7 apresenta-se como um desafio direto às economias mais poderosas.

A tendência de crescimento económico prolongado e sustentável das economias emergentes sugerem no ocidente, que organizações como FMI, a OMC ou até mesmo o Banco Mundial se convertam em organizações influenciadas e pressionadas pelos E7 ou sejam desafiadas por novas instituições e organizações criadas de raiz pelas economias emergentes. É certo que as previsões do futuro económico e geopolítico do mundo não são garantias, mas não se pode esquecer que as previsões se baseiam em tendências e que há previsões mais conservadoras e outras mais ousadas.

O Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas, criado para financiar vários projetos da BRI, (Rolland, 2017, p.5), iniciou a sua atividade a 16 de janeiro de 2016, depois de um processo de quinze meses” – citação retirada do sítio *web* oficial do BAI – mas proposto pela China em outubro de 2013 aquando da Cimeira de Cooperação Económica da Ásia-Pacífico (APEC) em Bali, Indonésia. Sediado em Pequim, o BAI conta com cinquenta e sete membros fundadores¹²⁴ de cinco continentes, muitos dos quais são membros da União Europeia – e a cooperação é um dos braços da sua atuação. De acordo com o sítio oficial do BAI, foram os cinquenta e sete membros fundadores que “reconheceram a necessidade de preencher o vazio de financiamento infraestrutural asiático”, um vazio que não foi preenchido pelas instituições e organizações da ordem liberal internacional. Neste processo de quinze meses, os membros definiram os princípios, os valores – *lean, clean e green*¹²⁵ - as normas, a filosofia central e o *modus operandi*. O BAI foca-se no desenvolvimento económico sustentável, na criação de riqueza e na melhoria da conectividade das infraestruturas através, portanto, do investimento em infraestruturas e em outros setores que consigam promover estes objetivos.

O BAI deixa bem claro que não segue o modelo do *one-size fits all* e que procura incessantemente proporcionar soluções adaptadas a cada cliente seu. São várias as questões lançadas sobre a natureza do BAI. Será o BAI um novo Banco Mundial ou antes uma afronta ao Banco Mundial, isto é, será o BAI uma instituição paralela, ou alternativa, ao Banco Mundial?

¹²⁴ Membros- fundadores: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Austrália, Áustria, Azerbaijão, Bangladesh, Birmânia, Brasil, Brunei, Camboja, Cazaquistão, China, Coreia do Sul, Dinamarca, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Filipinas, Finlândia, França, Geórgia, Índia, Indonésia, Irão, Islândia, Israel, Itália, Jordânia, Kuwait, Laos, Luxemburgo, Malásia, Maldivas, Malta, Mongólia, Nepal, Noruega, Nova Zelândia, Omã, Países Baixos, Paquistão, Polónia, Portugal, Qatar, Quirguistão, Reino Unido, Rússia, Singapura, Sri Lanka, Suécia, Suíça, Tailândia, Tadjiquistão, Turquia, Uzbequistão e Vietname.

¹²⁵ As traduções destes três termos para português perdem o seu lustre, mas de uma maneira abrangente, estes três valores passam pela simplicidade e pelo ecologismo. São também valores partilhados pelo Acordo de Paris, assinado em novembro de 2016.

Representantes do Banco Mundial e do FMI afirmaram que as suas instituições estariam dispostas a cooperar com o BAI (Rudolf, 2016, p.85; Donnan, 2015). Ficou bem patente nas primeiras declarações, aquando da fundação do BAI, que o seu objetivo seria o de preencher o vazio existente. Pequim declarou também que o outro objetivo para a criação do BAI seria o de complementar outras instituições já existentes (Rudolf, 2016, p.85). Contudo, e fazendo referência ao discurso da Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, aquando da 22ª Cimeira entre a RPC e a UE (22 de junho de 2020), de que a China é um “concorrente económico” e um “rival sistémico”, continua a ser questionada a essência do BAI, isto é, se o BAI compete ou completa instituições como o Banco Mundial ou o FMI. Ademais, o autor Moritz Rudolf (2016, p.84), afirma que devido ao facto de Pequim ter identificado uma série de vazios da ordem internacional os quais deseja preencher com iniciativas próprias, existem realmente dois tipos de iniciativas: umas que complementam instituições e organizações da atual ordem, ao que o autor dá o nome de “estruturas paralelas complementares” e outras que são concebidas para competir com as instituições já existentes. As primeiras, com iniciativas complementares, exercem atividades principalmente nos setores de segurança e apoio ao desenvolvimento. Já o segundo tipo, isto é, iniciativas que poderão vir a competir diretamente com as instituições já existentes da ordem, exercem atividades em setores como o financeiro e de comércio (Rudolf, 2016, p.84).

Visto que o Ocidente, que vê a RPC como um rival, tanto económico (como é o caso dos EUA - durante a Administração Trump) como sistémico, haverá sempre a dúvida se as iniciativas chinesas, como é o caso do BAI, servem como meio de deslegitimar e/ou quebrar com o “monopólio de instituições multilaterais para o desenvolvimento” (Rudolf, 2016, p.85), sabendo-se que estas instituições foram estabelecidas pelos EUA. Sobre a questão de saber se os efeitos destas iniciativas chinesas e, portanto, as suas instituições, complementarem e/ou competirem com as instituições já existentes da ordem internacional, só o tempo dirá.

Basta falar em reduzir a dependência em algo, para se mencionar uma possível guerra fria. A questão de uma futura guerra fria não se restringe ao grau de dependência entre os países, à criação de novas instituições, organizações e iniciativas lideradas pela China. Algumas destas criações são deveras completamente paralelas às já existentes, duplicadas, servindo assim de uma possível alternativa. Outras são apenas criações que complementam organizações já existentes.

Quanto à complementação, num modo muito simples, não há nada de errado em querer ajudar o que mais precisa, *no strings attached*. Contudo, e sobre o BAI, o facto de serem muitos países, concorrentes entre si, com interesses diferentes, com sistemas e valores distintos, pode ser um obstáculo no momento de decidir o que, por sua vez, pode afetar de modo negativo todas as

suas atividades. Já quanto à competição, na própria definição da palavra, isto é, o querer suplantar, rivalizar, algo ou alguém, surge uma espécie de sensação de desestabilização – algo que muitos analistas acusam a China de estar a fazer. Se interpusermos o já referido processo de Schweller e Pu de renovação e transformação estrutural do sistema que dá origem a, possivelmente, uma nova ordem, a competição pode ser vista como um dos principais passos ao processo de deslegitimação.

Apesar de o poder hegemónico da ordem internacional, os EUA, “ainda não aderiram ao BAI” (Balachandran, 2017, p.1), não impossibilita o BAI de ser um meio para a criação de alianças. Também não se deve descartar a ideia de que, caso o BAI seja uma complementação a instituições já existentes e bem-sucedidas, possa vir a ser um meio de desconcentração de poder e, portanto, um meio de deslegitimação das mesmas. Uma das razões pelas quais os Estados Unidos “ainda não aderiram ao BAI” é, segundo Niruban Balachandran (2017), a de o risco da sua adesão ser interpretada como a de legitimação desta instituição “às custas dos elementos da ordem internacional liberal do pós-Guerra: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional” (2017, p.1).

São evidentes as transformações e sentimentos associados à necessidade de transformação ou desenvolvimento da atual ordem internacional. E como observou Mark Twain -

“A história nunca se repete, mas muitas vezes rima.”

A China e o multi

Cui Liru (2016, pp.4-7) afirma que a RPC opera numa configuração internacional multilateral. A emergência de instituições multilaterais como a União Económica Euroasiática e o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas são provas do multilateralismo defendido pela China. Para além disso, segundo Lawless (2020, pp.129-141), os Estados que “pertencem” a estas instituições pretendem criar esferas de influência tanto económicas como militares com a exclusão de Estados liberais Ocidentais. Este padrão de multilateralismo é, para Lawless, uma estratégia que tem como objetivo criar uma nova ordem internacional multipolar onde são os Estados neautoritários quem tem mais peso e influência na balança mundial de poder (Lawless, 2020, pp.129-141).

Wang Jisi (2011) afirmou que uma Grande Estratégia, de qualquer país do mundo, deve responder a três grandes questões: quais os interesses nacionais, quais são as forças externas que representam ameaças e, por último, como é que a liderança pode salvaguardar os interesses nacionais (Wang, 2011). Neste sentido, uma Grande Estratégia deve refletir o que um Estado é e “a posição no sistema internacional que deseja” e é formulada para reestruturar o “ambiente internacional de maneira que beneficie o Estado e os seus objetivos estratégicos a longo prazo” (Rolland, 2017, p.5). Desde a presença discreta da China na ordem internacional durante os anos setenta e oitenta – anos de Deng Xiaoping - passando pelos anos da “ascensão pacífica” (2003) e substituição do termo, em 2004, para “desenvolvimento pacífico” – anos de Hu Jintao – a China foi modificando as suas políticas e posições no palco internacional (Stanzel, 2017, p.3). Pouco depois de ter chegado ao poder, o Presidente Xi anunciou o *China Dream*. Para a autora Angela Stanzel, o *China Dream* é um contraste evidente nas atitudes da liderança chinesa com o “desenvolvimento pacífico” de Hu Jintao. O *China Dream* não está formulado como uma Grande Estratégia chinesa (Stanzel, 2017, p.3) e não tem como aspiração a ideia de que “todo o indivíduo pode ser herói” contrariando a ótica norte-americana de individualismo, materializado no *American Dream* (Rosa, 2018).

Em 2009, o Presidente Hu Jintao definiu vagamente que os interesses nacionais centrar-se-iam no desenvolvimento social e económico, na soberania, na segurança e na estabilidade política (Stanzel, 2017, p.3). Wang Jisi comentou que definir de tal maneira os interesses nacionais – soberania, segurança e desenvolvimento – significa uma certa impossibilidade na conceção de uma Grande Estratégia, dado que estes três interesses nacionais estão, muitas vezes, em tensão entre si mesmos (Wang, 2011).

No fim dos anos noventa, de acordo com Chu Shulong (1999), a China adotou um novo conceito de segurança visto como um “dos mais importantes desenvolvimentos em matérias de segurança do pós-Guerra Fria” (p.8). De acordo com o mesmo autor, este desenvolvimento teve como principal objetivo o de fazer abalar, ou minar, a crescente presença norte-americana na região asiática (Chu, 1999, p.5; Stanzel, 2017, p.2). E como tal, a China iniciou o seu processo de promover o multilateralismo, transformou e desenvolveu a sua diplomacia (Stanzel, 2017, p.2), criou e promoveu alianças – de modelos “magnéticos” - com os seus vizinhos, regendo-se por princípios como o da inclusividade e de cooperação (Feng e He, 2017, pp. 27-30). É certo que a RPC não tem a mesma facilidade na criação de alianças como os Estados Unidos. Contudo, a China está a demonstrar uma firmeza no desejo - e concretização - de projetos que possuem um valor estratégico excecional (Stanzel, 2017, p.2).

Apesar de a China demonstrar cada vez mais uma política externa mais assertiva e proactiva, sendo que a sua afirmação passa pelos planos político, diplomático, militar, tecnológico, económico e financeiro, Zhongnanhai simultaneamente aumenta a sua participação em fóruns multilaterais internacionais, não fosse também a criação de organizações e instituições multilaterais.

Ao criar e promover instituições, que muitas vezes são classificadas como sendo instituições paralelas às já existentes no palco internacional (Rudolf, 2016, p.83), Zhongnanhai procura “semear as sementes” que resultarão na legitimidade e credibilidade, na promoção da imagem internacional chinesa favorável¹²⁶ - *soft power* - e, portanto, poderão servir de base à criação da nova ordem internacional. O segredo parece estar na raiz e é nesta onde nascerá uma rede vasta, mas segura, sem doenças e capaz de enfrentar eficientemente os problemas que surgirão. Como o autor Moritz Rudolf afirma: “com muita cautela, (a China) está a transformar-se de um *rule-taker* para um *rule-maker* internacional” (Rudolf, 2016, p.83). Apesar de ter uma posição mais assertiva no palco internacional, a China “com muita cautela” promove e desenvolve estas instituições e organizações, como o BAII e a Organização de Cooperação de Xangai mas, ao mesmo tempo e com cautela, permanece um participante ativo das organizações e instituições já existentes.

Nadège Rolland (2017) afirma que uma Grande Estratégia “procura mobilizar e integrar todos os recursos domésticos disponíveis e todos os instrumentos de poder nacional (não só militares como também diplomáticos, económicos, financeiras, intelectuais, culturais e políticos)

¹²⁶ Dado que a China procura promover a sua imagem internacional como uma nação benevolente, que resolve problemas sociais em países em desenvolvimento, que promove a cooperação entre Estados, que luta contra o terrorismo, entre outras matérias

de maneira a moldar o ambiente internacional de um modo que reflita os valores do Estado e que cumpra os seus interesses nacionais” (Rolland, 2017, p.5). Para Nadège Rolland, esta descrição do que é e deve ser uma Grande Estratégia, está em concordância à já mencionada Nova Rota da Seda (2017, p.5), visto que é um empreendimento de longo prazo, e que contém elementos do poder chinês assim como os seus recursos: recursos político-económicos, diplomáticos, financeiros, culturais e intelectuais. Neste sentido, a BRI é uma Grande Estratégia que tem sob a sua alçada um enorme conjunto de recursos, estratégias, e a materialização do que o Presidente Xi diz como sendo “the China Dream is the great rejuvenation of the nation” - 中华民族伟大复兴 - (Rolland, 2017, p.5).

Em 1989, John Williamson cunhou o termo “Consenso de Washington”. Este termo está quase que intimamente associado à ideologia neoliberal devido aos ideais que abarca. As suas principais características (ideais) são as do capitalismo de mercado livre, a liberalização política (democratização) e a liberalização económica, assim como a regulamentação económica, reformas financeiras e disciplina fiscal. Acima de tudo, associa-se este consenso à abertura económica dos países “pertencentes”. Todas as características e ideais abrangidos neste termo são utilizadas como meios para se promover o crescimento económico e estabelecer e desenvolver-se uma economia de mercado liberal que, por outras palavras, se diz “liberalismo económico” – *laissez-faire*.

Em 2004, Joshua Cooper Ramo cunhou o termo “Consenso de Pequim”, um símbolo de uma alternativa ao neoliberalismo apresentado pelo Ocidente. De acordo com Ramo, o *Consenso de Washington* apresenta algo negativo, isto é, uma certa rigidez doutrinal. Ademais, este Consenso é visto por vários países em desenvolvimento como uma técnica usada pelo “Norte” para explorar (ainda mais) o Sul emergente. Tal como a ordem liberal internacional, também os melhores dias do Consenso de Washington ficaram para trás. Depois do seu pináculo durante os anos noventa, estagnações, recessões e colapsos de vários sistemas económicos têm vindo a ser apontadas como causas deste Consenso. Para além disso, a crise financeira de 2007/08 apenas desacreditou o modelo económico liberal (neoliberal).

Portanto, é deste ambiente do qual “nasce” o *Consenso de Pequim*. Com uma abordagem mais flexível, eclética e pragmática – três das características do ambiente económico chinês dos dias de hoje – este Consenso afirma-se como sendo ideologicamente neutro, que se empenha na experimentação e adaptação e também na inovação. Utiliza-se muito frequentemente o termo “inovação” quando se apresenta este consenso. Este tipo de “inovação” remete à inovação no ambiente social e económico, este que se foca no sistema económico liberal. O Consenso de *Pequim* visa o desenvolvimento dinâmico, com objetivos dinâmicos e flexíveis, que contrastam claramente

com o que Ken Moak (2017, pp.189-209) declara como sendo o modelo “*one-size fits all*”, o modelo “a seguir” apresentado pelo Ocidente.

Numa ordem internacional multipolar espera-se que a distribuição do poder seja mais equilibrada. Ao existir uma ordem internacional multipolar, existem, naturalmente, outros grandes poderes que se juntarão ao estatuto dos EUA – um polo de poder do sistema internacional (Schweller e Pu, 2011, p.42). Como citado anteriormente, Federico Rampini (2007) afirma que “a China e a Índia ... são o novo centro do mundo” (p.5). Tal como se declara que no Ocidente existem dois centros de poder, os Estados Unidos e a União Europeia, também há que caracterizar a China e a Índia como os novos centros do mundo, ou como “um dos centros e não como o novo centro” (Raposo, 2007, p.141).

Quando referido no Capítulo I sobre as três grandes tarefas executadas pelos Estados Unidos no seu momento unipolar que provocaram “fendas” subitâneas (porque repentinas/inesperadas) pelas sucessivas administrações norte-americanas. Um dos efeitos colaterais da unipolaridade é que esta incentiva a ascensão de novos poderes que contrabalançam e limitam a hegemonia do outro grande poder – neste caso, os EUA. O declínio americano/ocidental que muitos analistas afirmam estar a decorrer abre, de certa forma, caminho à emergência da multipolaridade no sistema e na ordem internacional.

Como referido anteriormente, para os Declinistas, a unipolaridade norte-americana, líder da ordem e do sistema internacional, está para além de “expirada”. Defendem que não há possível reparação dos efeitos devastadores da estratégia americana, como a Guerra Contra o Terrorismo e a crise financeira de 2007, que afetam evidentemente o poder económico e a autoridade internacional dos EUA. A era unipolar dos EUA está, de acordo com Scott Lawless (2020), lenta, mas seguramente, a passar transitoriamente a um nível (mais) elevado de multipolaridade, onde existe uma melhor, isto é, mais igual, distribuição de poder mundial (Lawless, 2020, p.132).

Para Richard Hooker Jr. (2016), a emergência do momento multipolar é representada por “uns Estados Unidos não tão poderosos, mas dominantes nos níveis militares e económicos; por uma China e Índia em ascensão; por uma Rússia em reemergência; por uma Europa poderosa em termos económicos, mas débil em termos militares; por um Médio Oriente instável e propenso a violência; e pela proliferação de Estados fracos e desestruturados” (p.3). Numa perspetiva abrangente de um sistema internacional multipolar, os principais atores, ou polos, serão seguramente a China, a Rússia, os Estados Unidos e a Europa. Tendo os principais atores definidos, o autor Qin Yaqing (2012, p.5) observa que a China considera que, num sistema onde as relações de poder entre Estados são equilibradas, a ordem internacional “recupera” a sua estabilidade e,

principalmente, a pressão internacional sobre a RPC diminuiu (drasticamente). É no termo “equilíbrio” onde está o *mojo* desta projeção para um sistema multipolar. Contudo, é também uma das bases das grandes questões que surgem sobre este futuro.

Sobre o futuro, a opinião que predomina nos círculos académicos e políticos é a de uma ordem com um sistema internacional multipolar. É também a posição defendida pela RPC que assegura que a futura ordem internacional será uma ordem multipolar e não uma ordem unipolar (Armstrong, 1994). Enquanto que os EUA são os detentores do *crachá* da unipolaridade da ordem internacional, a RPC demonstra-se como a “cabeça”, o líder, da transformação da ordem internacional de unipolar para multipolar. Enquanto que os EUA, durante a administração Trump, se afastaram cada vez mais do multilateralismo e do seu lugar “tradicional” de líder nestas instituições/organizações mundiais, a China foi ganhando terreno e liderança nestes assuntos.

Bill Clinton, entusiasta do multilateralismo, disse em 2001, numa palestra em Yale, que o seu país se deveria preparar para um mundo em que os EUA não seriam a única superpotência. “Partilhar o palco”, como o subsecretário de Estado de Bill Clinton, Strobe Talbott (2009, p.329) sugere, implica o reconhecimento da China como a outra potência igualmente poderosa. Contudo, afirmar que os EUA terão de “partilhar o palco” ou que não serão a única superpotência seria um “ato suicida” (Mahbubani, 2020, p.96) de algum político norte-americano que publicamente partilhasse essa ideia. O *slogan* da candidatura de 2016 de Donald Trump era “Make America Great Again” que, muito vagamente, significava a ideia dos EUA se manterem isoladamente no pódio como a maior potência económica do mundo. Donald Trump foi um líder que contradisse a democracia liberal e o próprio liberalismo americano e, nas palavras de Mahbubani (2020), “um líder caprichoso e caótico” (p.73).

A transformação de uma ordem unipolar para uma ordem multipolar, segundo a Escola Realista, é um regresso ao passado, isto é, às lutas entre os Grandes Poderes. De acordo com Christopher Layne (1993), o período unipolar seria apenas um intervalo de transição, isto é, um período de transição de um sistema bipolar para um multipolar (Layne, 1993, pp.8-12, p.45; 2013, p.2).

Segundo Robert Gilpin (1981), “subjacente às transformações materiais e à reestruturação económica produz-se um efeito paralelo de distribuição de poder o que, por sua vez, perturba o *status quo* e cria potencialmente pré-condições a uma “transição hegemónica” (Beeson, 2018, p.2; Gilpin, 1981). É difícil fazer generalizações sobre a História contemporânea visto que, neste período, assistimos uma só vez a uma transição de poder de tal escala. Ademais, por se tratar de uma

“transição”, esta desenvolve-se por um determinado período de tempo e são vários os sinais que lembram tal acontecimento.

Este possível cenário multipolar centra-se nos fundamentos da balança tradicional de poderes, onde existem vários (grandes) poderes, e onde o sistema internacional é governado através de um “*joint management*” (Schweller e Pu, 2011, p.62). Zhou Jirong (1991) afirma que no período precedente à multipolaridade existirá um superpoder – uma superpotência – e outros importantes poderes – potências. Armstrong (1994, p.475) refere que durante esse período, a multipolaridade da ordem surgirá a partir de um nível regional - regionalismo - e não a partir de um nível global.

Figuras públicas como Bill Clinton e Strobe Talbott admitiram que os EUA não serão a superpotência ímpar e, de certa forma, previram que a unipolaridade não seria eterna. Contudo, num cenário de multipolaridade, será a ordem internacional liberal ou *iliberal*? Será que uma transição liderada pela China, um Estado autocrático, iliberal e comunista, poderá resultar numa ordem liberal multipolar? Essa hipótese, sob o meu ponto de vista, é parcialmente válida pois, assim como o Ocidente não esperava que um Estado comunista tivesse práticas capitalistas, a China, ao liderar a transição para um sistema e ordem multipolares “pode” aliar-se às práticas liberais e democráticas. Esta amálgama entre um Estado comunista com o liberalismo da ordem e do sistema internacionais pode ser o fator decisivo para o sucesso de uma ordem com estas características. Pode ser uma situação do “cisne negro”, em que basta surgir um espécime dessa espécie para desfazer uma certeza fixada e generalizada durante séculos (Silva, 2015, p.42; Taleb, 2011, pp.20-34).

A Organização de Cooperação de Xangai, o conceito BRICS e o seu Novo Banco de Desenvolvimento, a BRI e o Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas são, na minha opinião, algumas das sementes das mudanças que poderemos vir a assistir no palco internacional. A BRI marca uma transformação diplomática e o início de uma “nova Era”, de uma China mais proactiva e que pode vir a apresentar-se como uma alternativa à atual ordem unipolar. A ascensão da China, as iniciativas e decisões tomadas por Pequim, as transformações que a RPC gera no palco internacional, as redistribuições do poder sinalizam que há uma mudança de ritmo (Hart, 2017, p.9) - uma mudança de ritmo no processo de perda de autoridade pela parte americana, a perda de preponderância ocidental, o declínio do Ocidente, o erguer do Resto.

Como diz Francisco Gomes (2021), “o Ocidente utilizou a sua destreza militar e tecnológica para dominar o mundo através da expansão agressiva dos seus recursos militares e das suas zonas de influência, fazendo com que o Resto se curvasse ao poderio Ocidental” (Gomes, 2021, p.41).

Mas, como refere a teoria de Paul Kennedy, não há impérios eternos (Kennedy, 1989). Com um Ocidente “cego” (Mahbubani, 2018, pp.39-41) pelo pensamento triunfalista – “nunca podendo ser desalojado” (Gomes, 2021, p.43) - foram ineficazes as reflexões e previsões sobre o mundo de amanhã.

Os autores Lukas K. Danner e Félix E. Martín (2019, pp.186-207) defendem que o gradual declínio do poder hegemónico norte-americano poder-se-á assemelhar ao do declínio do Império português, mais propriamente ao modelo holandês de hegemonia. Através deste modelo, o poder holandês gradualmente foi excluindo Portugal do comércio das Índias. Regressando aos dias de hoje, os autores insinuam que o processo de ascensão chinês no palco internacional, que passa por uma tomada hegemónica, se foca, à semelhança da Holanda, em matérias financeiras e de comércio. Além disso, este modelo continuará a desenvolver-se e a ser expandido “sem conflitos e sem a imposição de normas e valores políticos nem ideológicos” (Attina, 2020, p.30).

Nicolau Maquiavel afirmou que: “não existe coisa mais difícil de tratar, nem mais duvidosa de conseguir, nem mais perigosa de lidar que encabeçar a introdução de novas ordens”. Shi Yinhong (2016) afirma que a China tem primeiro de desenvolver um conjunto de forças e capacidades bem sólidas antes de se dedicar a projetos como a BRI ou o BAI. Há que definir quais são as prioridades, quais são as oportunidades que se apresentam neste momento de grande desorganização ocidental e quais as estratégias a seguir de modo a alcançar todos os objetivos e, assim, concretizar os interesses nacionais. De um modo muito simples, a crítica de Shi Yinhong (2016) centra-se na ideia de que a China poderá ter demasiadas estratégias para ser estratégica (Shi, 2016, Stanzel, 2017, p.3), do mesmo modo que várias estratégias não significam uma Grande Estratégia!

Ao contrário do carácter universalista do espaço euro-atlântico de que tudo e todos devem ser como nós, creio que os chineses acreditam que só eles podem ser “chineses”. Christopher Wray, diretor do FBI, afirmou que “uma das coisas que estamos a tentar fazer é ver a ameaça da China não sou como uma ameaça a todo o governo, mas como uma ameaça a toda a sociedade”. O “perigo amarelo” não é um termo recente, nem ideológico — é um “perigo” económico. Apesar de a BRI (poder) ser vista como uma expansão da influência chinesa, nela não creio que esteja o carácter universalista ocidental, uma vez que nenhum dos objetivos aparentes é o de promover o comunismo à escala global. Um dos objetivos é o de fazer rejuvenescer o país, fazendo com que a China se torne, uma vez mais, na “civilização mais forte do mundo” (Gomes, 2021, p.104). A missão moral americana de promover a democracia e o liberalismo tem de deixar de ser aplicada, uma vez que se prevê é que o futuro será dos *multi*. Não se trata de uma guerra do Bem contra o Mal. Trata-se, na minha opinião, de saber quem melhor consegue, no palco internacional, ajustar-se às

mudanças, quem consegue fazer os “ajustes estratégicos” (Gomes, 2021, p.103) que perdurem a longo prazo.

Tomo o que Robert Kagan refere sobre os Estados Unidos se considerarem como a “única sociedade verdadeiramente civilizada”, a sociedade mais próspera, como um insulto. Não nos esqueçamos que foi a CIA quem financiou o grupo terrorista Al Qaeda, a fim de combater a ameaça soviética durante a Guerra Fria. Tem de se reconhecer que, durante décadas, foram os Estados Unidos a potência preponderante e que, sem os seus planos económico-financeiros, seguramente o mundo não seria como é hoje. De facto, os Estados Unidos tiveram, durante muito tempo, a supremacia económica, intelectual e militar. Mas, creio que foi no momento em que os Estados Unidos se habituaram a serem a civilização dominante, em que a sua vontade era materializada, que graves erros estratégicos foram cometidos o que conduziu a uma cegueira e/ou negação das suas fragilidades. Creio que, nesse momento, os Estados Unidos perderam não só o seu magnetismo como o respeito pelo “outro”, incluindo os seus aliados,

(...)” não existe coisa mais difícil de tratar, nem mais duvidosa de conseguir, nem mais perigosa de lidar que encabeçar a introdução de novas ordens.”

Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*

Conclusão

Apesar de a Guerra Fria ter terminado, e durante o glorioso período unipolar, creio que surgiu uma espécie de “momento paralelo” que ganha tração nos dias de hoje através das iniciativas chinesas. Este paralelismo pode ser identificado através das instituições, organizações e iniciativas criadas e tomadas pela China. Durante o período dourado da unipolaridade americana, ou se pertencia à ordem internacional, ou não, pois não existia uma alternativa à mesma. Agora, pela mão da China, uma alternativa atual à ordem unipolar hegemónica pode estar a entrar no seu período gestativo.

Considero que o que parece faltar ao Ocidente, particularmente aos Estados Unidos, é uma agilidade na coordenação estratégica do sistema internacional. Da mesma maneira que os norte-americanos, durante a Guerra Fria, projetaram o seu poder geoeconómico, também os chineses o fazem através da Nova Rota da Seda. Apelidado de “Plano Marshall Chinês” (Beeson, 2018, p.2; Chen, 2014), o projeto visa criar uma “rede” de países dependentes da China. Visto que o campo económico é um campo muito desenvolvido pelo governo chinês, e dele vem muita da legitimidade do PCC, parece ser um pouco ousado considerar a BRI como uma segurança, um amparo, para o futuro da economia chinesa. Ademais, o facto de se tratar de uma cooperação económica e de uma dependência que os autores Robert Blackwill e Jennifer Harris (2016) afirmam ser uma “dependência assimétrica” (p.8), pode minar o sucesso deste projeto. Apesar de a China defender a igualdade no que toca a pactos, sendo a OBOR uma iniciativa chinesa e tendo a China que proteger os seus interesses nacionais – como todos os países - e elevar o seu estatuto internacional, ser-se-á ingênuo acreditar que não existirá nenhuma assimetria nas relações de (inter)dependência.

Um dos subtítulos do artigo *Geoeconomics with Chinese Characteristics* (2018), do autor Mark Beeson, chama-se “uma faixa, uma rota – uma ambição?”. Pergunto se neste projeto há uma e apenas uma ambição... Aqui está um dos grandes problemas desta iniciativa – são muitos os países, são muitos os objetivos, são muitas as ambições de cada país, são muitos os interesses nacionais. Como referido anteriormente, o futuro para o qual nos encaminhamos pode ser um caracterizado pelos “multis”: multi-ordem, multi-polar, multi-parceiro, com instituições e organizações multilaterais. Será possível chegar-se a um consenso num mundo interdependente sem que haja conflitos devido à própria interdependência? O grande objetivo chinês, o objetivo máximo dos máximos, caso tudo corra como esperado, é o de criar uma economia mundial com a China no seu centro (Mações, 2018) e com instituições paralelas que protejam e desenvolvam os seus interesses nacionais.

Desde a chegada do Presidente Xi Jinping ao poder, a China mostra-se como a voz da alternativa. Todas as organizações, instituições e iniciativas tomadas e lideradas pela RPC demonstram-se como sendo uma alternativa às instituições - muitas delas de Bretton Woods – “fortemente condicionadas pela vontade dos Estados Unidos” (Silva, 2021, p.265) e seus aliados transatlânticos, como é a UE. Agora, chegou a vez de a China mostrar ao mundo que é capaz de construir uma rede de instituições, uma base sólida, que servirá, possivelmente, para a criação de uma nova ordem internacional (uni ou multipolar?).

O líder da RPC é um líder que demonstra a vontade de “rejuvenescer” e “(re)emergir” a China e sabe que tal acontecerá através da cooperação. Como Kishore Mahbubani referiu (2020), “O PCC não está a cavalgar numa onda ideológica; está a cavalgar na onda de uma civilização ressurgente, e essa civilização provou ser uma das mais fortes e resilientes da história” (p.324).

Foi o Ocidente que, indiretamente, provocou o crescimento miraculoso da China, e foi o Ocidente que tratou a China como sendo “o bom aluno”. Será que se transformou no “lobo mau”?

Lembro-me do que nos foi ensinado numa das aulas da UC “Gestão e Negociação Chinesa”, dadas pela Professora Doutora Virgínia Trigo (2019), sobre paradoxos. A China está culturalmente preparada para os paradoxos, veja-se o caso do Yin e Yang. A China está integrada na atual ordem internacional, é membro de dezenas de organizações internacionais multilaterais e cumpre as normas e regras impostas pelas mesmas. Contudo, e ao mesmo tempo, propõe, promove e desenvolve novas instituições e organizações multilaterais sem nunca se desvincular da atual ordem internacional. Ao que Jorge Tavares da Silva (2021) denomina como uma “estratégia dual” (p.276), creio que pode ser uma reinterpretação em escala muito maior e em circunstâncias diferentes do “caminhar sobre duas pernas” - 两条腿走路. Esta estratégia não triunfou aquando do Grande Salto em Frente mas, caso a China opte por esta estratégia durante este momento de “declínio do Ocidente” e deslegitimação da ordem unipolar, os líderes chineses, desta vez, têm de saber o momento perfeito para seguir a via que querem: criar uma ordem paralela, “pô-la em prática”, até conseguir chegar a ser uma ordem internacional - algo que a RPC têm estado a pôr o seu empenho - ou abandonar a perspectiva de criação de uma nova ordem e reformar intensivamente a atual ordem internacional unipolar, de maneira a que esta se transforme numa ordem multipolar e agnóstica.

O melhor conselho será o de “atravessar o rio sentindo as pedras do fundo” 摸着石头过河.

Bibliografia (consultada e citada)

- AIIB. (n.d.). *Frequently Asked Questions - AIIB*. Retrieved July 14, 2021, from <https://www.aiib.org/en/general/faq/index.html>
- Al-Bawaba. (2019, December 9). *Global Economic Power to Shift From G7 to E7 States by 2030*. Al Bawaba. Retrieved July 14, 2021, from <https://www.albawaba.com/business/global-economic-power-shift-g7-e7-states-2030-1326061>
- Albert, E., Maizland, L., & Xu, B. (2021, June 23). *The Chinese Communist Party*. Council on Foreign Relations. Retrieved July 15, 2021, from <https://www.cfr.org/backgrounder/chinese-communist-party>
- Alker, H. R. (2000). On learning from Wendt. *Review of International Studies*, 26(1), 141–150. <https://doi.org/10.1017/s0260210500001418>
- Allen, J. (2016, August 31). *Clinton touts “American exceptionalism” in appeal to Republicans*. Reuters. Retrieved September 16, 2021, from <https://www.reuters.com/article/us-usa-election-clinton-idUSKCN11615V>
- Allison, G. (2018). *Destined for War: Can America and China Escape Thucydides’s Trap?* (Reprint ed.). Mariner Books.
- Almeida, J. (1998). Estados Unidos e Europa : da “pax americana” a uma relação transatlântica? *Instituto Da Defesa Nacional*, 84, 79–105. https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/1535/1/NeD084_JoaoMarquesAlmeida.pdf
- António, N. S. (2008). *Economia e Gestão Chinesas Aspectos Fundamentais* (1st ed.). Edições Sílabo.
- AP News. (1987, January 27). *Excerpts from Gorbachev Speech With AM-Soviet-Party Bjt*. Retrieved July 15, 2021, from <https://apnews.com/article/528265280b8af99c9b815a7e55d9bce7>
- Arab Strategy Forum 2019. (2020, April). *The World in 2030: Trends, Inflection Points Challenges & Opportunities* [Discussion]. Arab Strategy Forum 2019 - The World in 2030: Trends, Inflection Points Challenges & Opportunities, Dubai, United Arab Emirates.
- Armstrong, D. (1994). Chinese Perspectives on the New World Order. *The Journal of East Asian Affairs*, 8(2), 454–480. <https://www.jstor.org/stable/23254266>
- ASEAN. (n.d.). *The Founding of ASEAN*. Retrieved September 16, 2021, from <https://asean.org/about-asean/the-founding-of-asean>
- Åslund, A. (2020, June 27). *The Russian economy in health, oil, and economic crisis*. Atlantic Council. Retrieved September 17, 2021, from

<https://www.atlanticcouncil.org/commentary/long-take/the-russian-economy-in-health-oil-and-economic-crisis/>

Atlas, J. (1989, October 22). *What Is Fukuyama Saying? And to Whom Is He Saying It?* The New York Times. Retrieved September 2021, from

<https://www.nytimes.com/1989/10/22/magazine/what-is-fukuyama-saying-and-to-whom-is-he-saying-it.html>

Attina, F. (2020). THEORIES OF WORLD ORDER TRANSITION AND THE CURRENT PHASE OF WORLD POLITICS. *International and Political Studies*, 33, 27–31. [https://doi.org/10.18524/2707-](https://doi.org/10.18524/2707-5206.2020.33.208986)

[5206.2020.33.208986](https://doi.org/10.18524/2707-5206.2020.33.208986)

Avgouleas, E., & Trigkas, V. (2019). Alleviating the Thucydides' Trap through Welfare State Dependence: How the Funding Needs of the Western Welfare State Can Influence Multilateral Relations with China. *Global Policy*, 11(1), 36–45.

<https://doi.org/10.1111/1758-5899.12775>

Baidu. (n.d.). “三个代表”重要思想. 百度百科 - Baidu. Retrieved October 17, 2021, from

<https://baike.baidu.com/item/%E2%80%9C%E4%B8%89%E4%B8%AA%E4%BB%A3%E8%A1%A8%E2%80%9D%E9%87%8D%E8%A6%81%E6%80%9D%E6%83%B3/2523227?fromtitle=%E4%B8%89%E4%B8%AA%E4%BB%A3%E8%A1%A8&fromid=104156>

Balachandran, N. (2017, September 20). *The United States Should Join the Asian Infrastructure Investment Bank*. East-West Center. Retrieved October 1, 2021, from

<https://www.eastwestcenter.org/publications/the-united-states-should-join-the-asian-infrastructure-investment-bank>

Beeson, M. (2018). Geoeconomics with Chinese characteristics: the BRI and China's evolving grand strategy. *Economic and Political Studies*, 6(3), 240–256.

<https://doi.org/10.1080/20954816.2018.1498988>

Beeson, M. (2020, April). *"The Decline of the West": What Is It, and Why Might It Matter?* (No. 1).

Asia Global Institute. <https://www.asiaglobalinstitute.hku.hk/researchpaper/decline-west-what-it-and-why-might-it-matter>

Beeson, M., & Higgott, R. (2005). Hegemony, institutionalism and US foreign policy: theory and practice in comparative historical perspective. *Third World Quarterly*, 26(7), 1173–1188.

<https://doi.org/10.1080/01436590500235777>

Behraves, M. (2011, February 3). *Constructivism: An Introduction*. E-International Relations.

Retrieved April 2021, from <https://www.e-ir.info/2011/02/03/constructivism-an-introduction/>

- Berkin, C. (2011). *Making America: A History of the United States, Volume 2: From 1865*. Cengage Learning.
- Bideleux, R., & Jeffries, I. (2007). *A History of Eastern Europe: Crisis and Change* (2nd ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203018897>
- Biden For President. (2020, August 3). *El Ejemplo Del Poder De Los Estados Unidos: El Plan Biden Para Liderar El Mundo Democrático Para Enfrentar Los Desafíos Del Siglo 21*. Joe Biden for President: Official Campaign Website. Retrieved October 15, 2021, from <https://joebiden.com/es/el-liderazgo-de-los-estados-unidos/>.
- Biscop, S. (2020, January). *1919-2019: How to Make Peace Last?: European Strategy and the Future of the World Order*. Egmont Institute. <https://www.jstor.org/stable/resrep21905>
- Blackwill, R. A. D., & Harris, J. M. (2017). *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft* (Reprint ed.). Belknap Press: An Imprint of Harvard University Press.
- Blackwill, R., & Wright, T. (2020). The End of World Order and American Foreign Policy. *Council on Foreign Relations*, 8–11. <https://www.jstor.org/stable/resrep25044.7>
- Blair, E. (2020, December 17). *In Front of Your Nose*. The Orwell Foundation. Retrieved February 14, 2021, from <https://www.orwellfoundation.com/the-orwell-foundation/orwell/essays-and-other-works/in-front-of-your-nose/>
- Boniface, P. (2021). *Atlas das Relações Internacionais (Portuguese Edition)*. Plátano Editora.
- Brands, H. (2016). *American Grand Strategy and the Liberal Order: Continuity, Change, and Options for the Future*. RAND Corporation. <http://www.jstor.com/stable/resrep02400>
- Brown, K. (2018). *The Sage Handbook of Contemporary China - The Communist Party and Ideology* (M. Frazier & W. Wu, Eds.). SAGE Publications.
- Bush, G. H. W. (1992). *Public Papers of the Presidents of the United States: George H. W. Bush (1992–1993, Book II) - Remarks at a Rally in Houston, Texas*. US Government Publishing Office. Retrieved October 19, 2021, from <https://www.govinfo.gov/content/pkg/PPP-1992-book2/html/PPP-1992-book2-doc-pg2148.htm>
- Campbell, C. (2019, February 7). *China's Aging Population Is a Major Threat to Its Future*. Time. Retrieved October 15, 2021, from <https://time.com/5523805/china-aging-population-working-age/>
- Carney, M. (2019, August). *The Growing Challenges for Monetary Policy in the Current International Monetary and Financial System* [Symposium]. The Growing Challenges for Monetary Policy in the Current International Monetary and Financial System, Jackson Hole, Wyoming, EUA.

- CCP, & Xi, J. (2018, May 5). 习近平在纪念马克思诞辰 200 周年大会上的讲话. CPC People. Retrieved July 15, 2021, from <http://cpc.people.com.cn/n1/2018/0505/c64094-29966415.html>
- Central People's Government of the People's Republic of China. (n.d.). *Mao Zedong - 毛泽东*. Gov.Cn. Retrieved October 2, 2021, from http://www.gov.cn/test/2007-11/21/content_811744.htm
- Charles E. Bohlen. (2009). 2001–2009 State Archive. Retrieved September 1, 2021, from <https://2001-2009.state.gov/r/pa/ei/rls/stamps/67018.htm>
- Chatterji, R. (2021, May 4). *China's Relationship with ASEAN: An Explainer*. Observer Research Foundation. Retrieved September 16, 2021, from https://www.orfonline.org/research/china-relationship-asean-explainer/#_edn9
- Cheek, T. (2002). The Chinese People Have Stood Up September 1949. *Mao Zedong and China's Revolutions*, 125–127. https://doi.org/10.1007/978-1-137-08687-7_7
- Chen, D. (2014, November 11). *China's 'Marshall Plan' Is Much More*. The Diplomat. Retrieved September 16, 2021, from <https://thediplomat.com/2014/11/chinas-marshall-plan-is-much-more/>
- Chen, K., & Yi, W. (2017, October 11). *China's Great Housing Boom*. Vox China. Retrieved October 1, 2021, from <http://www.voxchina.org/show-3-50.html>
- China Daily. (2008, March 11). 三个代表 *Three Represents-英语点津*. Retrieved October 17, 2021, from https://language.chinadaily.com.cn/2008-03/11/content_6526794.htm
- China Finance 40 Forum Research Group, Zhang, Y., Feng, W., & Liu, W. (2020). *The Jingshan Report: Opening China's Financial Sector - China's International Strategic Environment*. ANU Press.
- Chinn, J. (1994). *The Politics of Language in Moldova*. https://demokratizatsiya.pub/archives/02-2_Chinn.pdf
- Chong, T., & Li, X. (2019, February). *Understanding China-US Trade War: Causes, Economic Impact, and the Worst-Case Scenario*. The Chinese University of Hong Kong.
- Chu, S. (1999, June). *China and the U.S.–Japan and U.S.–Korea Alliances in a Changing Northeast Asia*. FSI Stanford University. https://fsi-live.s3.us-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/Chu_Shulong.pdf
- Clements, P. (2008). *Prosperity, Depression and the New Deal: The USA 1890–1954 (Access to History)* (4th ed.). Hodder Education Publishers.

- Cooley, A., & Nexon, D. H. (2020). (No) Exit from liberalism? *New Perspectives*, 28(3), 280–291.
<https://doi.org/10.1177/2336825x20934974>
- Cornell Law School. (n.d.). *Sovereignty*. LII / Legal Information Institute. Retrieved June 3, 2021,
 from <https://www.law.cornell.edu/wex/sovereignty>
- Cox, R. W. (1983). Gramsci, Hegemony and International Relations : An Essay in Method.
Millennium: Journal of International Studies, 12(2), 166–175.
<https://doi.org/10.1177/03058298830120020701>
- Crouzet, F. (1999). Outside the walls of Europe – the pax britannica. *European Review*, 7(4), 447–
 453. <https://doi.org/10.1017/s1062798700004373>
- Cui, L. (2016). The Evolution of the International Configuration and the Construction of the Order
 in the Multi-Polar Era (First Part) - 国际格局演变与多极时代的秩序建构. *Contemporary
 International RelationS - 现代国际关系*, 1, 4–7.
http://www.cssn.cn/zxz/gizzx_zxz/201604/W020160421376680708043.pdf
- Danner, L. K., & Martín, F. E. (2019). China’s hegemonic intentions and trajectory: Will it opt for
 benevolent, coercive, or Dutch-style hegemony? *Asia & the Pacific Policy Studies*, 6(2), 186–
 207. <https://doi.org/10.1002/app5.273>
- Donnan, S. (2015, April 7). *World Bank chief endorses rival AIIB*. Financial Times. Retrieved May
 17, 2021, from [https://www.ft.com/content/c58cbd66-dcee-11e4-975c-
 00144feab7de#axzz3kcgOrDaW](https://www.ft.com/content/c58cbd66-dcee-11e4-975c-00144feab7de#axzz3kcgOrDaW)
- Drezner, D. W. (2021, September 23). *The United States of Sanctions: The Use and Abuse of
 Economic Coercion*. Foreign Affairs. Retrieved September 24, 2021, from
<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2021-08-24/united-states-sanctions>
- Edelman. (n.d.). *Edelman - About Us*. Retrieved July 18, 2021, from
<https://www.edelman.com/about-us>
- Eisenman, J., & Heginbotham, E. (2019). Building a More “Democratic” and “Multipolar” World.
China Review, 19(4), 57–60. <https://www.jstor.org/stable/26838913>
- eMediaMillWorks. (2002, January 29). *President Bush’s 2002 State of the Union Address | Jan. 29,
 2002 (washingtonpost.com)*. The Washington Post. Retrieved October 15, 2021, from
<https://www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/sou012902.htm>
- Encyclopedia Britannica. (n.d.-a). *Liu Shaoqi | Chinese statesman*. Retrieved September 1, 2021,
 from <https://www.britannica.com/biography/Liu-Shaoqi>
- Encyclopedia Britannica. (n.d.-b). *Peng Dehuai | Chinese military leader*. Retrieved July 3, 2021,
 from <https://www.britannica.com/biography/Peng-Dehuai>

- Encyclopedia Britannica. (n.d.-c). *Zhou Enlai | premier of China*. Retrieved July 15, 2021, from <https://www.britannica.com/biography/Zhou-Enlai>
- Erling, J. (2021, July 9). *Xi's new slogan for China's trajectory: "Time and momentum are on our side."* Merics. Retrieved August 15, 2021, from <https://merics.org/en/opinion/xis-new-slogan-chinas-trajectory-time-and-momentum-are-our-side>
- European Council on Foreign Relations, & Rudolf, M. (2016, January). *Connectivity Wars: Why Migration, Finance and Trade Are the Geo-economic Battlegrounds of the Future - China's shadow world order*. European Council on Foreign Relations. <https://www.jstor.org/stable/resrep21667.13>
- Feldstein, M. (2018, February 1). *Inconvenient Truths About the US Trade Deficit*. Project Syndicate. Retrieved September 24, 2021, from <https://www.project-syndicate.org/commentary/america-trade-deficit-inconvenient-truth-by-martin-feldstein-2017-04?barrier=accesspaylog>
- Feng, H., & He, K. (2017). China's Institutional Challenges to the International Order. *Strategic Studies Quarterly*, 11(4), 23–49. <https://www.jstor.org/stable/26271633>
- Fernandes, J. A. (2001, July 8). *A novas representações da China*. Público. Retrieved October 27, 2021, from <https://www.publico.pt/2001/07/08/jornal/a-novas-representacoes-da-china-159636>
- Finnemore, M. (1996). *National Interests in International Society* (1st ed.). Cornell University Press.
- Flockhart, T. (2014, January). *Reordering Order*. Danish Institute for International Studies. <https://www.jstor.org/stable/resrep13239>
- Flockhart, T. (2018). A Multi-Order World? *RSA Journal*, 164(3 (5575)), 26–31. <https://www.jstor.org/stable/26798349>
- Flockhart, T., & Xing, L. (2010, December). *Riding the Tiger: China's Rise and the Liberal World Order*. Danish Institute for International Studies. https://www.jstor.org/stable/resrep13116?seq=1#metadata_info_tab_contents
- Fukuyama, F. (1992). *The End of History and the Last Man* (1st ed.). Free Press.
- Fukuyama, F. (2021, January 21). *Rotten to the Core? How America's Political Decay Accelerated During the Trump Era*. Foreign Affairs. Retrieved September 24, 2021, from <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2021-01-18/rotten-core>
- Gaspar, C. (2019). *O Regresso da Anarquia*. Aletheia Editores.

- Gaspar, C. (2020). *O Mundo de Amanhã – Geopolítica Contemporânea* (1st ed.). Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- George and Barbara Bush Foundation. (2020, February 22). *1989 Malta Summit: Watching the World Wake Up from History*. Retrieved October 1, 2021, from <https://www.georgeandbarbarabush.org/2019/12/1989-malta-summit-watching-the-world-wake-up-from-history/>
- George C. Marshall Foundation. (2020, January 7). *History of the Marshall Plan*. Retrieved October 2021, from <https://www.marshallfoundation.org/marshall/the-marshall-plan/history-marshall-plan/>
- Gilpin, R., & Gilpin, J. M. (2001). *Global Political Economy: Understanding the International Economic Order*. Princeton University Press.
- Gomes, F. (2021). *O Fim do Ocidente?* (1st ed.). Alma dos Livros.
- Governo de Portugal. (n.d.). Portugal.gov.pt. Retrieved July 18, 2021, from <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/area-de-governo/defesa-nacional/ministro>
- Gu, X. (2018). *Theorien Der Internationalen Beziehungen: Einführung (Lehr- und Handbücher der Politikwissenschaft) (German Edition)* (3rd Revised ed.). Walter de Gruyter.
- Habermas, J., & Derrida, J. (2003). February 15, or What Binds Europeans Together: A Plea for a Common Foreign Policy, Beginning in the Core of Europe. *Constellations*, 10(3), 291–297. <https://doi.org/10.1111/1467-8675.00333>
- Hart, M., Rolland, N., & Stanzel, A. (2017, October). *Grand Designs: Does China have a “Grand Strategy”?* European Council of Foreign Relations. [https://ecfr.eu/wp-content/uploads/ECFR_234 - China Analysis Grand strategy 2.pdf](https://ecfr.eu/wp-content/uploads/ECFR_234_-_China_Analysis_Grand_strategy_2.pdf)
- Hass, R. (2021, July 26). *China Is Not Ten Feet Tall: How Alarmism Undermines American Strategy*. Foreign Affairs. Retrieved September 17, 2021, from <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2021-03-03/china-not-ten-feet-tall>
- Heath, T., & Jin, C. (2019, October 31). *China Prepares for an International Order After U.S. Leadership*. Lawfare. Retrieved October 17, 2021, from <https://www.lawfareblog.com/china-prepares-international-order-after-us-leadership>
- Heilmann, S., Rudolf, M., Huotari, M., & Buckow, J. (2014, October). *China’s Shadow Foreign Policy: Parallel Structures Challenge the Established International Order* (No. 18). Merics. http://ecoview.ir/files/fa/news/1394/10/14/5864_429.pdf
- History. (2020, February 28). *The 1930s*. Retrieved October 1, 2021, from <https://www.history.com/topics/great-depression/1930s>

- History Editors. (2019, March 29). *Nikita Khrushchev*. HISTORY. Retrieved July 2021, from <https://www.history.com/topics/cold-war/nikita-sergeyevich-khrushchev>
- Hogan, M. J. (1989). *The Marshall Plan: America, Britain and the Reconstruction of Western Europe, 1947–1952 (Studies in Economic History and Policy: USA in the Twentieth Century)*. Cambridge University Press.
- Hooker, R. (Ed.). (2016). *Charting a Course: Strategic Choices for a New Administration*. National Defense University Press.
<https://ndupress.ndu.edu/portals/68/documents/books/charting-a-course/charting-a-course.pdf?ver=2016-12-08-154300-120>
- Huang, C. (2019, April 14). *From Mao to Tiananmen, Hu Yaobang is an icon of China's reform – and a reminder of how little has changed*. South China Morning Post. Retrieved July 15, 2021, from <https://www.scmp.com/week-asia/opinion/article/3005932/mao-tiananmen-hu-yaobang-icon-chinas-reform-and-reminder-how>
- Huntington, S. P. (1993). *The Clash of Civilizations?* Foreign Affairs. Retrieved September 30, 2021, from <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/1993-06-01/clash-civilizations>
- Ikenberry, G. J. (2009). Liberal Internationalism 3.0: America and the Dilemmas of Liberal World Order. *Perspectives on Politics*, 7(1), 71–87. <https://www.jstor.org/stable/40407217>
- Ikenberry, J. G. (2011, April 19). *The Future of the Liberal World Order: Internationalism After America*. Foreign Affairs. Retrieved July 2021, from <https://www.foreignaffairs.com/articles/2011-05-01/future-liberal-world-order>
- Ikenberry, J. G. (2012). *Liberal Leviathan: The Origins, Crisis, and Transformation of the American World Order (Princeton Studies in International History and Politics, 128)* (2nd ed.). Princeton University Press.
- Ikenberry, J. G., & Wohlforth, W. (2002). *America Unrivaled: The Future of the Balance of Power* (1st ed.). Cornell University Press.
- IMF. (2017, July 7). *World Economic Outlook (WEO) Update, July 2017: A Firming Recovery*. Retrieved September 17, 2021, from <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2017/07/07/world-economic-outlook-update-july-2017>
- Infopédia. (n.d.). Moldávia. In *Infopédia*. Retrieved September 17, 2021, from [https://www.infopedia.pt/\\$moldavia](https://www.infopedia.pt/$moldavia)

- Johnson, B. (2020, August 23). *Rule Britannia, Britannia rule the waves*. Historic UK. Retrieved August 2021, from <https://www.historic-uk.com/HistoryUK/HistoryofBritain/Rule-Britannia/>
- Johnston, A. I. (2008). *Social States: China in International Institutions, 1980–2000* (Princeton Studies in International History and Politics, 144). Princeton University Press.
- Jones, S. G. (2018, February 2). *The Return of Political Warfare*. Center for Strategic and International Studies. Retrieved March 10, 2020, from <https://www.csis.org/analysis/return-political-warfare>
- Juutinen, M., & Käkönen, J. (2016). *Battle for globalisations?* Observer Research Foundation. https://www.orfonline.org/wp-content/uploads/2016/03/Book_Battle-For-Globalisation.pdf
- Kagan, R. (2019). *The Jungle Grows Back: America and Our Imperiled World* (Reprint ed.). Vintage.
- Kissinger, H. (1979). *White House Years* (1st ed.). Little Brown and Company.
- Kissinger, H. (2012). *On China*. Penguin Books.
- Kissinger, H. (2015). *World Order*. Penguin Books.
- Krauthammer, B. C. (2009, October 19). *Decline Is a Choice*. Washington Examiner. Retrieved September 24, 2021, from <https://www.washingtonexaminer.com/weekly-standard/decline-is-a-choice-270813>
- Kundnani, H. (2017, April). *What is the Liberal International Order?* (No. 17). German Marshall Fund of the United States. <https://www.jstor.org/stable/resrep18909>
- Kupchan, C. A. (2021, June 23). *Colossus Constrained: Renewal at Home Requires Restraint Abroad*. Foreign Affairs. Retrieved September 24, 2021, from <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2021-03-02/colossus-constrained>
- Kuttner, R. (2019). *Can Democracy Survive Global Capitalism?* (1st ed.). W. W. Norton Company.
- Lacassagne, A. (2012). Cultures of Anarchy as Figurations: Reflections on Wendt, Elias and the English School. *Human Figurations*, 1(2). <http://hdl.handle.net/2027/spo.11217607.0001.207>
- Lawless, S. (2020). American Grand Strategy for an Emerging World Order. *Strategic Studies Quarterly*, 14(2), 127–147. https://www.jstor.org/stable/26915280?seq=1#metadata_info_tab_contents
- Layne, C. (1993). The Unipolar Illusion: Why New Great Powers Will Rise. *International Security*, 17(4), 5–51. <https://doi.org/10.2307/2539020>

- Layne, C. (2012). This Time It's Real: The End of Unipolarity and the Pax Americana. *International Studies Quarterly*, 56(1), 203–213. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2478.2011.00704.x>
- Leffler, M., & Westad, O. (2010). *The Cambridge History of the Cold War: Volume 2, Crises and Detente* (Vol. 2). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CHOL9780521837200>
- Library of Congress. (n.d.-a). *President Franklin Delano Roosevelt and the New Deal | Great Depression and World War II, 1929–1945 | U.S. History Primary Source Timeline | Classroom Materials at the Library of Congress | Library of Congress*. Retrieved October 1, 2021, from <https://www.loc.gov/classroom-materials/united-states-history-primary-source-timeline/great-depression-and-world-war-ii-1929-1945/franklin-delano-roosevelt-and-the-new-deal/>
- Library of Congress. (n.d.-b). *The Post War United States, 1945–1968 | U.S. History Primary Source Timeline | Classroom Materials at the Library of Congress | Library of Congress*. The Library of Congress. Retrieved October 1, 2021, from <https://www.loc.gov/classroom-materials/united-states-history-primary-source-timeline/post-war-united-states-1945-1968/overview/>
- Louçã, F. (2014, September 12). *Conhece-te a ti mesmo, mas faz melhor ainda*. Público. Retrieved September 23, 2021, from <https://blogues.publico.pt/tudomenoseconomia/2014/09/12/conhece-te-a-ti-mesmo-mas-faz-melhor-ainda/>
- Lumen Learning. (n.d.). *Conclusion: Post-War America | Boundless US History*. Retrieved October 1, 2021, from <https://courses.lumenlearning.com/boundless-ushistory/chapter/conclusion-post-war-america/>
- LUSA. (2019, April 14). *Morte de Hu Yaobang há trinta anos despertou movimento pró democracia de Tiananmen*. Diário de Notícias. Retrieved July 15, 2021, from <https://www.dn.pt/lusa/morte-de-hu-yaobang-ha-trinta-anos-despertou-movimento-pro-democracia-de-tiananmen-10794984.html>
- Machiavelli, N. (2020). *The Prince*. CreateSpace Independent Publishing Platform.
- Maçães, B. (2018a). *Belt and Road - A Chinese World Order* (1st ed.). Hurst.
- Maçães, B. (2018b). *O Despertar Da Eurásia* (1o ed.). Círculo de Leitores.
- Mahbubani, K. (2018). *A Queda do Ocidente? Uma provocação* (1st ed.). Bertrand Editora.
- Mahbubani, K. (2020). *A China já Ganhou?* (1st ed.). Bertrand Editora.
- Maizland, L., & Albert, E. (2020, November 24). *What Is ASEAN?* Council on Foreign Relations. Retrieved September 16, 2021, from <https://www.cfr.org/backgrounder/what-asean>

- Marchetti, R., & Menegazzi, S. (2019). Post-Western World Orders and East Asian Future. *East Asian Review*, 18, 187–204.
<https://iris.luiss.it/retrieve/handle/11385/191335/89797/2019World%20Order%20Marchetti-Menegazzi.pdf>
- Marquez, G. (2014, April 21). *Carta de García Márquez a George W. Bush sobre el 11 de septiembre*. Polo Democrático. Retrieved September 15, 2021, from
<https://www.polodemocratico.net/carta-de-garcia-marquez-a-george-w-bush-sobre-el-11-de-septiembre/>
- McBride, J. (2019, May 13). *Is 'Made in China 2025' a Threat to Global Trade?* Council on Foreign Relations. Retrieved September 17, 2021, from <https://www.cfr.org/backgrounder/made-china-2025-threat-global-trade>
- McCarthy, N. (2020, August 3). *Unfavorable Views Of China Hit Record Highs In The U.S.* [Infographic]. Forbes. Retrieved September 16, 2021, from
<https://www.forbes.com/sites/niallmccarthy/2020/08/03/unfavorable-views-of-china-hit-record-highs-in-the-us-infographic/?sh=6e007ef03428>
- McDougall, W. (1998). *Promised Land, Crusader State: The American Encounter with the World Since 1776* (Reprint ed.). Mariner Books.
- McGlinchey, S., Walters, R., Scheinflug, C., Antunes, S., & Camisã, I. (2017). *International Relations Theory (E-IR Foundations)*. E-International Relations.
- McGregor, R. (2010). *The Party: The Secret World of China's Communist Rulers*. Allen Lane.
- Mearsheimer, J. (n.d.). *Home*. John Mearsheimer. Retrieved October 11, 2021, from
<https://www.mearsheimer.com/>
- Mearsheimer, J. (2019a). *Bound to Fail: The Rise and Fall of the Liberal International Order* (No. 4). International Security. https://doi.org/10.1162/ISEC_a_00342
- Mearsheimer, J. (2019b, July 2). *The liberal international order* ["Paper presentation"]. The rise and fall of the liberal international order, Sydney, Australia.
https://www.youtube.com/watch?v=7kRtt4Jrd_Y&t=1564s&ab_channel=CentreforIndependentStudies
- Meggison, L. C. (1963). Lessons from Europe for American Business. *The Southwestern Social Science Quarterly*, 44(1), 3–13. <http://www.jstor.org/stable/42866937>
- Mendes, C. (2011). Política externa: as relações internacionais em mudança. *Política Externa: As Relações Internacionais Em Mudança - A República Popular Da China*, 355–357.
<https://doi.org/10.14195/978-989-26-0086-4>

- Moak, K. (2017). *Developed Nations and the Economic Impact of Globalization* (1st ed. 2017 ed.). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-319-57903-0_9
- Möller, H. (2021, September 23). *Helmut Kohl*. Konrad-Adenauer-Stiftung. Retrieved October 1, 2021, from <https://www.kas.de/en/web/geschichte-der-cdu/biogram-detail/-/content/helmut-kohl-2>
- Naimark, N. M. (2017). *Genocide: A World History*. Oxford University Press, USA.
- National Committee on United States - China Relations. (n.d.). *Robert Zoellick's Responsible Stakeholder Speech*. Retrieved April 15, 2021, from <https://www.ncuscr.org/content/robert-zoellicks-responsible-stakeholder-speech>
- National Geographic. (2019, September 24). *5 cosas que debes saber sobre la Cortina de Hierro*. National Geographic en Español. Retrieved June 2021, from <https://www.ngenespanol.com/el-mundo/5-cosas-que-debes-saber-sobre-la-cortina-de-hierro/>.
- Nye, J. (1992). *What New World Order?* Foreign Affairs. Retrieved April 17, 2021, from <https://www.foreignaffairs.com/articles/1992-03-01/what-new-world-order>
- Our Documents - Truman Doctrine (1947)*. (n.d.). Our Documents.Gov. Retrieved September 26, 2021, from <https://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=false&doc=81>
- P. (2021, September 22). *The Sinews of Peace ('Iron Curtain Speech')*. International Churchill Society. Retrieved October 11, 2021, from <https://winstonchurchill.org/resources/speeches/1946-1963-elder-statesman/120-the-sinews-of-peace/>
- Paine, T., & Kramnick, I. (1986). *Common Sense*. Penguin Classics.
- Patton, M. (2021, June 29). *U.S. Role In Global Economy Declines Nearly 50%*. Forbes. Retrieved October 1, 2021, from <https://www.forbes.com/sites/mikepatton/2016/02/29/u-s-role-in-global-economy-declines-nearly-50/?sh=5e7084215e9e>
- Pax Americana*. (2000). The Merriam-Webster.Com Dictionary. Retrieved October 10, 2021, from <https://www.merriam-webster.com/dictionary/Pax%20Americana>
- Pozzi, S. (2018, September 10). *10 años de la caída de Lehman Brothers*. El País. Retrieved August 5, 2021, from https://elpais.com/economia/2018/09/05/actualidad/1536155842_096577.html
- Priberam. (n.d.). Meritocracia. In *Priberam*. Retrieved July 15, 2021, from <https://dicionario.priberam.org/meritocracia>

- Public Papers - George Bush Library and Museum*. (n.d.). George H.W. Bush Library Center and Museum. Retrieved September 1, 2021, from <https://bush41library.tamu.edu/archives/public-papers/2217>
- Qin, Y. (2011). Development of International Relations theory in China: progress through debates. *International Relations of the Asia-Pacific*, 11(2), 231–257. <https://doi.org/10.1093/irap/lcr003>
- Qin, Y. (2012, November). *How the European Crisis Impacts China*. German Marshall Fund of the United States. <https://www.jstor.org/stable/resrep18661>
- Radchenko, S., Westad, O., & Leffler, M. (2010, September 28). *The Sino-Soviet split (Chapter 17) - The Cambridge History of the Cold War*. Cambridge University Press. Retrieved July 2021, from <https://www.cambridge.org/core/books/abs/cambridge-history-of-the-cold-war/sinosoviet-split/56EB7BF822C23C161F296B1CE7985B90>
- Ramay, S. (2020, April). *21st Century Global Order: Factors Behind Change: 2. Leading Factors of Change*. Sustainable Development Policy Institute. <https://www.jstor.org/stable/resrep24364.4>
- Rampini, F. (2007). *China e Índia, as duas grandes potências emergentes*. Editorial Presença.
- Raposo, H. (2017). Não há Chindia ou BRIC. *Instituto Português de Relações Internacionais*, 139–142. http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri15/RI15_13Recensao01.pdf
- Remarks by the President at the United States Military Academy*. (2015, July 20). White House.Gov. Retrieved September 17, 2021, from <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/05/28/remarks-president-united-states-military-academy-commencement-ceremony>
- Rhodium Group. (n.d.). *Rhodium Group - Home*. Retrieved October 15, 2021, from <https://rhg.com/>
- Rosa, Á. (2018). Portugal - China: Sob um Olhar Intercultural. *Oriente Ocidente - Instituto Internacional de Macau*, 35, 48–53.
- Rose, G. (2011). *How Wars End: Why We Always Fight the Last Battle* (Reprint ed.). Simon & Schuster.
- Rose, G. (2020, December 8). *What Obama Gets Right: Keep Calm and Carry the Liberal Order On*. Foreign Affairs. Retrieved September 24, 2021, from <https://www.foreignaffairs.com/articles/2017-07-05/what-obama-gets-right>

- RTP. (2020, June 30). *China é “parceiro negocial” e “rival sistémico” da UE*. Retrieved October 1, 2021, from https://www.rtp.pt/noticias/mundo/china-e-parceiro-negocial-e-rival-sistemico-da-ue_v1240314
- Schrag, J. (2021, September 30). *How Well-off is China’s Middle Class?* China Power Project. Retrieved October 1, 2021, from <https://chinapower.csis.org/china-middle-class/>
- Schweller, R. L., & Pu, X. (2011). After Unipolarity: China’s Visions of International Order in an Era of U.S. Decline. *International Security*, 36(1), 41–72. https://doi.org/10.1162/isec_a_00044
- Shan, W. (2019, October 16). *The Unwinnable Trade War: Everyone Loses in the U.S.-Chinese Clash—but Especially Americans*. Foreign Affairs. Retrieved September 24, 2021, from <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2019-10-08/unwinnable-trade-war>
- Shanghai Cooperation Organisation. (n.d.). *About SCO | SCO*. Retrieved October 17, 2021, from http://eng.sectsco.org/about_sco/
- Sharma, R. (2019, June 25). *Opinion | Elizabeth Warren and Donald Trump Are Wrong About the Same Thing*. The New York Times. Retrieved June 18, 2021, from <https://www.nytimes.com/2019/06/24/opinion/elizabeth-warren-donald-trump-dollar-devalue.html>
- Sharma, R. (2020, April 16). *The Comeback Nation: U.S. Economic Supremacy Has Repeatedly Proved Declinists Wrong*. Foreign Affairs. Retrieved September 17, 2021, from <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-03-31/comeback-nation>
- Shen, Z., & Xia, Y. (2012). Between Aid and Restriction: The Soviet Union’s Changing Policies on China’s Nuclear Weapons Program, 1954–1960. *Asian Perspective*, 36(1), 107–112. <https://doi.org/10.1353/apr.2012.0003>
- Shi, Y. (2016, October 26). *Amid Western uncertainties, China mustn’t spread too thin*. Global Times. Retrieved July 15, 2021, from <https://www.globaltimes.cn/content/1013884.shtml>
- Silva, A. (2021). *Portugal e o Mundo numa Encruzilhada - Para onde vamos no século XXI* (1st ed.). Bertrand Editora.
- Silva, J. (2021). *Xi Jinping: A Ascensão do Novo Timoneiro da China - o homem, a política e o mundo* (1st ed.). Sílabas & Desafios.
- Silva, J., Almeida, P., Fernandes, S., Kabutakapua, P., Irachande, A., Cravinho, J., & Monteiro, E. (2015). *BRICS e a Nova Ordem Internacional* (1st ed.). Caleidoscópio.
- Silver, L., Devlin, K., & Huang, C. (2020, October 6). *Unfavorable Views of China Reach Historic Highs in Many Countries*. Pew Research Center’s Global Attitudes Project. Retrieved

- September 2021, from <https://www.pewresearch.org/global/2020/10/06/unfavorable-views-of-china-reach-historic-highs-in-many-countries/>
- Solzhenitsyn, A. (n.d.). *Alexandr Solzhenitsyn: Harvard Commencement Address (A World Split Apart)*. American Rhetoric: Online Speech Bank. Retrieved October 15, 2021, from <https://www.americanrhetoric.com/speeches/alexandersolzhenitsynharvard.htm>
- Spanu, V. (2009, November 11). *Moldova Keeps Fighting For Attention*. RadioFreeEurope/RadioLiberty. Retrieved July 15, 2021, from https://www.rferl.org/a/Moldova_Keeps_Fighting_For_Attention/1875344.html
- Stackhouse, J., Bandyopadhyay, S., & Emmons, W. (2015, November 1). *China's Industrial Revolution: Past, Present, Future*. Federal Reserve Bank of St. Louis. Retrieved October 1, 2021, from <https://www.stlouisfed.org/dialogue-with-the-fed/chinas-industrial-revolution-past-present-future>
- Standish, R. (2021, August 9). *China, Russia Showcase Growing Ties With Joint Military Exercises*. RadioFreeEurope/RadioLiberty. Retrieved September 17, 2021, from <https://www.rferl.org/a/china-russia-military-cooperation/31401442.html>
- State of the Union Address - February 4, 1997*. (n.d.). Clinton White House 3 Archives. Retrieved September 3, 2021, from <https://clintonwhitehouse3.archives.gov/WH/SOU97/>
- Statista. (2021a, January 21). *Where Trust In Government Is Highest and Lowest*. Statista Infographics. Retrieved July 18, 2021, from <https://www.statista.com/chart/12634/where-trust-in-government-is-highest-and-lowest/>
- Statista. (2021b, April 6). *Share of population aged 60 and older in China 1950–2100*. Retrieved October 15, 2021, from <https://www.statista.com/statistics/251529/share-of-persons-aged-60-and-older-in-the-chinese-population/>
- Statista. (2021c, June 1). *United States share of global gross domestic product (GDP) 2026*. Retrieved October 16, 2021, from <https://www.statista.com/statistics/270267/united-states-share-of-global-gross-domestic-product-gdp/>
- Statista. (2021d, June 17). *Share of the EU in the global gross domestic product adjusted for purchasing power*. Retrieved October 27, 2021, from <https://www.statista.com/statistics/253512/share-of-the-eu-in-the-inflation-adjusted-global-gross-domestic-product/>
- Statista. (2021e, October 21). *China's share of global gross domestic product (GDP) 2010–2026*. Retrieved October 27, 2021, from

<https://www.statista.com/statistics/270439/chinas-share-of-global-gross-domestic-product-gdp/>

Stent, A. (2020). *Putin's World: Russia Against the West and with the Rest*. Twelve.

Suettinger, R. L. (2003). *Beyond Tiananmen: The Politics of U.S.-China Relations, 1989–2000*. Brookings Institution Press. <https://doi.org/10.4000/chinaperspectives.508>

Tafazzoli, B. (2021, September 24). *OPINION - Iran poised to become a full member of the Shanghai Cooperation Organization*. Anadolu Agency. Retrieved October 17, 2021, from <https://www.aa.com.tr/en/analysis/opinion-iran-poised-to-become-a-full-member-of-the-shanghai-cooperation-organization/2373602>

Talbott, S. (2009). *The Great Experiment: The Story of Ancient Empires, Modern States, and the Quest for a Global Nation* (Illustrated ed.). Simon & Schuster.

Taubman, W. (2004). *Khrushchev: The Man and His Era* (Reprint ed.). W. W. Norton & Company.

The White House. (2021, January 15). *Woodrow Wilson*. Retrieved September 26, 2021, from <https://www.whitehouse.gov/about-the-white-house/presidents/woodrow-wilson/>

The White House Office of the Press Secretary. (2015, July 20). *Remarks by the President at the United States Military Academy*. Whitehouse.Gov. Retrieved July 2, 2021, from <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/05/28/remarks-president-united-states-military-academy-commencement-ceremony>

Trueman, C. (2015, May 25). *Imre Nagy*. History Learning. Retrieved July 5, 2021, from <https://www.historylearningsite.co.uk/modern-world-history-1918-to-1980/the-cold-war/imre-nagy/>

Tucídides & Melian Dialogue. (n.d.). *The History of the Peloponnesian War - The Melian Dialogue*. Melian Dialogue. Retrieved July 18, 2021, from <https://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/melian.htm>

Tzu, S. (2012). *A Arte da Guerra* (1a edição, 5a impressão ed.). Edições Sílabo.

Voices of Democracy. (2016, July 5). *Reagan, "Evil Empire," Speech Text*. Retrieved October 15, 2021, from <https://voicesofdemocracy.umd.edu/reagan-evil-empire-speech-text/>

Walt, S. M. (2019, May 9). *The Myth of American Exceptionalism*. Foreign Policy. Retrieved October 11, 2021, from <https://foreignpolicy.com/2011/10/11/the-myth-of-american-exceptionalism/>.

Wang, J. (2011, February). *China's Search for a Grand Strategy: A Rising Great Power Finds Its Way*. Foreign Affairs. Retrieved September 17, 2021, from <https://www.foreignaffairs.com/articles/china/2011-02-20/chinas-search-grand-strategy>

- Weldes, J. (1996). Constructing National Interest. *European Journal of International Relations*, 276–277. <https://doi.org/10.1177/1354066196002003001>
- Wendt, A. (1995). Constructing International Politics. *International Security*, 20(1), 71–81. <https://doi.org/10.2307/2539217>
- White, D. (2016, September 1). *Read Hillary Clinton’s Speech Touting “American Exceptionalism.”* Time. Retrieved September 26, 2021, from <https://time.com/4474619/read-hillary-clinton-american-legion-speech/>
- Williams, M. C. (1998). The Liberal Moment: Modernity, Security and the Making of the Postwar International Order Robert Latham New York: Columbia University Press, 1997, pp. xiv, 281. *Canadian Journal of Political Science*, 31(4), 827–828. <https://doi.org/10.1017/s0008423900009926>
- Wilson Center. (n.d.). *Wilson Center Digital Archive*. Wilson Center Digital Archive. Retrieved September 2021, from <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/resource/cold-war-history/vyacheslav-molotov>
- Wilson, W. (2009). *Addresses of President Wilson*. (Vol. 435). University of Michigan Library.
- Winthrop, J. (1892). *John Winthrop Dreams of a City on a Hill, 1630 | The American Yawp Reader*. The American Yawp Reader. Retrieved October 3, 2021, from <https://www.americanyawp.com/reader/colliding-cultures/john-winthrop-dreams-of-a-city-on-a-hill-1630/>
- Wolf, M. (2009, March 8). *Seeds of Its Own Destruction*. Financial Times. Retrieved September 18, 2021, from <https://www.ft.com/content/c6c5bd36-0c0c-11de-b87d-0000779fd2ac>
- Wolf, M. (2019, May 21). *The US-China conflict challenges the world*. Financial Times. Retrieved September 24, 2021, from <https://www.ft.com/content/870c895c-7b11-11e9-81d2-f785092ab560>
- Wolf, M. (2021, October 5). *The economic threats from China’s real estate bubble*. Financial Times. Retrieved October 15, 2021, from <https://www.ft.com/content/1abd9d4b-8d94-4797-bdd7-bee0f960746a>
- Wolff, D., Daly, R., Iwashita, A., & Wilson Center. (2021, May 11). *Chinese-Russian Relations in Recent Years* [Discussion]. Wilson Center: Chinese-Russian Relations in Recent Years, on-line, on-line. <https://www.wilsoncenter.org/event/sino-russian-relations-recent-years>
- World Bank. (n.d.). *GDP growth (annual %) | Data*. Retrieved September 17, 2021, from <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG>

- Yang, J. (2017, November 19). 推动构建人类命运共同体. 人民日报 - People's Daily. Retrieved October 17, 2021, from <http://opinion.people.com.cn/n1/2017/1119/c1003-29654654.html>
- Yuan, Y. (2015, June 2). *Looking Back 14 Years after Accession: Case of China* [Benefits of WTO Membership]. WTO Accessions, Dushanbe, Tajikistão.
- Zakaria, F. (2011). *The Post-American World: And The Rise Of The Rest* (2.0 updated and expanded ed.). Penguin.
- Zeneli, V. (2019, March 14). *Mapping China's Investments in Europe*. The Diplomat. Retrieved October 15, 2021, from <https://thediplomat.com/2019/03/mapping-chinas-investments-in-europe/>
- Zeng, K., Beeson, M., & Xu, S. (2019). *Handbook on the International Political Economy of China*. Edward Elgar Publishing. <https://doi.org/10.4337/9781786435064>
- Zhan, M. (2020, May 19). *A Brief Overview of Alexander Wendt's Constructivism*. E-International Relations. Retrieved April 2021, from <https://www.e-ir.info/2020/05/19/a-brief-overview-of-alexander-wendts-constructivism/>
- Zhou, J. (1991). The Transitional World Structure of the 1990's and its Impact on the Establishment of the New International Order. *Contemporary International Relations*, 14.
- 人民日报 - People's Daily. (2020, December 2). 十九届五中全会会议公报 - 人民日报. 人民日报 - 有品质的新闻 (People's Daily). Retrieved August 17, 2021, from <https://wap.peopleapp.com/article/rmh17257967/rmh17257967>
- 新华网 - Xinhua. (2020, October 29). (授权发布) 中国共产党第十九届中央委员会第五次全体会议公报-新华网. Retrieved October 17, 2021, from http://www.xinhuanet.com/2020-10/29/c_1126674147.htm#